

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**AVALIAÇÃO DA INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA EM CONTEXTO COM E
SEM VIOLÊNCIA FÍSICA CONJUGAL: UM ESTUDO COMPARATIVO**

Sabrina Mazo D’Affonseca

SÃO CARLOS

Janeiro, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

AVALIAÇÃO DA INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA EM CONTEXTO COM E SEM VIOLÊNCIA FÍSICA CONJUGAL: UM ESTUDO COMPARATIVO

Sabrina Mazo D’Affonseca¹

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Tese em formato de artigos apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

SÃO CARLOS

Janeiro, 2013

¹ Bolsista Capes de março de 2011 a janeiro de 2013 e do CNPq de dezembro 2011 a fevereiro de 2012 para estágio no exterior

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

D124ai

D’Affonseca, Sabrina Mazo.

Avaliação da interação mãe-criança em contexto com e sem violência física conjugal : um estudo comparativo / Sabrina Mazo D’Affonseca. -- São Carlos : UFSCar, 2013. 198 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Violência familiar - prevenção. 2. Violência conjugal. 3. Violência física. 4. Exposição à violência. 5. Disciplina. 6. Mães e filhos - relação. I. Título.

CDD: 362.8292 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO

Sabrina Mazo D'Afonseca

São Carlos, 16/01/2013

Prof.ª Dr.ª Cavalcanti de Albuquerque Williams (Orientadora e Presidente)
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. George Walker Holden
Southern Methodist University

Prof.ª Dr.ª Yara Kuperstein Ingberman
Universidade Tuiuti do Paraná

Prof.ª Dr.ª Débora de Hollanda Souza
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.ª Elizabeth Joan Barham
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública
realizada às 14h no dia 16/01/2013.

Comissão Julgadora:

Prof.ª Dr.ª Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams
Prof. Dr. George Walker Holden
Prof.ª Dr.ª Yara Kuperstein Ingberman
Prof.ª Dr.ª Débora de Hollanda Souza
Prof.ª Dr.ª Elizabeth Joan Barham

Homologada pela CPG-PPGpsi na

_____ª Reunião no dia ____/____/____

Prof.ª Dr.ª Azair Liane Matos do Canto de Souza
Coordenadora do PPGpsi

Apoio CAPES/CNPq

Dedico aos meus filhos Murilo e Angelina, que iluminam meus dias.

AGRADECIMENTOS

Fazer um doutorado era um sonho concebido há muitos anos atrás, mas só foi possível realizá-lo devido ao encorajamento de pessoas muito importantes para mim, as quais acreditaram no meu potencial, mesmo quando eu duvidava, e ao apoio, tanto emocional quanto prático, para dar continuidade ao mesmo. Ao longo desses quatro anos, tive a imensa satisfação de conhecer e trabalhar com diversas pessoas, cada uma deixando uma marca especial e contribuindo para minha formação pessoal e profissional. Se hoje eu estou concluindo um trabalho, certamente é porque pude contar com o apoio e companheirismo de muitas pessoas. Gostaria de agradecer a todos que me apoiaram ao longo desses anos.

Às mães e crianças que disponibilizaram parte do seu tempo para participar da pesquisa, sem as quais nada seria realizado!

À minha orientadora Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, por acreditar na minha capacidade, por abrir as portas do Laboratório e por contribuir para minha formação acadêmica e pessoal, meu muito obrigada.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro que permitiu a realização da pesquisa e contribuiu para a minha formação.

Aos docentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFSCar aos quais estimo e admiro pelo trabalho e que tanto contribuíram na minha formação.

A Marinéia que sempre contribui com a parte burocrática com muita eficiência e dedicação.

Às professoras Dra. Elisabeth Joan Barham e Dra. Debora de Hollanda pelas valiosas contribuições ao trabalho e por sempre se mostrarem disponíveis e acessíveis, me apoiando e incentivando em cada parte do trabalho.

A Southern Methodist University por ter aberto as portas da instituição e às funcionárias do Departamento de Psicologia, especialmente à Mary e Ann, que me receberam de maneira tão calorosa e afetuosa.

Ao professor Dr. George W. Holden pela acolhida fraterna e pelas experiências proporcionadas.

Aos professores Dr. Ernest Jouriles e Dra. Rene McDonald por compartilharem as experiências e pesquisas do laboratório.

À Claire Simpson que gentilmente abriu as portas da sua casa, que me acolheu com muito carinho e que me fez sentir parte de sua família. MUITÍSSIMO obrigada!

Ao Alexandre Maiorano pelas análises estatísticas.

As amigas e amigos do Laprev (Laboratório de Análise e Prevenção de Violência), Ana Carina, Chayene, Gaby, Graça, Jessica, Joviane, Karyne, Luciana, Nahara, Paolla, Paloma, Paulo, Rachel, Ricardo, Sheila, Sidnei e Thais que compartilharam ao longo desses anos minhas angústias, minhas conquistas e que contribuíram na condução do trabalho.

A Nahara Rodrigues Lopes Laterza, uma grande amiga que sempre se mostrou disposta a me ouvir e a me ajudar.

A Gabriela Reyes Ormeño que ao longo desses anos se tornou mais do que uma grande amiga, mas parte da minha família. Obrigada pelo ombro nas horas que precisava, pelo apoio, pelo carinho e pelas “loucuras”.

Ao grande amigo, Luís Henrique Carrara, o Montanha, pela disposição em me ajudar.

A Amanda e Suelly, que estiveram sempre dispostas a me ajudar.

Ao Centro de Referência da Mulher, em especial à Raquel, Priscila e Amaranta; ao Centro de Referência de Assistência Social da Vila São José, ao Conselho Tutelar de São Carlos e a Unidade Saúde Escola por abrirem as portas da instituição pelos encaminhamentos, pelas trocas de experiência e por possibilitarem a realização da pesquisa.

À Gabriela de Guzzi Bagnato, Tatiane Alves Correia, Viviane Gama Dutra, Francine Fernandes, Letícia Isaac, Flávia Monize Barbosa, Bianca Andrade de Sousa, Maria Eduarda Sampaio Ferraz Ribeiro e Mayra Aparecida de Oliveira Souza pelas valiosas contribuições para o andamento do projeto. Muito obrigada pela paciência, pela

dedicação e pelo empenho, em especial a Gabriela que pode compartilhou comigo grande parte da realização da pesquisa.

À Viviane, Mariana, Sílvia, Andréia e Débora pela disposição em me ajudar, pela amizade e pelo carinho.

Ao Glauco, meu muito obrigada pelo amor, pelo carinho, por acreditar no meu potencial e por sempre estar ao meu lado. Sem o seu apoio e incentivo eu não teria iniciado essa jornada!

A minha querida mãe e ao Dimas, meu porto seguro, que sempre estão de braços abertos para me acolher e me ajudar. Muito obrigada por todo amor e por todo carinho.

Aos meus filhos, Angelina e Murilo, que, ao longo desses anos, tiveram que dividir a mãe com textos, livros, computador e uma rotina maluca. Obrigada por cada sorriso, cada abraço, cada palavra de carinho... Amo vocês!!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
RESUMO	10
ABSTRACT.....	11
HABILIDADES MATEMÁTICAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA	13
RESUMO	13
ABSTRACT.....	14
RESUMEN.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
ASSOCIAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA ÍNTIMA DO PARCEIRO E MAUS-TRATOS INFANTIS: REVISÃO DA LITERATURA	45
RESUMO	45
RESUMEN.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
DISCIPLINA UTILIZADA POR MULHERES COM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONJUGAL: UM ESTUDO COMPARATIVO	78
RESUMO	78
ABSTRACT.....	79
RESUMEN.....	80
MÉTODO.....	86
Participantes	86
Recrutamento e critérios de inclusão	87
Aspectos Éticos	87
Instrumentos.....	88
Procedimento.....	89
OBSERVAÇÃO DA INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA: VIOLÊNCIA FÍSICA CONJUGAL AFETA A RELAÇÃO?	110
RESUMO	110

ABSTRACT.....	112
Participantes.....	122
Recrutamento das participantes.....	123
Aspectos Éticos.....	123
Local.....	124
Instrumentos.....	124
Materiais.....	126
Procedimento.....	126
RESULTADOS.....	127
DISCUSSÃO.....	138
METAPARENTAGEM: UMA NOVA POSSIBILIDADE DE AVALIAR A PARENTAGEM	149
METAPARENTAGEM E O EFEITO DO HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONJUGAL.....	175
Participantes.....	183
Recrutamento das participantes.....	184
Aspectos Éticos.....	185
Instrumentos.....	185
Procedimento.....	186
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193

APRESENTAÇÃO

Ao longo da minha formação acadêmica um tema que chamou a atenção pela importância foi o desenvolvimento infantil. Minha primeira experiência com pesquisa foi durante o curso de graduação avaliando uma intervenção com crianças vítimas de violência física (D’Affonseca & Williams, 2003), mas logo percebi que atuar com a criança não seria suficiente. Se quisesse realmente modificar a situação dessas crianças, teria que intervir com os seus cuidadores. Para tanto, precisava compreender quais as dificuldades e influências presentes no ambiente familiar. Assim, durante o mestrado investiguei o relacionamento mães-filhos tentando verificar de que maneira as atividades remuneradas da mulher fora do lar, o stress materno, a participação das mães nas atividades culturais, acadêmicas e sociais da criança influenciavam o rendimento acadêmico e a formação de autoconceito das crianças (D’Affonseca, 2005; D’Affonseca, Cia & Barham, no prelo). Durante a atuação clínica e em projetos com famílias de risco, a violência conjugal sempre aparecia como um fator que afetava sobremaneira não apenas a saúde física e psicológica da mulher, a qual se via “amarrada” em um relacionamento violento, como também aumentava a dificuldade que essas mulheres tinham em lidar com o comportamento de seus filhos.

Ao ter a oportunidade de participar do Projeto Parceria, vinculado ao Laboratório de Análise e Prevenção de Violência (Laprev), pude fazer parte de um programa de intervenção voltado a mães vítimas de violência conjugal que tinha como objetivo ensinar a mulher a romper o ciclo de violência ao qual ela estava exposta, assim como prevenir problemas de comportamento de seus filhos (Williams, Araújo, D’Affonseca, Maldonado, Patrian & Miranda, 2010; Pereira, D’Affonseca & Williams, 2012; Williams, Santini & D’Affonseca, 2012). Em tal projeto múltiplas medidas

avaliativas eram coletadas tanto com as mães (entrevista inicial, *Inventário de Estilo Parental - IEP*, *Child Abuse Potential Inventory - CAP*, *SDQ*, *Inventário de Depressão de Beck – BDI* e *Inventário de Resolução de Problemas Sociais Revisado*), quanto com as crianças (*Entrevista, IEP - versão crianças, SDQ*), e eram realizadas sessões de observação da interação mãe-criança em um ambiente controlado de laboratório tanto antes quanto depois da intervenção com as mães.

Os dados obtidos na fase de implementação do projeto demonstraram que todas as mães participantes do projeto apresentavam déficits, tanto, nas suas práticas educativas, quanto em seus repertórios comportamentais para interagir com os filhos. Dados pós-intervenção e *follow-up* indicaram que houve melhoria nas práticas educativas e na resolução de problemas, bem como redução no nível de depressão e no potencial de risco para abuso (Williams et al, 2010). Somados a esses dados, as sessões de observação apontaram para a eficiência do Centro de Atividades Diárias (CAD) como instrumento de captação das interações entre mães e filhos, possibilitando dessa forma identificar e avaliar as habilidades parentais presentes ou não nas mães, bem como os comportamentos adequados ou não dos filhos (Caseiro, Rios & Williams, 2008), além de demonstrarem que as participantes tinham uma grande dificuldade das mães em reforçar o comportamento adequado dos filhos, ainda que esses estivessem engajados em interações verbais adequadas e seguimento de instruções. Em contrapartida, notou-se, em duas mães, a manifestação de atenção a todos os comportamentos inadequados dos filhos, tais como: reclamar, gritar, xingar (Williams et. al, 2010).

Ao ter acesso a esses dados surgiram algumas questões: quais são as habilidades maternas de mulheres vítimas de violência conjugal? Seriam as mesmas muito diferentes de mulheres sem histórico de violência conjugal? Será que a violência física

conjugal levaria a maiores prejuízos nas habilidades maternas? Como observar tais habilidades de forma a coletar dados ricos e mais abrangentes?

A partir desses questionamentos, foi realizada uma revisão da literatura nacional e internacional em periódicos de pesquisa, de forma a identificar o estado da arte em relação a esse tema e as lacunas existentes. Essa revisão está apresentada no primeiro artigo e permitiu elencar algumas variáveis presentes na literatura que parecem influenciar o relacionamento da mãe com seus filhos. Dentre elas destacam-se: sintomas de depressão materno, estresse parental, número de filhos, idade da mãe, presença de um filho com necessidades educacionais especiais e histórico de maus-tratos na família de origem. Alguns aspectos específicos da relação mãe-criança, como a sensibilidade materna e a responsividade materna, também foram destacados como importantes de se analisar quando se pretende compreender os efeitos que a violência sofrida pela mulher tem no relacionamento da mãe com o filho, uma vez que tais aspectos parecem estar prejudicados quando a mulher experencia algum episódio de violência conjugal, isto é, hipotetiza-se que, ao sofrer violência conjugal, a mulher estaria menos sensível e responsiva às necessidades da criança, pois ela teria que lidar com aspectos físicos e emocionais decorrentes da agressão.

Ao se debruçar na literatura a respeito de violência conjugal e relação mãe-criança, confirmou-se mais uma vez que a violência contra a mulher e maus-tratos infantis são fenômenos que têm uma relação importante de ser considerada, uma vez que dados da literatura indica que, ao sofrer violência do parceiro, aumentava-se a probabilidade de a mulher perpetrar maus-tratos com seus filhos. Além disso, em contextos nos quais havia a presença de violência contra a mulher, aumenta a chance de ocorrer maus-tratos infantis. Considerando-se esses aspectos, realizou-se uma revisão da

literatura sobre a co-ocorrência da violência íntima entre o parceiro e violência contra as crianças, a qual está apresentada no segundo artigo.

De modo geral, os estudos revisados nos dois primeiros artigos indicaram que mulheres vítimas de violência íntima do parceiro, quando comparadas com mulheres sem tal histórico, apresentam mais dificuldades no relacionamento com seus filhos. Entretanto, cabe perguntar se os comportamentos de disciplina utilizados por mães vítimas de violência conjugal são diferentes dos utilizados por mães sem tal histórico. Será que ser vítima de violência conjugal leva as mulheres a apresentarem comportamentos de disciplina mais punitivos? Considerando-se os sintomas psicológicos que a violência conjugal acarreta (por exemplo, depressão, ansiedade, agitação e dificuldade de tomar decisões (Adeodato, Siqueira & Souza, 2005; Williams, 2001) mães vítimas de violência conjugal implementariam a disciplina de modo mais impulsivo e com mais conflitos e stress do que as mães sem tal histórico? O artigo 3 apresenta dados de comparação das estratégias de disciplina, modo de implementação e o contexto no qual as estratégias de disciplina são implementadas de mães vítimas e não vítimas de violência física conjugal que responderam ao Inventário de Dimensões de Disciplina (DDI), instrumento em processo de adaptação para a realidade brasileira.

Na revisão de literatura apresentada nos artigos 1 e 2 foi possível verificar que tudo leva a crer que ser vítima de violência conjugal acarreta em dificuldades no relacionamento mãe-criança; contudo, mesmo mulheres sem tal histórico apresentam tais dificuldades. Além disso, estudos realizados com mães denunciadas aos serviços de proteção à criança nos Estados Unidos demonstraram que a maioria das mães não tinha histórico atual ou passado de violência conjugal (Hazena et al, 2004; Kelleher et al., 2008; Casanueva, Martin & Runyan, 2009), o que indica que outras variáveis influenciam negativamente o relacionamento mãe-criança e que poderiam estar

controlando essas diferenças encontradas na literatura. Buscando identificar o impacto específico da violência física conjugal no relacionamento mãe-criança, o artigo 4 apresenta dados de um estudo observacional realizado com uma amostra de mulheres vítimas e não vítimas de violência física conjugal. Ao comparar os comportamentos de mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal, o estudo nos permite compreender o quanto o relacionamento mãe-filho é afetado pela violência do parceiro, contando com dados observacionais e não de auto-relato das mães.

Durante a leitura de trabalhos relacionados à relação mãe-filhos, me deparei com um constructo cognitivo novo a respeito dos pensamentos parentais: a metaparentagem, a qual, hipotetiza-se, poderia prevenir comportamentos abusivos dos pais em relação aos filhos. O artigo 5cinco consiste em uma revisão da literatura da área sobre metaparentagem, a qual demonstra a escassez de estudos sobre os pensamentos parentais, especificamente sobre tal tema. A partir dos estudos sobre metaparentagem, surgiu a questão: será que mães que sofrem violência conjugal teriam comportamentos de metaparentagem diferentes de mães sem tal histórico? O artigo 6 descreve os dados de uma pesquisa que comparou os comportamentos de metaparentagem de mães vítimas de violência física conjugal e mães não vítimas.

Espera-se que os trabalhos aqui apresentados possam favorecer o avanço científico da área, assim como embasar intervenções com populações de risco, para que possamos prevenir a perpetuação da violência.

REFERÊNCIAS

- Caseiro, J; Rios, K. & Williams, L.C.A. (2008) Avaliação do centro de atividades diárias (CAD) como recurso tecnológico para observação e ensino das habilidades parentais. *Anais de Eventos da UFSCar*, v.4, 16, São Carlos – SP.
- D’Affonseca, S.M. (2005) Prevenindo fracasso escolar: comparando o autoconceito e desempenho acadêmico de filhos de mães que trabalham fora e donas de casa. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.
- D’Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2003) Clubinho: Intervenção psicoterapêutica com crianças vítimas ou em risco de violência física intrafamiliar. *Temas sobre Desenvolvimento*, 12 (67), p. 33-43.
- D’Affonseca, S.M.; Cia, F. & Barham, E.J. (no prelo) Trabalhadora feliz, mãe feliz? Condições de trabalho que influenciam na vida familiar
- Levendosky, A.L., Leahy, K.L. G. Anne Bogat, Davidson, W. S., & von Eye, A. (2006) Domestic violence, maternal parenting, maternal mental health, and infant externalizing behavior. *Journal of Family Psychology*, 20, 544-552.
- Pereira, P.C.; D’Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2012- -available on-line first) A Feasibility Pilot Intervention Program to Teach Parenting Skills to Mothers of Poly-Victimized Children. *Journal of Family Violence*, <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-012-9490-9>
- Williams, L. C. A.; Araújo, E. A. C.; Rios, K. A.; D’Affonseca, S. M.; Maldonado, D. A.; Patrian, A. C. A. & Miranda, T. D. (2010) Projeto Parceria: O ensino de habilidades parentais a mães com histórico de violência conjugal. In: L. C. A. Williams; J. M. Maia & K. A. Rios. *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção*.

Williams, L. C. A., Santini, P. M., & D’Affonseca, S. M. (2012). A mothering skills program for women with a history of domestic violence: An analysis of mother-child interaction. In H. Dubowitz (Ed.), *World perspectives on child abuse* (10th ed., pp. 134–136). Istanbul: International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect-ISPCAN.

RESUMO

Essa tese foi escrita no formato de um compêndio de seis textos científicos, os quais estão articulados de modo a discutir a respeito dos impactos da violência física conjugal no relacionamento mãe-filho. Os dois primeiros artigos apresentam uma revisão da literatura. A primeira revisão foi a respeito do impacto da violência conjugal nas habilidades maternas e a segunda buscou analisar os estudos a respeito da associação entre violência íntima do parceiro e os maus-tratos infantis, dois fenômenos comumente associados, mas que comumente são analisados separadamente. O terceiro artigo objetivou comparar as práticas de dimensões de disciplina de mulheres vítimas e não vítimas de violência física conjugal. No quarto artigo buscou-se analisar o relacionamento mãe-criança em uma situação de observação controlada de laboratório, de modo a verificar o impacto específico da violência conjugal física na interação mãe-filho. Posteriormente, o artigo cinco apresenta um novo constructo cognitivo para analisar o relacionamento mãe-filho, a metaparentagem, e o estado da arte sobre o mesmo. Por fim, o sexto artigo compara os comportamentos de metaparentagem de mulheres vítimas e não vítimas de violência física conjugal. De modo geral, os dados obtidos indicaram que, quando comparadas em relação a comportamentos de disciplina e metaparentagem, mães vítimas de violência conjugal e mães sem tal histórico, não apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Ao analisar o impacto de diferentes variáveis no relacionamento mãe-filho (artigo 4), notou-se que histórico da mãe de maus-tratos infantis e renda familiar parecem ser variáveis importantes de serem consideradas quando se analisa o relacionamento mãe-filho.

Palavras-chaves: *violência física conjugal, exposição à violência, disciplina, relacionamento mãe-filho, observação.*

ABSTRACT

This dissertation was written in the form of a compendium of six scientific texts, which are articulated in order to discuss the impacts of partner physical violence on mother-child relationship. The first two papers present literature reviews. The first one reviewed the impact of domestic violence on mothering skills. The second one, the association between intimate partner violence and child maltreatment, two phenomena commonly associated, but which are commonly analyzed separately. The third paper aimed at comparing the dimensions of discipline practices of mothers victims and not victims of physical partner violence. The fourth article sought to examine the mother-child relationship in a situation of controlled observation laboratory, to investigate the specific impact of partner violence on the mother-child interaction. The fifth paper presents a review of a new cognitive construct to analyze the mother-child relationship, metaparenting, and the state of art about such constructo. Finally, the sixth paper compares the behaviors of metaparenting of female victims and not victims of physical violence. Overall, the data indicated that, when compared in relation to dimensiono of discipline and metaparenting, mothers victims of domestic violence and mothers without such a history, did not show statistically significant differences. When analyzing the impact of different variables on the mother-child relationship (Article 4), it was noted that the historical mother of child maltreatment and family income appear to be important variables to consider when analyzing the mother-child relationship.

Key words: *partner violence, children exposed to domestic violence; mother-child relationship, discipline, observation.*

ARTIGO 1

D’Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2011) Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. *Psicologia Ciência e profissão*, 31, 236-251.

HABILIDADES MATERNAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA¹

Sabrina Mazo D’Affonseca e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

RESUMO

O presente estudo objetivou revisar a literatura nacional e internacional dos anos de 2007 a 2010 sobre violência doméstica e habilidades maternas, nas seguintes bases de dados Bireme, Web Of Science, Lilacs e Medline. A busca resultou em 85 artigos, sendo que foram analisados 28 artigos que se relacionavam com a proposta do artigo, todos internacionais, sendo os mesmos divididos em quatro categorias: (1) prevalência, (2) intervenção, (3) relação entre violência conjugal e habilidades maternas e (4) impacto da violência conjugal nos filhos. A análise dos artigos permitiu verificar que uma parcela expressiva de crianças presencia desentendimentos violentos entre seus pais e são afetadas direta ou indiretamente por eles. Nos artigos em que se buscou avaliar a relação entre a violência conjugal e as habilidades maternas os resultados demonstraram os impactos negativos da exposição à violência conjugal e a importância de um relacionamento mãe-filho positivo para a diminuição dos problemas de comportamento dos filhos, sendo esse um fator importante quando se pensa em intervenção com essa população. Destaca-se que todos os dados foram obtidos por meio de auto relato das mulheres, sendo sugerido pesquisas futuras que utilizem outras formas de coleta de dados, como fontes de informação diversas ou estudos observacionais sistematizados.

Palavras-chaves: violência contra a mulher, crianças expostas à violência, habilidades maternas, mães.

¹ Artigo publicado na revista Psicologia Ciência e Profissão no ano de 2011.

ABSTRACT

This study reviewed national and international literature of domestic violence regarding maternal skills, from years 2007-2010. The following data bases were used: Bireme, Web Of Science, Lilacs e Medline. Of the 85 abstracts of studies found, 28 were related to the topic of this paper (all international) and they were divided into four categories: (1) prevalence, (2) intervention, (3) the relationship between domestic violence and maternal skills, (4) the impact of partner violence on children. Analysis of the studies showed that an expressive number of children witnessed violent conflict between their parents, being affected directly or indirectly by them. In studies which sought to evaluate the relationship between domestic violence and maternal skills the results showed the negative impact of exposure to partner violence and the importance of a positive mother-child relationship for the reduction of behavior problems in children, an important variable when considering intervention with this population. It is noteworthy that all data were collected by self-report measures, therefore it is suggested that future research uses other types of data collection, as different sources of information or systematic observational studies.

Keywords: domestic violence, children exposed to violence, maternal skills, mother

RESUMEN

Este estudio revisó la literatura del área a nivel nacional e internacional sobre la violencia doméstica y las habilidades maternas entre los años 2007 a 2010, en las bases de datos Bireme Web of Science, Lilacs y Medline. La búsqueda resultó en 85 artículos, de estos 28 artículos referiéndose a la propuesta del estudio, todos internacionales, y se dividirán en cuatro categorías: (1) la prevalencia, (2) la intervención, (3) la relación entre la violencia doméstica y habilidades maternas, (4) el impacto de la violencia conyugal en los niños. El análisis de los artículos mostró que un número significativo de niños están presentes en los desacuerdos violentos de sus padres y se ven afectados directa o indirectamente por ellos. En los artículos en que se trató de evaluar la relación entre la violencia doméstica y habilidades maternas, los resultados mostraron los efectos negativos de la exposición a la violencia conyugal y la importancia de una relación madre-hijo positiva para la reducción de problemas de conducta de los niños, siendo este un factor importante cuando se considera la intervención con esta población. Cabe señalar que todos los datos fueron recolectados a través de la libre comunicación de las mujeres, sugiriéndose que la investigación futura con otras formas de recolección de datos y otras fuentes de información o estudios observacionales sistemáticos.

Palabras clave: violencia conyugal, niños expuestos a la violencia, habilidades maternas, madres.

A violência é um problema social grave que produz várias vítimas. O fenômeno da violência contra a mulher não é um fenômeno recente, entretanto, nas últimas décadas, em especial com o movimento feminista, as atenções dos profissionais de diferentes áreas de atuação tem se voltado para essa questão.

A violência contra a mulher foi reconhecida, pelas Nações Unidas (ONU), em 1993 como um obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos, sendo essa considerada uma violação aos direitos humanos (Hermann & Barsted, 2000). Ou seja, a violência contra a mulher é um problema social e de saúde pública, que consiste num fenômeno mundial e não respeita fronteiras de classe social, raça/etnia, religião, idade e grau de escolaridade. Os episódios de violência contra a mulher comumente ocorrem no âmbito familiar, no espaço privado, e o os agressores, em geral, são homens, na maioria das vezes seu parceiro (Arias e Ikeda, 2006; Lutzker, 2006; Vasconcelos, 2002).

Apesar da dificuldade em se determinar precisamente os casos de violência contra a mulher, dados de diferentes pesquisas tem apontado a violência praticada contra a mulher como um dos delitos mais freqüentes no mundo, responsável por sequelas nocivas ao seu desenvolvimento (Williams, 2001). Dentre os sintomas apresentados pelas mulheres vitimas de violência, destacam-se: dor crônica, visita frequente ao médico, uso/abuso de medicamentos, uso/abuso de álcool, história de pensamentos/tentativas de suicídio, depressão moderada ou grave, suspeita de maus-tratos infantis enquanto mãe, problemas para dormir (insônia, pesadelos), agitação, ansiedade ou nervosismo, ppensamento confuso, dificuldade de tomar decisões, distúrbios sociais, ausência de contato visual e visão rígida dos papéis de homem/mulher (Adeodato, Siqueira & Souza, 2005; Williams, 2001; Sinclair, 1985).

Além disso, cabe destacar que vários pesquisadores consideram a violência contra o parceiro como um fator de risco para a violência contra a criança (Capaldi, Kim & Pears, 2009; Williams, Padovani & Brino, 2009; O’Leary & Woodin, 2006; Appel & Holden, 1998), sendo que pesquisas citadas por Capaldi, Kim e Pears (2009) que buscam relacionar esses dois fenômenos (violência contra o parceiro e violência contra a criança) indicam que crianças que vivem em famílias nas quais ocorre a violência contra o parceiro têm uma probabilidade de duas a quatro vezes maior de serem vítimas de maus-tratos, quando comparadas com crianças cujas famílias não presenciaram esse fenômeno.

Slep e O’Leary (2001) destacam alguns fatores de risco comuns para a violência contra o parceiro e violência contra crianças em diferentes níveis: contextual (pobreza e estresse); relacionamentos sociais (agressão na família de origem, parentagem pobre na família de origem, discórdia entre os pais, violência entre os pais e pouca satisfação com o relacionamento) e pessoais (impulsividade, agressividade, baixa resolução de problemas, depressão, abuso de substância, história de comportamento antissocial – problemas de conduta e delinquência).

Considerando a situação vivenciada pela mulher vítima de violência, é importante analisar os impactos que essa situação pode acarretar para os seus filhos. Ainda que os mesmos não sejam vítimas diretas da violência, eles estão presentes em um ambiente hostil, pouco saudável para o seu desenvolvimento.

Além disso, pode-se supor que uma mãe que vivencia agressões físicas e psicológicas do parceiro, muitas vezes não está em condições de estabelecer um relacionamento adequado com seus filhos. As pesquisas a respeito dos efeitos da violência doméstica nos comportamentos da mãe em relação a seus filhos, aqui

considerado como maternagem, indicam que devido a todas as consequências que a violência pode acarretar na saúde física e psicológica dessa mulher, elas apresentariam maior dificuldade nos cuidados com os filhos do que as mães que não tivessem esse histórico. De fato, estudos têm demonstrado que a qualidade da maternagem e a habilidade de ambos os pais em lidar com as necessidades da criança é comprometida em ambientes domésticos violentos (Holt, Buckley & Whelan, 2008). Alguns autores chegam a relacionar a violência sofrida pela mulher como um fator de risco para essa mulher vir a agredir os seus filhos (Capaldi, Kim, & Pears, 2009; Holden, 2007; Chaffin & Schmidt, 2006; Dahlberg & Simon, 2006; O’Leary & Woodin, 2006), sendo que em pesquisa realizada por Casanueva, Martin e Runyan (2009), constatou-se que mães que sofriam violência doméstica tinham um risco maior de vir a perpetrar maus-tratos quando comparadas com mães que não apresentaram esse histórico.

Williams e Araújo (2009) realizaram uma revisão dos aspectos teóricos envolvidos no ensino de habilidades maternas a mulheres vítimas de violência conjugal, de acordo com a literatura da área, e não encontraram projetos de intervenção voltados para o ensino de habilidades maternas a mulheres com tal histórico. Porém as autoras encontraram artigos que fornecem pistas sobre quais seriam as habilidades maternas de mulheres que sofrem violência pelo parceiro.

Assim, o presente estudo visa revisar a literatura da área de 2007 a 2010 sobre violência doméstica e habilidades maternas. Para tanto foram pesquisadas as mesmas bases de dados utilizadas por Williams e Araújo (2009) - Bireme, Web of Science, Lilacs e Medline - com as seguintes palavras-chaves: estilo parental AND violência doméstica; violência doméstica AND paternagem/maternagem; intervenção familiar AND problemas de comportamento infantil AND mulheres agredidas; *parental style*

AND domestic violence; domestic violence AND parenting/mothering; family intervention AND child behavior problems AND abused women.

Foram encontrados 85 resumos de artigos, apenas um deles com as palavras-chaves em português. Desse total, foram excluídos 57 resumos, os quais eram repetidos, ou seja, o mesmo artigo aparecia em mais de uma base de dados, os que não apresentavam informações suficientes, como, por exemplo, qual o método empregado, número de participantes etc., ou aqueles que consistiam em artigos teóricos ou eram artigos que descreviam estudos sobre punição física, sobre fatores de risco aos maus-tratos infantis, que avaliavam apenas o papel paterno ou que eram muito abrangentes e não se enquadravam em uma categoria específica (Mele 2009; Tischler, Rademeyer & Vostanis, 2007; Constantino, Crane, Noll, Doswell & Braxter, 2007; Edelson, Hokoda & Ramos-Lira, 2007). Após uma análise do conteúdo dos 28 artigos restantes, esses foram divididos em quatro categorias, levando-se em conta os achados principais da revisão: (1) prevalência da exposição à violência conjugal, (2) intervenção a mães, crianças e famílias expostas à violência conjugal, (3) consequências da violência conjugal para as habilidades maternas e (4) impacto da violência conjugal aos filhos. Metade dos artigos (50%) encontrados descreve os efeitos da violência conjugal nas habilidades maternas, 25% o impacto da violência conjugal nos filhos, 14,3% descrevem intervenções realizadas com crianças, mulheres e famílias expostas à violência conjugal e 10% dos estudos estimam a prevalência da exposição das crianças a violência conjugal.

Prevalência de crianças expostas à violência conjugal

Nessa categoria encontram-se dois estudos que buscaram estimar a prevalência de desentendimentos violentos reportados que ocorreram em lares de crianças norte-americanas (Moore, Probst, Tompkins, Cuffe & Martin, 2007; Probst, Wang, Martin, Moore, Paul & Samuels, 2008) e um terceiro estudo que procurou estimar a prevalência e a natureza da exposição e envolvimento da criança em delitos de violência doméstica investigados pelo Sistema Judiciário dos EUA (Fusco e Fantuzzo, 2009).

Tanto Moore et al. (2007) quanto Probst et al. (2008) utilizaram os dados coletados em 2003 pela *National Survey of Children's Health* (Pesquisa Nacional sobre a Saúde da Criança) sendo que os últimos fizeram um recorte com famílias nativas do Alasca (NA) e famílias indígenas norte-americanas (IA) que tinham filhos de alguns estados norte-americanos (Alaska, Arizona, Montana, Novo México, Dakota do Norte, Oklahoma e Dakota do Sul).

Moore et al. (2007) contaram com uma amostra de 99.660 pessoas. Os pesquisadores classificaram os desentendimentos com base em como a família lidava com desacordos sérios, podendo os mesmos ser violentos (desentendimento envolvia bater ou jogar coisas, mesmo que raramente) ou calorosos (gritos e discussões calorosas). Os resultados obtidos indicaram que, no geral, 10.3% das crianças viviam em lares com desacordos violentos, sendo os mesmos mais prevalentes em lares negros (15.1%), hispânicos (11.3%) e brancos (8.6%). As áreas urbanas tiveram a maior prevalência (10.7%) quando comparadas com grandes localidades rurais (8.3%-9.9%). Assim, os pesquisadores concluíram que os pais vivendo em localidades rurais tinham uma probabilidade menor de reportar desentendimentos violentos, quando comparados com aqueles que viviam em ambiente urbano. Crianças negras tinham uma probabilidade maior de estarem expostas, tanto a desentendimentos violentos quanto

calorosos, do que crianças brancas. Pais que relataram um estresse parental maior tinham porcentagem maior de desentendimentos violentos e calorosos, quando comparados com pais que relataram menos estresse parental. Portanto, embora fatores demográficos e culturais possam influenciar o estilo do desacordo, os autores consideram que o estresse parental é instrumental para o desenvolvimento de desentendimentos violentos, sendo que pais com dificuldades com a parentagem seriam considerados um grupo de alto risco.

Nesse mesmo sentido, os resultados de Probst et al. (2008) indicaram que desentendimentos violentos foram reportados por 8.4% de IA/NA e 8.4% de famílias brancas. A probabilidade de desentendimentos violentos era marcadamente maior entre os pais que reportaram mais estresse parental, tanto para famílias IA/NA, quanto para famílias brancas. Estresse parental alto tinha efeitos similares nas estatísticas para discussão calorosa. Além disso, ter um filho com necessidades especiais foi associado com estresse parental na amostra pesquisada.

Assim, os estudos citados acima demonstram que dificuldades encontradas pelos pais na educação dos filhos, pode ser um fator de risco para o desentendimento do casal e, conseqüentemente, para a violência conjugal, indicando que seria importante a existência de serviços de apoio e aconselhamento psicológico voltado para acolher os pais que estiverem encontrando dificuldade no manejo do comportamento dos filhos. Os mesmos poderiam ser implementados, de forma universal, em serviços públicos de saúde (unidade básica de saúde, etc.) setores da educação (escolas públicas, EMEIS, CEMEIS, etc.).

Já Fusco e Fantuzzo (2009) utilizaram um modelo de desenvolvimento epidemiológico para explorar a prevalência e a natureza da exposição e envolvimento da

criança em delitos de violência doméstica investigados pelo Sistema Judiciário. No ano estudado, 1581 delitos de violência contra a mulher foram investigados, sendo que em 43% deles havia uma criança na casa e quase todas essas crianças (95%) experienciaram exposição sensorial à violência. O modelo de regressão logística revelou uma relação entre a exposição da criança e características do evento com o ferimento da vítima, agressão mútua e prisão do agressor. A pesquisa também investigou os tipos de envolvimento da criança nos eventos de violência, sendo identificados três tipos distintos: (1) a criança era parte do evento precipitador; (2) a criança pediu socorro e (3) a criança foi fisicamente envolvida. Os resultados destacam a importância de se desenvolver um sistema de vigilância global para assegurar que a criança exposta à violência doméstica seja vista e encaminhada a serviços apropriados.

Vale destacar que não foi encontrado qualquer estudo nacional que vise determinar a prevalência de crianças expostas à violência conjugal e os tipos de exposição mais frequentes na nossa população, sendo esses aspectos importantes de serem analisados para que haja implementação de serviços e intervenções eficazes a essa população.

Intervenção a mães, crianças e famílias expostas à violência conjugal

No total foram encontrados quatro estudos que descreviam algum tipo de intervenção realizada com diferentes populações: mulheres vítimas de violência doméstica (Holigrocki, Crain, Bohr, Young & Bensman, 2009), crianças expostas à violência conjugal (Jouriles, McDonald, Rosenfield, Stephens, Corbitt-Shindler & Miller, 2009), famílias notificadas ao programa de proteção a crianças dos Estados Unidos (Casanueva, Martin, Runyan, Barth & Bradley, 2008) e famílias consideradas de alto-risco (Duggan, Berlin, Cassidy, Burrell & Tandon, 2009).

Um dos estudos, Holigrocki et al. (2009), descreveu a avaliação e o tratamento de uma mãe vítima de violência conjugal e seu filho de 10 anos de idade. Os dois estavam abrigados no momento em que ocorreu a intervenção. Os autores utilizaram a Avaliação da Interação Pai-Criança II – Modificação das atribuições dos pais (*Parent-Child Interaction Assessment-II Modifying Attributions of Parents*) (PCIA-II/MAP; Bohr, 2005) que consiste em um tratamento estruturado, de caráter breve, que utiliza gravações de vídeo de uma situação de jogo entre a mãe com o seu filho. O jogo envolve a utilização de brinquedos em forma de animais e pessoas e os jogadores devem completar uma história relacionada a uma viagem ao zoológico. Após as gravações o terapeuta mostra alguns trechos do vídeo para a mãe, tecendo comentários e reflexões a respeito da interação, para modificar a maneira como a mãe interpreta os comportamentos do filho. A avaliação inicial da mãe demonstrou que a mesma estava depressiva, amedrontada e muito estressada, com um estilo parental *severo*. O garoto experienciava estresse significativo, tinha problemas de comportamento e via os adultos como duros, frágeis, irresponsáveis e indisponíveis. Após a intervenção, os dados obtidos indicaram uma redução na depressão e um aumento na sensibilidade parental, contudo, o estresse parental e os comportamentos problema do filho permaneceram elevados. Tal descrição da intervenção realizada fornece pistas de estratégias e materiais a serem empregados com essa população, destacando-se o uso do vídeo-feedback. Entretanto, seria importante realizar estudos com uma população maior para se ter dados mais consistentes.

Nesse sentido, os dados de Jouriles, McDonald, Rosenfield, Stephens, Corbitt-Shindler e Miller (2009) são mais consistentes, visto que realizaram um estudo com tentativas clínicas randomizadas do *Project Support* (Projeto Apoio), comparando os resultados com um grupo controle. Participaram do estudo 66 famílias recrutadas em

uma casa abrigo (mãe e filhos) com pelo menos uma criança exibindo níveis clínicos de problemas de conduta. A intervenção envolvia (a) ensinar a mães habilidades de manejo da criança e (b) promover suporte emocional e instrumental às mães. As famílias eram randomicamente inscritas no *Project Support*, ou em um serviço similar existente. As mães foram avaliadas em seis ocasiões durante 20 meses, após sua saída da Casa Abrigo. Os resultados indicaram uma redução maior nos problemas de comportamento das crianças cujas mães participaram do *Project Support*, quando comparadas com o outro grupo de crianças e as mães que participaram do *Project Support*, exibiram uma maior redução de comportamentos parentais inconsistentes e punitivos e de sintomas psiquiátricos, quando comparadas com o outro grupo de mães. As mudanças na maternagem e nos sintomas psiquiátricos foram proporcionais aos efeitos dos problemas de conduta das crianças no final do tratamento.

No Brasil, o LAPREV (Laboratório de Análise e Prevenção a Violência), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, desenvolve, desde 2008, o Projeto Parceria, que consiste em um programa de intervenção às mães vítimas de violência conjugal, de modo a prevenir problemas de comportamento de seus filhos (Williams, Araújo, D’Affonseca, Maldonado, Patrian & Miranda, 2010; Rios, D’Affonseca, Santini, Lessa, Patrian, Miranda & Williams, 2010). Uma avaliação dos dados encontrados na pré-intervenção do projeto indica que todas as mães apresentavam déficits, tanto, nas suas práticas educativas, quanto nos problemas de relacionamento e comportamentais. Dados pós-intervenção e *follow-up* indicam que houve uma melhoria nas práticas educativas e na resolução de problemas, bem como redução no nível de depressão e no potencial de risco para abuso.

Casanueva et al. (2008) realizaram um estudo com uma amostra nacionalmente representativa de famílias investigadas pelo Conselho Tutelar para verificar se o

treinamento parental estava relacionado a mudanças nas práticas parentais 18 meses após o treinamento. As mães que receberam o treinamento eram comparadas com mães que não o receberam, mesmo que as mesmas tivessem necessidade similar pelo serviço. Os resultados encontrados demonstraram benefícios modestos na responsividade materna e nos escores parentais para mães de crianças na faixa etária de 3 a 5 anos de idade para as mães que receberam treinamento parental, quando comparadas com mães que não receberam tal treinamento. Entretanto, esses achados não puderam ser confirmados por uma análise multivariada.

Já Duggan e cols. (2009) verificaram se a depressão materna e o apego inseguro eram moderadores dos impactos de um serviço domiciliar para famílias no Alasca para mães de alto risco e seus filhos. Trezentas e vinte e cinco famílias de alto risco foram randomicamente atribuídas para visita domiciliar (n=162) e serviços comunitários (n = 163). A depressão materna e o apego inseguro foram avaliados no início da intervenção. Os dados da maternagem e da situação psicossocial da mãe foram mensurados quando as crianças tinham dois anos de idade por meio de uma entrevista com a mãe, observação e revisão de queixas de maus-tratos infantis. A depressão materna e o apego inseguro interagiram como moderadores dos impactos do programa. A visita domiciliar teve um impacto maior para mães não depressivas com desconforto moderado a alto em confiança/dependência e para mães depressivas com baixo desconforto confiança/dependência.

É interessante notar que as intervenções descritas acima utilizaram como medidas de eficácia de intervenção dados da saúde mental das mães (depressão), de problemas de comportamento dos filhos e da qualidade da interação mãe-filho. Embora diferentes metodologias tenham sido empregadas, aparentemente, os resultados

encontrados foram promissores, indicando que intervir com as mães é uma alternativa viável e eficaz de minimizar os problemas de comportamento dos filhos.

Consequências da violência conjugal para as habilidades maternas

A maioria dos estudos (50%, n=14) analisou os impactos da violência conjugal para as habilidades maternas das mulheres vitimizadas (n=7) e o impacto da mesma para os filhos (n=7), demonstrando a importância que os pesquisadores têm dado a essas questões. Nos estudos a respeito das habilidades maternas das mulheres vitimizadas, observou-se uma predominância para a descrição de comportamentos negativos apresentados por essa população (Damant et al., 2010; Renner, 2009; Taylor, Guterman, Lee & Rathouz, 2009; Kelleher, Hazen, Coben, Wang, McGeehan, Kohl & Gardner, 2008).

O estudo de Kelleher et al. (2008) examinou a associação entre agressão física sofrida pela mulher (tanto recente e ocorrida a mais de um ano) e as práticas disciplinares reportadas por mulheres (mães ou cuidadores) em uma amostra nacional de famílias encaminhadas a rede de proteção à criança. Participaram mais de 3.000 cuidadoras de uma Pesquisa Nacional Sobre O Bem-Estar da Criança e do Adolescente (*National Survey of Child and Adolescent Well-being - NSCAW*), as quais responderam versões diferentes da Escala de Tática de Conflito (Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996) para avaliar a violência conjugal e as práticas disciplinares da criança. Os dados obtidos indicaram que 43% das participantes relataram ter sofrido violência conjugal no ano anterior, sendo que 1.161 relataram ter sofrido violência conjugal, mas não nos últimos 12 meses. Qualquer tipo de exposição à violência conjugal foi associado a aumento nas taxas de agressão psicológica, agressão física e disciplina negligente à criança, quando comparadas a mulheres que não sofreram violência

doméstica. Depois de controlar variáveis específicas (comportamento da criança, fatores demográficos, e características maternas), as mulheres vitimizadas, no passado ou mais recentemente, empregaram mais agressão psicológica, enquanto apenas uma cuidadora que sofrera episódios recentes de violência doméstica relatou comportamentos negligentes e fisicamente agressivos. Assim, na amostra pesquisada ser vítima de violência conjugal estava associado à auto relatos de maternagem agressiva e disciplina negligente entre as cuidadores.

Nessa mesma direção, Renner (2009) examinou a relação entre violência conjugal e características da maternagem em uma amostra de 1,153 mulheres com baixa renda. Os resultados sugerem que sintomas depressivos mediam a relação entre a vitimização psicológica da mãe e auto relatos de estresse parental.

Já Taylor, Guterman, Lee, e Rathouz (2009) examinaram a associação entre a violência conjugal e os fatores de risco da mãe vir a praticar maus-tratos contra a criança em uma amostra diversa de mães. Os dados do estudo foram obtidos a partir de uma amostra de 2.508 mães que participaram da pesquisa Famílias Frágeis e Bem-estar Infantil (*Fragile Families and Child Well-Being Study*). Os pesquisadores realizaram análise regressiva para examinar a associação entre violência conjugal, estresse parental, depressão maior e quatro variáveis para maus-tratos infantis maternos. Os resultados obtidos demonstraram que as mães relataram, em média, 25 atos de agressão psicológica e 17 atos de agressão física contra seus filhos de três anos de idade no ano anterior ao estudo, 11% relataram algum ato de negligência em relação à criança durante o mesmo período e 55% agrediram fisicamente seus filhos durante o mês anterior. Aproximadamente 40% das mães sofreram violência conjugal pelo parceiro atual. Tanto a violência contra a mulher quanto o estresse materno foram fatores de risco consistentes as quatro variáveis de maus-tratos. Embora mães que tiveram seus

filhos em outros países tenham relatado menos incidentes de maus-tratos infantis, o risco relativo de violência contra a mulher para os maus-tratos infantis foi maior para essas mães do que para aquelas que tiveram seus filhos nos Estados Unidos.

Para examinar a relação entre a experiência da mulher com violência conjugal e a qualidade da maternagem, Casanueva et al. (2008) utilizaram os dados da Pesquisa Nacional sobre o Bem-Estar da Criança e do Adolescente, tendo uma amostra de 1.943 mães de crianças com menos de 10 anos de idade investigadas por maus-tratos infantis. Os resultados indicaram que mulheres vítimas de violência conjugal no passado, mas que no momento da pesquisa não eram vítimas, tinham escores de maternagem melhores quando comparadas com mulheres que estavam sendo vítimas de violência conjugal no presente, quando outros fatores de risco eram controlados. Esses dados demonstram que violência conjugal não prejudica necessariamente a maternagem, indicando a necessidade de uma avaliação caso a caso dos serviços que a mulher necessita.

Em um estudo qualitativo, Damant et al. (2010) entrevistaram 27 mulheres vitimas de violência conjugal durante os 24 meses anteriores à coleta de dados que tinham pelo menos um filho com menos de 18 anos e que tinham acesso a serviço de saúde ou de assistência social para: (1) identificar as condições nas quais as mulheres desempenham a sua maternagem, (2) os efeitos que a violência conjugal tem nas habilidades maternas e como ela se relacionaria aos maus-tratos infantis, (3) explorar as experiências das mulheres com os serviços de saúde e de assistência social, e (4) verificar como as mulheres veem a influencia de sua maternagem na relação que estabelecem com os seus filhos e o seu contato com os serviços de saúde e de assistência social. De acordo com as pesquisadoras, a violência perpetrada pelas mulheres contra os seus filhos pode ser vista como uma consequência de sua própria

vitimização, contudo, os autores consideram que as mulheres devem ser responsabilizadas pela escolha de utilizar violência contra as crianças.

Kelly (2009) realizou um estudo descritivo a respeito do processo de tomada de decisão de mães de origem hispânica vivendo nos EUA que sofriam violência conjugal. Os resultados obtidos demonstraram que o papel materno é central nas decisões dessas mulheres. Elas afirmaram lutar para priorizar, proteger e prover suas crianças de qualquer maneira, incluindo manejar o abuso e evitar a revelação para profissionais de saúde.

De modo geral, as pesquisas descritas acima demonstram que a violência conjugal tem impactos negativos nas habilidades maternas, aumentando a probabilidade de elas praticarem algum tipo de maltrato infantil, sendo a agressão psicológica a mais frequente, seguida de agressão física e negligência. Vale destacar que o impacto é maior quanto mais próximo for o episódio de violência conjugal, sendo as consequências minimizadas com o passar do tempo. Tais dados indicam a importância de se considerar a avaliação da maternagem das mulheres quando ocorre a revelação da violência conjugal, como uma forma de prevenir maus-tratos infantis ou o agravamento de problemas na relação mãe-filhos. Por outro lado, há que se ter em conta fatores de proteção como, por exemplo, a alta escolaridade e, assim, lembrar que algumas mães com histórico de violência podem desempenhar sua maternagem melhor que outras.

Impacto da violência conjugal para as crianças

Dos sete estudos a respeito do impacto que a violência conjugal ocasiona nas crianças, quatro identificaram problemas de comportamento internalizantes e externalizantes apresentados pelas crianças (Graham-Bermann, Gruber, Howell & Girz, 2009; Zerk, Mertin & Proeve, 2009; Paterson, Carter, Gao, Cowley-Malcolm & Iusitini,

2008; Hughes & Huth-Bocks, 2007), um estudo analisou as reações das crianças em situações com pares (Katz, Hunter & Klowden, 2008) e um estudo verificou o impacto na memória explícita de pré-escolares (Jouriles, Brown, McDonald, Rosenfield, Leahy & Silver, 2008).

Entre os estudos que analisaram o impacto da violência conjugal nas crianças, destaca-se o de Graham-Bermann, Gruber, Howell e Girz (2009), o qual avaliou o ajustamento emocional e social de crianças de famílias com graus variados de violência contra o parceiro utilizando o modelo de risco e proteção. Duzentas e dezenove mães que sofreram violência por parte do parceiro no último ano e seus filhos com idades entre seis e 12 anos foram entrevistados. Medidas padronizadas avaliaram a violência familiar, maternagem, funcionamento familiar, saúde mental da mãe e o ajustamento e as crenças das crianças. Os resultados das crianças foram divididos em quatro perfis: problemas severos de ajustamento (24%); crianças que estavam tendo dificuldades (45%); crianças que tinham exclusivamente depressão (11%); e crianças resilientes (20%), com alta competência e poucos problemas de ajustamento. Análise de regressão logística multinominal demonstrou que as crianças com problemas de ajustamento severos foram mais expostas à violência familiar e tinham mães com maior índice de depressão e sintomas de trauma do que as outras crianças. As crianças “resilientes” e do grupo que estava “tendo dificuldades”, tinham mães com melhor maternagem, maior força familiar e nenhum histórico de violência conjugal anterior ao atual. As crianças “depressivas” estavam expostas a menos violência, mas tinham mais preocupação e medo pela segurança de suas mães. Os achados sugerem que o ajustamento da criança é fortemente influenciado pelo funcionamento parental.

O estudo de Finger et al. (2009) examinou a inter-relação entre conflito familiar, suporte do pai a mãe, comportamento materno e apego mãe-criança de uma amostra de

79 famílias afro-americanas que viviam em uma comunidade urbana. O suporte do pai a mãe não foi relacionado à maternagem ou apego infantil. As relações conflituosas entre os pais foram relacionados com maternagem problemática, baixa sensibilidade materna, apego inseguro da criança e apego desorganizado da criança. As associações entre conflito parental e apegos inseguro e desorganizado foram minimizados em famílias nas quais os pais coabitavam. Consistente com pesquisas anteriores foram observadas relações entre sensibilidade e responsividade materna e o apego seguro com os filhos e entre maternagem problemática e apego desorganizado da criança. Entretanto, a maternagem não mediou a relação entre conflito parental e o apego das crianças.

Já Paterson et al. (2008) objetivaram examinar: (1) a associação entre serem vítima e agressor de violência conjugal e a problemas de comportamento entre crianças das Ilhas do Pacífico de 2-4 anos de idade, e (2) fatores sócio demográficos e parentais que podem influenciar essa associação. Mães das famílias das Ilhas e crianças nascidas na Nova Zelândia no ano de 2000 foram entrevistadas. Os dados foram coletados com mães que eram casadas e coabitavam com o parceiro (N = 920) e que completaram as medidas de violência conjugal nas duas avaliações realizadas e o *Child Behaviour Checklist* (CBCL). Dessas, 709 mães completaram o CBCL nos dois pontos de avaliação. Os resultados obtidos não demonstraram associações significativas entre a violência conjugal e a prevalência das taxas de casos clínicos relevantes de problemas comportamentais na amostra de crianças de dois anos. Entretanto, as taxas de prevalências de problemas internalizantes, externalizantes e totais foram significativamente maiores para as crianças de quatro anos de idade cujas mães relataram sofrer violência conjugal severa. A probabilidade de estar na faixa internalizante foi 2.16 vezes maior para os filhos de mães que os agrediam fisicamente do que para aqueles em que as mães não os agrediam, sendo que para problemas

externalizantes e totais a probabilidade foi, respectivamente, 2.38 e 2.36 vezes maior. Fatores sócio demográficos e parentais não influenciaram significativamente a associação entre violência conjugal e problemas de comportamento da criança.

Hughes e Huth-Bocks (2007) verificaram os efeitos dos fatores contextuais (estresse parental, comportamentos parentais e funcionamento psicológico da mãe) em crianças expostas à violência conjugal. Participaram da pesquisa 172 mães afro-americanas e seus filhos (4 a 12 anos de idade) que estavam em um abrigo no momento da pesquisa. As mães preencheram questionários que avaliavam a violência familiar, as variáveis contextuais da família e as consequências nos filhos. Já as crianças responderam sobre seus sintomas depressivos. Os resultados indicaram uma variabilidade substancial entre as experiências de estresse parental, tanto em relação ao tipo quanto a quantidade. As mulheres diferiram significativamente nos comportamentos maternos e no estresse psicológico geral e as crianças variaram concomitantemente na severidade dos problemas internalizantes e externalizantes. Esse padrão sugere a necessidade de intervenções individuais focadas no estresse parental para melhor atender as necessidades de mulheres e crianças vítimas de violência conjugal.

No estudo de Zerk, Mertin e Proeve (2009) 60 mães foram entrevistadas para investigar as repostas de trauma de crianças em idade pré-escolar que viviam em lares nos quais a violência conjugal estava presente. Os sintomas de trauma foram mensurados utilizando adaptações de critérios de desenvolvimento baseados no *Child Behavior Checklist* (CBCL) e dados da mãe também foram avaliados quanto à ansiedade, depressão, somatização e estresse parental. Os resultados obtidos sugerem que, além dos níveis clínicos de problemas internalizantes, externalizantes e totais do CBCL, as crianças menores apresentam uma gama de sintomas pós-traumáticos. Mães

que relataram um alto nível de violência e um relacionamento significativo apresentaram níveis de angústia e estresse parental. O estresse parental foi o preditor mais forte dos escores do CBCL. Embora a violência doméstica sozinha não tenha apresentado uma correlação significativa com os resultados das crianças, os dados indicam que a angústia materna tem um impacto adverso na relação mãe-filho.

Buscando relacionar a exposição a violência conjugal e as reações da criança nas interações com os pares em uma amostra baseada na comunidade, Katz, Hunter e Klowden (2008) convidaram crianças para participarem de um paradigma de provocação de pares e as mães das mesmas completaram uma Entrevista Metaemocional Parental (*Parent Meta-Emotion Interview*) (Gottman, Katz & Hooven, 1997). Reações adaptativas (rir, ignorar) e mal adaptativas (hostil; desafiador; comportamentos estranhos) para as provocações dos pares foram examinadas. Os resultados indicaram uma relação positiva entre violência conjugal e comportamentos estranhos e comportamentos de rir. Além disso, o manejo de emoções moderou a relação entre violência conjugal e os comportamentos estranhos e de dar risada das crianças.

Jouriles et al. (2008) verificaram se a violência física conjugal se relaciona com o funcionamento de memória explícita de pré-escolares, se os sintomas de hiperatividade mediavam essa relação e se a maternagem positiva moderava a mesma. Participaram do estudo 69 mães e seus filhos de 4-5 anos de idade (34 meninas). As mães completaram medidas de violência conjugal, sintomas de hiperatividade infantil, agressão mãe-criança e maternagem positiva. Medidas de memória explícita foram administradas com os pré-escolares. Como esperado, a violência conjugal teve uma correlação negativa com desempenho dos pré-escolares nas tarefas de memória explícita, mesmo quando se controlou algumas variáveis como agressão pais-criança e

variáveis demográficas associadas ao funcionamento da memória de pré-escolares. Os sintomas de hiperatividade dos pré-escolares não mediam a relação entre violência conjugal e o funcionamento da memória explícita, mas a maternagem positiva moderou essa relação, isto é, a relação entre violência conjugal e os resultados negativos das crianças entre duas ou três tarefas de memória explícita foram menores quando as mães se engajaram em níveis maiores de maternagem positiva.

As pesquisas descritas acima demonstram que estar exposto à violência conjugal leva a problemas de comportamentos internalizantes e externalizantes nas crianças, sintomas pós-traumáticos, assim como a problemas no relacionamento com pares e em atividades de memória explícita em crianças pré-escolares. Dentre os fatores moderadores desses sintomas destacam-se a qualidade da maternagem e a gravidade da violência conjugal ocorrida. Mais uma vez, o conjunto de pesquisas analisadas ressalta a importância de intervir com as mulheres vítimas de violência conjugal no sentido de as mesmas lidarem com os sintomas da agressão e conseguirem minimizar os efeitos no relacionamento com seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos analisados demonstram que uma parcela considerável de crianças norte-americanas presencia desentendimentos violentos em seus lares (Moore et al., 2007) e grande parte dos casos de violência doméstica que são investigados pelo sistema judiciário norte-americano foi testemunhado por crianças (Fusco & Fantuzzo, 2009), o que indica a necessidade de se ter uma avaliação global de todos os membros da família para se ponderar as consequências da violência ocorrida, visto que a criança exposta à violência pode apresentar diversas sequelas no seu desenvolvimento cognitivo

e emocional (Holt, Buckley & Whelan, 2008; Brancalhone & Williams, 2003; Azevedo & Guerra, 1995; Sinclair, 1985).

Nesse sentido, alguns dos estudos analisados demonstraram os impactos que a violência conjugal tem no surgimento de problemas de comportamento das crianças (Graham-Bermann et al., 2009; Zerk et al., 2009; Paterson et al., 2008; Jouriles et al., 2008; Katz et al., 2008; Hughes & Huth-Bocks, 2007). Cabe destacar que, mesmo quando não foi encontrada uma correlação positiva entre a violência conjugal e os problemas de comportamento da criança (Zerk, Mertin & Proeve, 2009), sintomas decorrentes da violência sofrida pela mulher, como angústia e depressão, por exemplo, foram correlacionadas a dificuldades no manejo comportamental e emocional das crianças.

Além disso, todos os estudos indicaram que os comportamentos maternos mais adequados era um preditor maior de ajustamento das crianças, o que tem implicações práticas e sugere que uma intervenção efetiva seria aquela em que mulher vítimas de violência doméstica recebesse apoio, tanto para a questão da violência, quanto para a educação dos filhos, como pode ser observado nos dados obtidos por Jouriles et al. (2009) e Casanueva et al. (2008). Vale destacar que o LAPREV (Laboratório de Análise e Prevenção de Violência) é pioneiro nessa área no Brasil, tendo implantado em 2008 o *Projeto Parceria*, o qual oferece atendimento psicológico a mães vítimas de violência doméstica, mesclando componentes psicoterapêuticos e educacionais e tem obtido dados positivos no sentido de minimizar as dificuldades no manejo do comportamento dos filhos e melhorar o relacionamento das mães com os seus filhos, empoderando-a para lidar com a situação vivenciada (Williams, Padovani & Brino, 2009; Williams, Araújo, Rios, D’Affonseca, Maldonado, Patrian, & Miranda, 2010).

Em relação às habilidades maternas, a maioria dos estudos analisados demonstrou impactos negativos da exposição à violência conjugal, com um aumento do estresse parental das mães (Renner, 2009), de comportamentos agressivos por parte da mãe (Damant et al., 2010; Taylor et al., 2009; Kelleher et al., 2008), sendo que Letourneau, Fedick e Willms (2007) demonstraram que mães de crianças expostas à violência doméstica podem, de fato, compensar a exposição à violência dos filhos nas suas interações maternas, dando indicativos de que algumas mulheres conseguem superar sua experiência de vitimização e oferecer uma maternagem adequada aos seus filhos. Cabe destacar, contudo, que dentre os estudos que verificaram os impactos da violência conjugal nas habilidades maternas apenas alguns utilizaram grupos controle (Duggan e cols., 2009; Jouriles, McDonald, Rosenfield, Stephens, Corbitt-Shindler & Miller, 2009). Adicionalmente todos os estudos analisados contaram exclusivamente com auto relato das mães como fonte de informação. Não foram encontrados estudos que verificassem as habilidades maternas por meio de outras fontes, como por exemplo, observação da interação dos mesmos. Assim, seria importante que estudos observacionais sistematizados com essa população fossem realizados para que se pudesse verificar o repertório dessas mulheres.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Adeodato, V.G.; Carvalho, R.R.; Siqueira, V. R.; Souza, F. G.M. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de Saúde Pública*, 39 (1), 108-113.
- Appel, A. E. & Holden, G. W. (1998). Co-occurring spouse and child abuse: Implications for CPS practice. *APSAC Advisor*, 11(1), 11 -14.
- Arias, I. & Ikeda, R.M. (2006). Etiology and Surveillance of intimate partner violence. In: J.R. Lutzker, (org.) *Preventing violence: research and evidence-based intervention strategies*. (pp.173-194). Washington: American Psychological Association.
- Capaldi, D.M.; Kim, H. & Pears, K. (2009). The association between partner violence and child maltreatment: a common conceptual framework. Em: D.J. Whitaker & J.R. Lutzker *Preventing Partner Violence: Research and evidence-based intervention strategies*. (pp. 93-111). Washington, DC: American Psychological Association.
- Casanueva, C.; Martin, S.L. & Runyan, D.K. (2009). Repeated reports for child maltreatment among intimate partner violence victims: Findings from the national survey of child and adolescent well-being. *Child Abuse and Neglect*, 33, 84-93.
- Casanueva, C.; Martin, S.L.; Runyan, D.K.; Barth, R.P. & Bradley, R.H. (2008). Parenting services for mothers involved with child protective services: Do they change maternal parenting and spanking behaviors with young children? *Children and Youth Services Review*, 30, (8), 861-878.

- Casanueva, C.; Martin, S.L.; Runyan, D.K.; Barth, R.P. & Bradley, R.H. (2008). Quality of maternal parenting among intimate-partner violence victims involved with the child welfare system. *Journal of Family Violence*, 23, 413–427.
- Chaffin, M. & Schmidt, S. (2006). An evidence-based perspective on interventions to stop and prevent child abuse. In: J.R. Lutzker (org.) *Preventing violence: research and evidence-based intervention strategies*. (pp.49-68). Washington: American Psychological Association.
- Constantino, R.; Crane, P.A.; Noll, B.S.; Doswell, W.M. & Braxter, B. (2007). Exploring the feasibility of email-mediated interaction in survivors of abuse. *Journal of Psychiatric & Mental Health Nursing*, 14 (3), 291-301.
- Dahlberg, L.L. & Simon, T.R. (2006). Predicting and preventing youth violence: developmental pathways and risk. In: J.R. Lutzker (org.) *Preventing violence: research and evidence-based intervention strategies*. (pp.97-124). Washington: American Psychological Association.
- Damant, D.; Lapierre, S.; Lebosse, C.; Thibault, S.; Lessard, G.; Hamelin-Brabant, L.; Lavergne, C. & Fortin, A. (2010). Women's abuse of their children in the context on domestic violence: reflection from women's accounts. *Child and Family Social Work*, 15, 12-21.
- Dixon, L.; Hamilton-Giachritsis, C.; Browne, K.& Ostapuik, E. (2007). The co-occurrence of child and intimate partner maltreatment in the family: Characteristics of the violent perpetrators. *Journal of Family Violence*, 22(8), 675-689.
- Duggan, A.K.; Berlin, L.J.; Cassidy, J.; Burrell, L. & Tandon, S.D. (2009). Examining maternal depression and attachment insecurity as moderators of the impacts of home

- visiting for at-risk mothers and infants. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77(4), 788-99.
- Edelson, M.G.; Hokoda, A. & Ramos-Lira, L. (2007). Differences in effects of domestic violence between Latina and non-Latina women. *Journal of Family Violence*, 22(1), 1-10.
- Finger, B.; Hans, S.L.; Bernstein, V.J. & Cox, S.M. (2009). Parent relationship quality and infant-mother attachment. *Attachment and human development*, 11(3), 285-306.
- Fusco, R.A. & Fantuzzo, J.W. (2009). Domestic violence crimes and children: A population-based investigation of direct sensory exposure and the nature of involvement. *Children & Family Services Review*, 31, 249-256.
- Graham-Bermann, S.A.; Gruber, G.; Howell, K.H. & Girz, L. (2009). Factors discriminating among profiles of resilience and psychopathology in children exposed to intimate partner violence (IPV). *Child Abuse and Neglect*, 33(9), 648-60.
- Gottman, J.M., Katz, L.F., & Hooven, C. (1997). *Meta-emotion: How families communicate emotionally*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum.
- Hermann, J. & Barsted, L.L. (2000). *Violência contra a mulher: Um guia de defesa, orientação e apoio*. CEPIA/CEDIM. Rio de Janeiro: RJ.
- Hibel, L.C.; Granger, D.A.; Blair, C. & Cox, M.J. (2009). Intimate Partner Violence Moderates the Association Between Mother-Infant Adrenocortical Activity Across an Emotional Challenge. *Journal of Family Psychology*, 23(5), 615-25.

- Holden, G. W. (2007, 11 de maio). Abused women as mothers: Evidence, issues and controversies. III Congresso sobre Crianças Expostas à Violência Doméstica, London, Canadá.
- Holigrocki R; Crain R; Bohr Y; Young K; Bensman H (2009). Interventional use of the parent-child interaction assessment-II enactments: modifying an abused mother's attributions to her son. *Journal of Personality Assessment*, 91(5), 1-12.
- Holt, S., Buckley, T. & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: a review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32 (8), 797-810.
- Jouriles EN; McDonald R; Rosenfield D; Stephens N; Corbitt-Shindler D; Miller PC (2009). Reducing conduct problems among children exposed to intimate partner violence: a randomized clinical trial examining effects of Project Support. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77(4), 705-17.
- Jouriles, E.N.; Brown, A.S.; McDonald, R.; Rosenfield, D.; Leahy, M.M.& Silver, C. (2008). Intimate partner violence and preschoolers' explicit memory functioning. *Journal of Family Psychology*, 22, 420–428.
- Katz, L.F.; Hunter, E. & Klowden, A. (2008). Intimate partner violence and children's reaction to peer provocation: The moderating role of emotion coaching. *Journal of Family Psychology*, 22(4), 614-621.
- Kelleher, K.J.; Hazen, A.L.; Coben, J.H.; Wang, Y.; McGeehan, J.; Kohl, P.L. & Gardner, W.P. (2008). Self-reported disciplinary practices among women in the child welfare system: association with domestic violence victimization. *Child Abuse and Neglect*, 32(8), 811-8.

- Kelly, U.A. (2009). "I'm a Mother First": The Influence of Mothering in the Decision-Making Processes of Battered Immigrant Latino Women. *Research in Nursing & Health*, 32(3):286-97.
- Lutzker, J.R. (2006). *Preventing violence: research and evidence-based intervention strategies*. Washington: American Psychological Association.
- Mele, M. (2009). The time course of repeat intimate partner violence. *Journal of Family Violence*, 24 (8), 619-624.
- Moore, C.G.; Probst, J.C.; Tompkins, M.; Cuffe, S.; Martin, A.B; (2007). The prevalence of violent disagreements in US families: effects of residence, race/ethnicity, and parental stress. *Pediatrics*;119 (1), S68-76.
- O'Leary, K.D. & Woodin, E.M. (2006). Bringing the agendas together: partner and child abuse. In: J.R. Lutzker (org.) *Preventing violence: research and evidence-based intervention strategies*. (pp.239-258).Washington: American Psychological Association.
- Paterson, J.; Carter, S.; Gao, W.; Cowley-Malcolm, E. & Iusitini, L. (2008). Maternal intimate partner violence and behavioural problems among Pacific children living in New Zealand. *Journal Child Psychology Psychiatry*, 49(4), 395-404.
- Probst, J.C.; Wang, J.Y.; Martin, A.B.; Moore, C.G.; Paul, B.M. & Samuels, M. (2008). Potentially violent disagreements and parenting stress among American Indian/Alaska Native families: analysis across seven states. *Maternal and Child Health Journal*, 12 (1), 91-102.

- Renner, L.M. (2009). Intimate Partner Violence Victimization and Parenting Stress: Assessing the Mediating Role of Depressive Symptoms. *Violence Against Women*, 15(11), 1380-1401.
- Rios, K.; D’Affonseca, S.M.; Santini, P.M.; Lessa, T.; Patrian, A.A.; Miranda, T.D. & Williams, L.C.A. (2010). Uma casa-laboratório como recurso tecnológico para o ensino de habilidades parentais e prevenção de problemas do comportamento infantil. *Sobre comportamento e cognição*, Santo André: ESETec Editores Associados, pp.210-222.
- Sinclair, D. (1985). *Understanding Wife Assault*. Toronto: Publications Ontário.
- Slep, A. M. S. & O’Leary, S. G. (2001). Examining partner and child abuse: Are we ready for an integrated theory of family violence? *Child and Family Psychology Review*, 4, 87-108.
- Straus, M.A., Hamby, S.L., Boney-McCoy, S., Sugarman, D.B. (1996). The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316.
- Taylor, C.A. ; Guterman, N.B.; Lee, S.J & Rathouz, P.J. (2009). Intimate partner violence, maternal stress, nativity, and risk for maternal maltreatment of young children. *American Journal of Public Health*, 99(1), 175-83.
- Tischler, V.; Rademeyer, A. & Vostanis, P. (2007). Mothers experiencing homelessness: mental health, support and social care needs. *Health and Social Care in the Community* 15 (3), 246-253.
- Vasconcelos, I.F. (2002). Resolução Violenta de Conflitos entre Casais: quem sai perdendo? Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de

Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

Williams, L.C.A. (2001). Violência doméstica: há o que fazer? Em: H.J. Guilhardi, M.B.B. Madi, P.P. Queiroz & M.C. Scoz (Org.) *Sobre o comportamento e cognição: expondo a variabilidade*, v. 7 (pp.1-12) Santo André: ESETec.

Williams, L.C.A & Araujo, E.A. (2009). Habilidades maternas de mulheres que sofrem violência do parceiro: uma revisão. *Sobre Comportamento e Cognição* (pp.96-109) Santo André: ESETec.

Williams, L.C.A., Padovani, R.C. & Brino, R.F. (2009). *O empoderamento da família para enfrentar a violência doméstica*. São Carlos: EDUFSCar/OPAS.

Williams, L. C. A.; Araújo, E. A. C.; Rios, K. A.; D'Afonseca, S. M.; Maldonado, D. A.; Patrian, A. C. A. & Miranda, T. D. (2010). Projeto Parceria: O ensino de habilidades parentais a mães com histórico de violência conjugal. In: L. C. A. Williams; J. M. Maia & K. A. Rios. *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção*.

Zerk, D.M.; Mertin, P.G. & Proeve, M. (2009). Domestic Violence and Maternal Reports of Young Children's Functioning. *Journal of Family Violence*, 24 (7), 423-432.

ARTIGO 2

D'Affonseca, S.M.; Ormeño, G.R. & Williams, L.C.A. (a ser submetido) Associação entre violência íntima do parceiro e maus-tratos infantis: Uma revisão da literatura. *Revista Psicologia em Revista*.

ASSOCIAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA INTIMA DO PARCEIRO E MAUS-TRATOS INFANTIS: REVISÃO DA LITERATURA

Sabrina Mazo D’Affonseca; Gabriela Reyes Ormeno e Lúcia C.A. Williams

RESUMO

O presente estudo objetivou revisar a literatura nacional e internacional dos anos de 2004 a 2012 sobre a associação entre violência íntima do parceiro (VIP) e maus-tratos infantis, nas seguintes bases de dados: Pubmed, Scielo, Lilacs, Medline, Psychinfo, Google Scholar, Google Acadêmico e análise indireta a partir das referências dos artigos encontrados. Foram encontrados 31 artigos que se relacionavam com a proposta do artigo, majoritariamente internacionais, sendo os mesmos divididos em quatro categorias: 1. Prevalência da correlação entre VIP e os maus-tratos infantis; 2. VIP e mortalidade infantil; 3. Efeitos da VIP em crianças e adolescentes; e 4. VIP e políticas públicas. A análise dos artigos permitiu verificar que a VIP e maus-tratos infantis são dois fenômenos fortemente correlacionados, podendo gerar sintomas de saúde física e mental em crianças e adolescentes e estar associada à mortalidade infantil. Contudo, avaliações universais sobre a problemática, tanto da VIP quanto dos maus-tratos infantis, não são realizadas por serviços de proteção a crianças ou serviços de atendimento a mulheres, o que pode comprometer a eficácia das ações e a prevenção da violência. Estudos nacionais que analisem a correlação dos fenômenos, assim como iniciativas de trabalhos universais com essa população são sugeridos.

Palavras-chaves: violência íntima contra o parceiro, maus-tratos infantis, exposição à violência, violência contra a mulher, prevenção.

ABSTRACT

This study aimed at reviewing Brazilian and international literature related to the years 2004-2012 on the association between intimate partner violence (IPV) and child abuse in the following databases PubMed, Scielo, Lilacs, Medline , PsychInfo, Google Scholar and indirect analysis of cited references on studies. A number of 31 studies were found related to the study's goal, which were mostly international, and were divided into four categories: 1. Correlation between prevalence of IPV and child abuse 2. IPV and child mortality; 3. Effects of IPV in children and adolescents, and 4. IPV and public policies. The analysis has shown that IPV and child maltreatment are two highly correlated phenomena with effects on physical and mental health of children and adolescents, and may be associated with infant mortality. Nevertheless, universal assessments of both IPV and child abuse are not routinely made by child protection services or intervention services to women, which may compromise the effectiveness of actions and violence prevention. Brazilian studies analyzing the correlation of the phenomena, as well as initiatives to work in a universal approach with this population are suggested.

Keywords: Intimate partner violence, child abuse, exposure to violence, women violence, prevention

RESUMEN

Este estudio revisó la literatura nacional e internacional de los años 2004 a 2012 sobre la asociación entre la violencia del compañero íntimo (VCI) y el maltrato infantil en las siguientes bases de datos: Pubmed, Scielo, Lilacs, Medline, PsychInfo, Google Scholar, Google Scholar y análisis indirecto de las referencias de los artículos encontrados. Se encontró 31 artículos que se relacionan con el propósito de este artículo, en su mayoría internacionales, y se dividen en cuatro categorías: 1. La prevalencia de la VCI y la correlación entre el abuso infantil 2. La mortalidad infantil y VCI, 3. Efectos de la VCI en niños y adolescentes, y 4. VCI y Políticas públicas. El análisis de los artículos muestra que el abuso de VIP y el niño son dos fenómenos fuertemente correlacionados, y puede causar síntomas de salud física y mental en niños y adolescentes y se relaciona con la mortalidad infantil. Sin embargo, las evaluaciones universales sobre el problema, tanto de VCI cuanto de abuso de menores, no se hacen por los servicios de protección de la infancia o servicios de atención a las mujeres, o que puede comprometer la eficacia de las acciones y la prevención de la violencia. Estudios nacionales que analizan la correlación de los fenómenos, así como las iniciativas para el trabajo universal con esta población se sugieren.

Palabras clave: la violencia contra la pareja, maltrato infantil, la exposición a la violencia, la violencia contra las mujeres, la prevención

Diversos estudos apontam os impactos que a violência contra a mulher pode acarretar para os seus filhos, tanto em relação ao aparecimento de sintomas físicos e psicológicos nas crianças, como em relação às habilidades maternas das mães que poderiam ficar comprometidas, quando a mesma é vítima de violência (D’Affonseca & Williams, 2011; Damant et al., 2010; Renner, 2009; Holt, Buckley & Whelan, 2008; Kelleher, Hazen, Coben, Wang, Mcgeehan, Kohl & Gardner, 2008; Taylor, Guterman, Lee & Rathouz, 2009; Williams & Araujo, 2009). Apesar da constatação dessa relação, somente nas últimas décadas os pesquisadores se debruçaram para tentar compreender a correlação entre a violência íntima contra o parceiro (VIP) e maus-tratos infantis, gerando um impacto direto nos serviços oferecidos a tais populações e no desenvolvimento de políticas públicas desenvolvidas para prevenir esses fenômenos.

Considerando a importância de se analisar a associação entre os dois fenômenos, o presente trabalho objetiva revisar a literatura da área para se tiver uma amostra das publicações que apresentem dados a respeito da associação desse aspecto.

Para alcançar o objetivo proposto foram analisadas bases de dados nacionais e internacionais (Pubmed, Scielo, Lilacs, Medline, Psychinfo, Google Scholar e Google Acadêmico) e análise indireta das referências citadas nos artigos encontrados no período de 2004 a janeiro de 2012. Nas bases de dados foram utilizadas as seguintes palavras-chaves *intimate partner violence and child abuse, domestic violence and child abuse, violência íntima do parceiro e maus-tratos infantis, violência doméstica e maus-tratos infantis*.

Na pesquisa realizada, foram encontrados 31 artigos publicados em periódicos em língua inglesa ou portuguesa e um capítulo de livro (Edleson, 2006), o qual discute a questão de políticas a respeito da associação entre os dois fenômenos. Cabe destacar a

predominância de artigos internacionais sobre o assunto, sendo que 90% dos estudos foram desenvolvidos por pesquisadores norte americanos. Adicionalmente, encontraram-se três artigos de pesquisadores indianos (Silverman et al, 2011; Koenig et al, 2010; Ackerson & Subramanian, 2009), um artigo de uma pesquisadora norueguesa (Øverlien, 2010), assim como um artigo de uma pesquisadora chinesa (Chan, 2011), e um artigo de pesquisadores brasileiros (Reichenheim, Dias & Moraes, 2006).

Dos 31 artigos encontrados, 4 se caracterizaram como revisão da literatura da área (Goddard & Bedi, 2010; Øverlien, 2010; Herrenkohl, Sousa, Tajima, Herrenkohl & Moylan, 2008; Edleson, Ellerton, Seagren, Kirchberg, Schmidt & Ambrose, 2007) e discutiam a respeito dos avanços nas pesquisas realizadas sobre o assunto e a importância do olhar holístico sobre a questão. Tais estudos foram excluídos da análise, assim como foram excluídos os artigos repetidos, ou seja, os quais apareciam em mais de uma base de dados, e os que não permitiam acesso ao artigo completo (n=6), sendo mantidos apenas os trabalhos (n=21) que consistiam em pesquisas experimentais. Os 21 artigos foram analisados e divididos em quatro categorias definidas pelas autoras de acordo com o tema central das pesquisas e os principais achados dos estudos: 1. Prevalência da associação entre VIP e maus-tratos infantis (n=10); 2. VIP e mortalidade infantil (n=3); 3. Efeitos da VIP em crianças e adolescentes (n=6); e 4. VIP e políticas públicas (n=2).

1. Prevalência da associação entre VIP e maus-tratos infantis

A maior parte das pesquisas encontradas buscou examinar a prevalência da coocorrência de IPV e maus-tratos infantis (n= 10, 37%), sendo que as mesmas foram realizadas com diferentes fontes de dados: (a) o auto relato de mães (Reichenheim, Dias & Moraes, 2006; Taylor, Guterman, Lee & Rathouz, 2009; Zolotor, Theodore, Coyne-Beasley & Runyan, 2007), (b) auto relato de mães e de pais (Chan, 2011; Dixon,

Hamilton-Giachritsis, Browne & Ostapuik, 2007), (c) auto relato de crianças (Hamby, Finkelhor, Turner & Omrod, 2010; Lee, Kotch & Cox, 2004), e (d) auto relato de mães denunciadas aos serviços de proteção à criança por terem maltratado seus filhos (Casanueva, Martin & Runyan, 2009; Hazena, Connellya, Kelleherb, Landsverka & Barthd, 2004; Kelleher, Hazen, Coben, Wang, Mcgeehen, Kohl & Gardner, 2008).

a. Auto relato de mães

Reichenheim, Dias e Moraes (2006) buscaram apresentar um perfil de ocorrência e coocorrência de violência física conjugal e contra filhos em uma população atendida em um serviço de saúde brasileiro, segundo diferentes características socioeconômicas e demográficas. Os dados foram obtidos a partir de um estudo transversal sobre violência familiar e prematuridade, realizado na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2000. Foram elegíveis para a análise os domicílios contendo mulheres vivendo com companheiro e nos quais coabitavam com pelo menos um filho (ou enteado) de até 18 anos (n=205). Condições socioeconômicas, demográficas e relativas aos hábitos de vida da mulher e do companheiro foram consideradas como potenciais preditores de violência. A variável de desfecho foi analisada em quatro níveis: ausência de violência física no domicílio; ocorrência de violência física no casal; contra pelo menos um filho e coocorrência de violência física no casa e agressão ao filho. Utilizou-se um modelo logito-multinomial para as projeções de prevalências desses matizes de violência segundo os descritores selecionados. Os fatores associados ao maior risco do desfecho foram: idade materna superior a 25 anos; companheiro com primeiro grau incompleto, presença de mais de duas crianças menores de cinco anos no domicílio; e abuso de álcool e drogas ilícitas pelo companheiro. Em domicílios com todas essas características, a estimativa conjunta de prevalência projetada de violência

no casal e contra filhos chegou a 90,2%, sendo de 60,6% a de coocorrência. Na ausência desses fatores, as estimativas foram consideravelmente menores (18,9% e 0,2%).

Zolotor, Theodore, Coyne-Beasley e Runyan (2007) buscaram analisar a prevalência de maus-tratos infantis em lares nos quais ocorre VIP comparando com lares nos quais não ocorre VIP. Para tanto, os autores realizaram uma análise transversal dos dados coletados por telefone com 1.232 mulheres que coabitavam com o parceiro nos estados da Carolina do Norte e do Sul nos Estados Unidos. As escalas de Táticas de Conflito e Táticas de Conflito Parental foram utilizadas para determinar a presença de VIP e de maus-tratos físico, psicológico, sexual e negligência. Mães que relataram VIP (tanto vítimas quanto agressoras) tiveram uma taxa 2.57 vezes maior de descrever abuso físico contra seus filhos, quando comparadas com mulheres que não reportaram (95% CI 1.11–5.97). Em relação a negligência, a taxa foi 2.04 vezes maior, abuso psicológico 9.58 vezes (95% CI 4.27–21.49); e abuso sexual 4.90 vezes (95% CI 0.43–55.67). Os dados apresentados demonstram que a VIP esteve associada a todas as formas de maus-tratos infantis na amostra pesquisada.

Taylor, Guterman, Lee e Rathouz (2009) examinaram a associação entre VIP e fatores de risco materno com o risco de a mãe vir a cometer maus-tratos infantis em uma amostra diversa de mães (N = 2.508) que participaram de um estudo intitulado Estudo de Famílias Frágeis e Bem-estar Infantil (*Fragile Families and Child Well-Being Study*). Após a coleta de dados, os pesquisadores realizaram análise de regressão para examinar a associação entre VIP, stress parental, depressão maior (variáveis chave) e quatro variáveis proximais para maus-tratos infantis perpetrados pela mãe. Os resultados indicaram que as mães relataram uma média de 25 episódios de agressão psicológica e 17 episódios de agressão física contra seus filhos de três anos de idade, no ano anterior ao estudo, adicionalmente 55% agrediu fisicamente o filho no mês anterior

ao estudo. Cerca de 40% das mães eram vítimas de VIP pelo parceiro atual. VIP e stress parental materno foram fatores de risco consistentes para as quatro variáveis proximais.

b. Auto relato de mães e de pais

Dixon, Hamilton-Giachritsis, Browne e Ostapuk (2007) avaliaram as características associadas a mães e pais que maltratam seus filhos e que praticavam VIP, comparando-as com pais que maltratavam seus filhos exclusivamente. Participaram da pesquisa 162 pais acusados de maus-tratos infantis, sendo que, desse total, 43 eram pais (grupo PF) e 23 mães (grupo MF), que praticavam tanto VIP, quanto maus-tratos infantis e 23 pais (grupo PC) e 26 mães (grupo MC) que praticavam exclusivamente maus-tratos infantis. Além disso, dois pais (grupo PV) e 23 mães (grupo MV) eram vítimas de VIP e praticavam maus-tratos infantis e sete pais (grupo PNC) e 15 mães (grupo MNC) não maltratavam seus filhos, mas viviam com um companheiro que maltratava. Independente da unidade familiar, quase metade da amostra (40,7%) praticava tanto VIP quanto maus-tratos infantis. Entretanto, os pais do sexo masculino tinham uma probabilidade maior de maltratar a companheira e os filhos, quando comparados às mães. Por outro lado, as mães tinham uma probabilidade significativamente maior de serem vítimas de VIP do que os pais. Pais do grupo PF praticaram o maior número de maus-tratos físicos e sexuais contra as crianças, enquanto MC e MV praticaram o maior número de casos de negligência. Poucas diferenças estatisticamente significativas entre as mães foram encontradas. Os pais do grupo PF tinham mais fatores de risco associados ao desenvolvimento de um estilo criminoso, quando comparados com os pais PC. Diferenças de gênero foram demonstradas entre os pais PF e mães MF. Os pais demonstraram mais características antissociais, menos problemas de saúde mental e menor sentimentos de isolamento. As mães MC, quando comparadas com os pais PC, tinham maior histórico de vitimização na infância,

problemas de saúde mental, fatores de risco para a parentagem e tinham uma probabilidade maior de serem mães biológicas de seus filhos.

Chan (2011) objetivou examinar a prevalência da co-ocorrência de VIP e maus-tratos infantis em uma amostra de pais chineses, investigando os fatores de risco para maus-tratos infantis com ênfase especial no papel da VIP. Participaram da pesquisa 2.363 pais (1.128 homens e 1.235 mulheres), que responderam aos seguintes instrumentos de medida: Escala para Pais e Filhos Sobre Táticas de Conflitos (*The Parent–Child Conflict Tactics Scale*) [(CTSPC).] (Straus; Hamby; Finkelhor; Moore & Runyan, 1998); Escala de Tática de Conflitos (*Conflict Tactics Scale* [CTS2]) (Strauss et al. 1996); Perfil Pessoal e de Relacionamento (*Personal and Relationship Profile - PRP*); Escala de Auto-Estima de Rosenberg; um Questionário Demográfico (idade, nível educacional, situação laboral e renda, doenças crônicas, situação com os pais, vivem ou não com os filhos, uso/abuso de álcool e drogas) e Questionário com perguntas referentes a ter sido exposto à VIP na infância e número de conflitos com os pais no último ano. Os resultados obtidos demonstraram que entre os pais que praticavam maus-tratos infantis, 37% admitiram serem agressores e 36% vítimas de VIP. Violência física e psicológica entre os parceiros foram às características mais significativamente associadas aos maus-tratos infantis.

c. Auto relato de crianças

Lee, Kotch e Cox (2004) examinaram a associação entre VIP físico e maus-tratos infantis em uma amostra de crianças de risco. Participaram da pesquisa 219 crianças com idades variando de 6 a 7 anos e seus cuidadores. VIP foi medido combinando-se o auto relato do cuidador e da criança, e maus-tratos infantis foi baseado em documentos da Divisão dos Assuntos Sociais do Registro Central de Serviços (*Division of Social Services Central Registry*). Entre os 219 pares cuidador-criança

estudados, 42 (19.2%) tinham pelo menos uma denúncia de maus-tratos nos dois anos anteriores. VIP foi consistentemente preditor de maus-tratos infantis, com o ajuste da *odds ratio* variando de 2.96 a 3.46. Entre as famílias que tinham crianças com necessidades educacionais especiais, VIP foi fortemente associado aos maus-tratos infantis. Entretanto, esse padrão não foi observado entre os participantes que não tinham necessidades educacionais especiais.

Hamby, Finkelhor, Turner e Omrod (2010) examinaram a co-ocorrência de exposição a VIP e maus-tratos infantis e outras formas de vitimização a partir dos dados obtidos por uma pesquisa nacional sobre a exposição das crianças à violência (*National Survey of Children's Exposure to Violence - NatSCEV*), realizada por telefone com crianças que viviam nos EUA. Participaram da pesquisa 4.549 crianças entre 0–17 anos. Após um dos cuidadores (geralmente o pai ou a mãe) ser entrevistado sobre dados demográficos da família, uma criança por família era selecionada randomicamente (aquela cujo aniversário era mais próximo à data da coleta de dados). Quando a criança tinha entre 10–17 anos, ela respondia a uma entrevista por telefone (46% das entrevistas); caso tivesse menos de 10 anos, o cuidador mais próximo da criança (aquele mais familiarizado com sua rotina diária e experiências) era entrevistado. A entrevista consistia em perguntas do Questionário de Vitimização Juvenil (*Juvenile Victimization Questionnaire – JVQ*), inventário que abrange cinco áreas de vitimização juvenil: maus-tratos, delitos convencionais, vitimização por pares ou irmãos, vitimização sexual, e testemunhar ou ser vítima indireta de violência (Finkelhor, Hamby, Ormrod, & Turner, 2005; Hamby, Finkelhor, Ormrod, & Turner, 2005). Os resultados obtidos indicaram que estar exposto à VIP estava fortemente associado a diversas formas de maus-tratos, com *odds ratio* variando de 3.88 a 9.15. A exposição à violência também foi significativamente associada a uma ampla variedade de outras formas de vitimização,

com a *odds ratio* variando de 1.43 a 7.32. Mais de um terço (33.9%) dos jovens que presenciou VIP também sofreu maus-tratos no ano anterior, comparado com 8.6% daqueles que não presenciaram VIP. Em relação aos dados ao longo da vida dos jovens, mais da metade da amostra (56.8%) de jovens que presenciou VIP também foram vítimas de maus-tratos, sendo a negligência e disputa pela guarda familiar mais fortemente associadas à experienciar VIP. Tais dados, segundo os autores, dão suporte ao modelo de polivitimização proposto por Finkelhorn (2009), indicando que a maioria dos jovens experenciam múltiplas formas de vitimização. Além disso, os dados demonstram que várias formas de violência familiar estão correlacionadas.

d. Auto relato de mães denunciadas

Hazena et al. (2004) utilizaram dados de uma pesquisa sobre bem-estar de crianças e adolescentes (*National Survey of Child and Adolescent Well-Being*), estudo realizado com uma amostra nacional dos EUA visando identificar maus-tratos infantis e negligência. As participantes (n= 3.612) foram entrevistadas a respeito de características demográficas, saúde mental, abuso de substância e VIP. Os resultados indicaram que a prevalência de VIP ao longo da vida das mulheres foi de 44,8%, sendo que no último ano, a prevalência foi de 29% e que os sintomas de depressão maior da cuidadora e histórico de denúncias da mãe de maus-tratos infantis foram fortemente associados à VIP.

Kelleher et al. (2008) examinaram a associação entre VIP no último ano ou ano anterior e o auto relato de práticas de disciplina entre mães em uma amostra nacional de famílias denunciadas ao serviço de proteção à criança dos EUA. O estudo transversal foi realizado com 3.000 mulheres, que responderam a diferentes versões da Escala de Táticas de Conflito (Strauss; Hamby; McCoy & Sugarman, 1996). Em termos de resultados, 443 mulheres (14.8%) disseram ter sido vítimas de VIP no ano anterior;

1.161(38.3%) disseram ter sofrido VIP no passado e 2.025 (67.5%) não relataram episódios de VIP. Qualquer exposição à VIP foi associada a maiores taxas de auto relato das mães de agressão aos filhos tanto psicológica quanto física e negligência quando comparado a mulheres sem histórico de VIP. Depois de controlar as variáveis comportamento da criança, alguns fatores demográficos e características maternas, as mulheres vítimas de VIP disseram empregar mais agressão psicológica, sendo que agressão física e negligência foi mais frequente para as mulheres que reportaram vitimização recente de VIP.

Casanueva, Martin e Runyan (2009) buscaram determinar a prevalência de VIP (definida como qualquer violência física ocorrida nos últimos 12 meses ou anteriormente) entre mulheres acusadas de maltratar seus filhos e verificar se for vítima de VIP estava associado à recorrência dos casos no Serviço de Proteção à Criança em um período de 18 meses. Os autores utilizaram os dados de 5.501 crianças (0-14 anos) que participaram da Pesquisa Nacional sobre Bem-Estar de Crianças e Adolescentes (*National Survey of Child and Adolescent Well-Being - NSCAW*), estudo realizado pelos EUA em nível nacional para investigar maus-tratos infantis. As crianças foram selecionadas randomicamente entre as famílias que entraram no sistema de proteção à criança dos EUA, entre outubro de 1999 e dezembro de 2000. A análise da amostra baseou-se em 1.236 famílias, nas quais as mães eram acusadas de maus-tratos infantis (independentemente de o mesmo ter sido comprovado ou não) e não haviam recebido qualquer tipo de intervenção. Cabe destacar que as mães poderiam ser biológicas (n = 1,212 ou 98.6%), adotivas (n = 17 ou 1%), ou madrastas (n = 7 ou 0.3%). Os resultados obtidos demonstraram que as crianças de mães abusadas fisicamente por seu parceiro íntimo nos últimos 12 meses, ou anteriormente (44%), tiveram uma probabilidade duas vezes maior de serem notificadas ao serviço de proteção à criança quando comparadas

com aquelas sem histórico de VIP (29% vs. 14%, Odds Ratio = 2.0, 95%; intervalo de confiança=1.1–3.4). Recorrências ocorreram quase duas vezes mais frequentemente para mulheres com histórico de VIP do que para mulheres sem tal histórico (Hazard Ratio = 1.9, 95%; intervalo de confiança = 1.1–3.0), o que demonstra a necessidade de tais serviços realizarem uma avaliação global na qual não apenas se obtenha dados a respeito da vitimização da criança, mas também busque analisar a situação da mãe.

Independentemente da fonte de dados utilizada (mães, pais, crianças, mães denunciadas) e do país pesquisado (EUA, Brasil ou China), a taxa de co-ocorrência de maus-tratos infantis e VIP foi relativamente alta. Reichenheim, Dias e Moraes (2006) apontaram fatores de risco que podem predizer o surgimento dos fenômenos, como idade materna superior a 25 anos, escolaridade do companheiro (primeiro grau incompleto), número de crianças no domicílio com menos de 5 anos, abuso de álcool e drogas pelo parceiro.

Em relação à ocorrência de maus-tratos infantis, a presença de VIP, tanto recente quanto anterior (Casanueva, Martin & Runyan, 2009; Chan, 2011; Dixon et al., 2007; Hamby et al., 2010; Hazena et al., 2004; Lee, Kotch & Cox, 2004; Kelleher et al., 2008; Taylor et al., 2009; Zolotor et al., 2007), depressão materna (Hazena et al., 2004), necessidades educacionais especiais da criança (Lee, Kotch & Cox, 2004), histórico de denúncias (Hazena et al., 2004) e stress parental (Taylor et al., 2009) foram os fatores de risco encontrados pelos pesquisadores, sendo que a pesquisa de Chan (2011) indicou que violência física e psicológica sofrida pelas mães estavam mais fortemente associada aos maus-tratos infantis e a vitimização recente da mãe foi associada a aumento da probabilidade de casos de agressão física e negligência (Kelleher et al., 2008). Apesar de a VIP aumentar a probabilidade de ocorrer abuso infantil, cabe destacar que a maioria das mães denunciadas aos serviços de proteção às crianças que participaram das

pesquisas não relataram sofrer VIP (Casanueva, Martin & Runyan, 2009; Hazena et al., 2004; Kelleher et al., 2008), o que parece indicar que embora a VIP seja um fator de risco importante, outras variáveis influenciam o comportamento dos pais em relação aos filhos.

2. VIP e mortalidade infantil

Três artigos (Ackerson & Subramanian, 2009; Koenig et al., 2010; Silverman et al., 2011) analisaram a relação entre VIP e mortalidade infantil. Os três trabalhos foram realizados por pesquisadores indianos a partir dos dados coletados em uma pesquisa nacional na Índia (*National Family Health Survey of India*) em diferentes anos.

Ackerson e Subramanian (2009) utilizaram os dados coletados em 2005-2006 referentes a 39.096 crianças com menos de 5 anos de idade (<60 meses). As pesquisadoras consideraram exposição à VIP quando as mães reportaram qualquer incidente de violência física, sexual e psicológica. Em relação aos efeitos, as autoras consideram morte de bebês (0 a <12 meses), criança mais velha (12 a <60 meses) e qualquer criança (0 a <60 meses). Os resultados demonstraram que a experiência de sofrer VIP físico esteve associada a uma maior taxa de mortalidade entre todas as crianças (risk ratio [RR]: 1.21 [95% intervalo de confiança [CI]: 1.13–1.30]), bebês (RR: 1.24 [95% CI: 1.01–1.53]), e crianças mais velhas (RR: 1.25 [95% CI: 1.00–1.56]). Sofrer VIP psicológica e sexual estava menos associados à morte infantil. A associação entre VIP materno e mortalidade infantil não se diferenciou em relação ao gênero da criança. As autoras sugerem que a associação entre VIP e mortalidade infantil pode ser atribuída à inabilidade materna de prestar cuidados adequados à criança, ao stress psicológico da criança associado a estar exposto a VIP e a probabilidade maior de a criança ser vítima de maus-tratos pela vitimização materna.

Koenig et. al. (2010) objetivaram investigar a relação entre VIP e mortalidade perinatal, neonatal e no primeiro ano de vida do bebê em uma área rural da Índia, utilizando dados prospectivos. Os pesquisadores utilizaram os dados da pesquisa realizada em 2002-2003 em quatro estados da Índia. Os dados dos nascimentos ocorridos no período (n= 3.909) foram analisados utilizando-se análise bivariada e análise de regressão. Os dados obtidos demonstraram que os bebês de mães que experienciaram dois ou mais episódios recentes de VIP tiveram chance maior de terem morte perinatal [hazards ratio (HR) = 1.85, 95% intervalo de confiança (CI) = 1.12, 2.79] e neonatal (HR = 1.62, 95% CI = 1.11, 2.53), quando comparados a mulheres que não relataram episódios de violência. De modo geral, crianças nascidas de mulheres vítimas de VIP tiveram um risco 68% maior de mortalidade infantil quando comparado ao grupo de crianças cujas mães não sofriam violência. As mulheres que experienciaram apenas um episódio de VIP não se encontravam no grupo de alto risco de mortalidade.

Silverman et al. (2011) realizaram uma análise de dados nacionalmente representativos para estimar as razões de risco ajustada (AHRS) e riscos atribuíveis para a mortalidade infantil com base no sexo da criança e na VIP contra as mães. Participaram do estudo 59.467 mulheres com idade variando entre 15 e 49 anos. Dos 29 estados da Índia que participavam da Pesquisa Nacional de Saúde Familiar (*Indian National Family Health Survey*), três estados forneceram dados sobre o número de nascimentos (158.439) e mortes de crianças, de ambos os sexos, com menos de 5 anos, ocorridas nos 20 anos anteriores ao estudo. Os resultados demonstraram que a morte de bebês com menos de um ano de idade foi maior entre as crianças cujas mães eram vítimas de VIP (79.2 de 1000 nascimentos), quando comparadas com aquelas cujas mães não eram vítimas de VIP (59.1 de 1000 nascimentos) (aHR, 1.09; 95%; intervalo de confiança [CI], 1.03-1.15); sendo esse efeito significativo apenas para as meninas

(1.15; 1.07-1.24). A morte de crianças com mais de um ano de idade também foi maior entre as mães que experienciavam VIP (103.6 de 1000 nascimentos), quando comparadas com mães que não experienciavam VIP (74.8 de 1000 nascimentos (aHR, 1.10; 95% CI, 1.05-1.15); e o efeito só foi significativo para as meninas (1.14; 1.07-1.21). Uma estimativa de 58.021 mortes de bebês do sexo feminino e 89.264 mortes de meninas foram relacionadas à VIP anualmente, ou aproximadamente, 1.2 milhões de mortes de bebês do sexo feminino e 1.8 mortes de meninas ocorreram na Índia entre dezembro de 1985 a agosto de 2005.

Os dados apresentados acima demonstram que a experiência de VIP das mães indianas parece ter uma relação direta com casos de mortalidade infantil. É importante destacar que tais dados refletem a realidade de um país que enfrenta diversos problemas socioeconômicos (a Índia é o segundo país mais populoso e que tem a maior concentração de pessoas pobres do mundo e uma alta taxa de subnutrição em crianças menores de três anos (46% em 2007)), e com características culturais acentuadamente diferentes dos países ocidentais.

3. Efeitos da VIP em crianças e adolescentes

Algumas pesquisas que analisaram a correlação entre VIP e maus-tratos infantis buscaram compreender os efeitos da VIP em crianças e adolescentes. A maioria dos estudos utilizou dados de estudos longitudinais, nos quais os jovens foram analisados em momentos diferentes ao longo do seu curso de desenvolvimento (Renner & Slack, 2006; Herrenkohl & Herrenkohl, 2007; Ireland & Smith, 2009; Moylan Et Al., 2010; Sousa Et Al., 2011) e uma realizou entrevista telefônica a uma amostra representativa de adolescentes dos EUA (Finkelhor, Ormrod & Turner, 2009).

Três dos estudos longitudinais (Herrenkohl & Herrenkohl, 2007; Moylan Et Al, 2010; Sousa Et. Al., 2011) utilizaram os dados do *Lehigh Longitudinal Study* realizado com uma amostra de 457 crianças e seus pais. O estudo longitudinal começou em 1976 com crianças entre 18 meses e 6 anos (M= 4 anos). Uma segunda coleta de dados ocorreu aproximadamente quatro anos depois (M=8 anos), a terceira coleta ocorreu 10 anos depois (M=18 anos de idade). Aproximadamente 91% da amostra original de participantes foram reavaliada na adolescência.

O trabalho de Herrenkohl e Herrenkohl (2007) objetivou verificar a extensão da correlação e da força da predição de múltiplas formas de maus-tratos infantis e estressores internos e externos da família. Os achados demonstram uma forte associação entre maus-tratos infantis (abuso físico e sexual, negligencia e exposição à VIP) e estressores (conflito familiar, problemas pessoais dos pais e limitações externas da família). Após controlar os estressores, renda familiar e gênero da criança, um constructo geral de maus-tratos infantis foi preditivo de comportamentos internalizantes e externalizantes em adolescentes.

Moylan et al. (2010) avaliaram os efeitos dos maus-tratos infantis e exposição à VIP na infância na emissão de comportamentos internalizantes e externalizantes. Os resultados encontrados demonstram que maus-tratos infantis, VIP e a combinação das duas variáveis aumentam o risco de o adolescente apresentar problemas de comportamento tanto internalizantes quanto externalizantes. Quando os pesquisadores controlaram os fatores de risco associados a outros estressores familiares e do ambiente, apenas as crianças com dupla exposição tiveram uma probabilidade maior de apresentar problemas de comportamento, tanto internalizantes quanto externalizantes, quando comparadas com o grupo de jovens que não foram expostos a essas situações. Embora tenham sido observadas algumas diferenças entre o grupo duplamente exposto e o grupo

de crianças expostas a uma situação ou a outra (maus-tratos ou VIP), tal diferença não foi estatisticamente significativa. Em relação ao gênero, os dados apontam que os efeitos da exposição para meninos e meninas são estatisticamente comparáveis.

Sousa et al. (2011) analisaram os efeitos de maus-tratos infantis e exposição a VIP no apego de crianças aos pais e comportamento antissocial na adolescência. As análises também investigaram se a interação entre a exposição apego restrito prediziam comportamento dos adolescentes. Os pesquisadores avaliaram os registros oficiais dos casos de abuso e coletaram dados com as mães e com os adolescentes. Com as mães, os pesquisadores investigaram o tipo de disciplina utilizada nas idades pré-escolar e escolar dos filhos e o nível socioeconômico familiar. Com os adolescentes, os pesquisadores coletaram dados retrospectivos sobre o tipo de disciplina utilizado pelas mães quando eles tinham idade pré-escolar e escolar, o auto relato de comportamento antissocial e o apego entre os mesmos e os pais. Os resultados sugerem que, embora os jovens que foram expostos tanto aos maus-tratos infantis quanto a VIP fossem menos apegados aos seus pais na adolescência, quando comparados com aqueles que não foram expostos a essa situação, ou que foram expostos apenas à VIP, à relação entre os tipos de exposição e comportamentos dos adolescentes não se diferenciou em termos do nível de apego aos pais. Entretanto, laços mais fortes de apego aos pais na adolescência prediz baixo risco de comportamento antissocial na adolescência, independentemente do tipo de exposição.

A pesquisa de Ireland e Smith (2009) utilizou os dados de um estudo longitudinal em andamento *Rochester Youth Development Study* (RYDS) sobre o desenvolvimento de comportamento antissocial realizado em 1.000 jovens acompanhados dos 14 anos até a idade adulta. A amostra inicial dos participantes era constituída de 68% jovens afro americanos, 17% hispânicos e 15% brancos sendo

72.9% homens e 27.1% mulheres. As medidas de avaliação incluíram uma combinação de fontes de informação, desde entrevistas com os pais, com os jovens e análise de dados oficiais. Para testar a hipótese de que crescer em um ambiente em que ocorra VIP leva a problemas de comportamento antissocial e violência no relacionamento, os pesquisadores realizaram um modelo de regressão e controlaram covariáveis, incluindo maus-tratos físicos. A análise dos dados indicou uma relação significativa entre exposição à VIP e problemas de conduta do adolescente. A relação entre exposição à VIP e medidas de comportamento antissocial e agressão no relacionamento diminuíram no início da idade adulta, entretanto, exposição a VIP severa apresentou uma relação significativa com praticar crimes violentos e VIP.

Renner e Slack (2006) utilizaram os dados do estudo longitudinal intitulado *Illinois Families Study* (IFS), o qual acompanha famílias que recebiam assistência temporária para necessidades familiares (*Temporary Assistance for Needy Families* - TANF), em 1998, no estado de Illinois, EUA. O estudo envolveu uma amostra de 1.005 famílias em cinco etapas de coleta de dados, sendo que o estudo de Renner e Slack (2006) analisou os dados exclusivamente das duas primeiras etapas (a primeira ocorreu entre os anos de 1999-2000 e a segunda entre 2001- 2002).

Além desses dados, as autoras analisaram os dados administrativos de mães investigadas sobre maus-tratos infantis pelo *Illinois Department of Children and Family Services* (IDCFS), de janeiro 1980 a junho de 2002. O objetivo era avaliar o quanto a VIP e diferentes formas de maus-tratos infantis ocorriam ao longo da infância e da idade adulta em um grupo de mulheres que apresentavam vários fatores de risco.

As autoras entrevistaram mulheres adultas com baixa renda familiar e solicitaram que analisassem, retrospectivamente, suas experiências de VIP e maus-tratos

infantis, tanto na infância quanto na idade adulta. Além disso, foram identificadas relações intra e intergerações entre as diferentes formas de violência que ocorriam no ambiente familiar. Os resultados demonstraram associações fracas e moderadas entre as diferentes formas de violência entre as gerações. Apenas um suporte fraco foi encontrado para a hipótese de transmissão intergeracional da violência. Contudo, um forte suporte foi encontrado para a teoria de desamparo aprendido, definida como uma dificuldade de aprendizagem apresentada por indivíduos que tiveram experiência prévia com estímulos aversivos incontroláveis (Abramson, Garber & Seligman, 1980).

Finkelhor, Ormrod e Turner (2009) buscaram examinar as tendências desenvolvimentais nas taxas de diferentes tipos de vitimização ao longo do desenvolvimento da criança. Foi realizada uma Entrevista de Vitimização Desenvolvimental (*Developmental Victimization Survey*) em nível nacional, por telefone, para verificar a experiência de vitimização de 2.030 crianças, com idades entre 2 e 17 anos. O número médio de vitimização durante um ano aumentava com a idade da criança, assim como, a porcentagem de crianças polivítimas: aquelas que sofreram 4 ou mais tipos diferentes de vitimização, ou seja, crimes convencionais (agressão e crimes contra a propriedade), maus-tratos infantis, vitimização por pares ou aos irmãos, abuso sexual, presenciar violência e vitimização indireta. Entretanto, alguns tipos específicos de vitimização, bullying físico e agressão de irmãos, foram maiores no início da adolescência, vindo a diminuir. Outros tipos de vitimizações tiveram padrões de desenvolvimento diferentes de acordo com o gênero da criança: a violência entre pares aumentou na adolescência para os meninos, mas não para as meninas; maus-tratos e abuso sexual aumentaram na adolescência para as meninas, mas não para os meninos. Segundo os autores, a vulnerabilidade dos diferentes padrões de desenvolvimento a diferentes tipos de

vitimização, em idades distintas, ainda precisa ser mais explorada para que se possa realizar intervenções e políticas de prevenção mais focadas.

As pesquisas apresentadas anteriormente indicaram que crianças expostas à VIP, vítimas de maus-tratos e com dupla exposição (VIP e maus-tratos infantis) apresentam problemas de comportamento internalizantes e externalizantes (Herrenkohl & Herrenkohl, 2007; Ireland & Smith, 2009; Moylan Et Al., 2010), contudo, quando algumas variáveis contextuais e socioeconômicas foram controladas, a dupla exposição esteve mais fortemente associada a problemas de comportamentos internalizantes e externalizantes (Moylan et al, 2010). Além disso, Ireland e Smith (2009) demonstraram que, quanto mais severa a VIP da qual a criança estiver exposta, maior a probabilidade de, na idade adulta, ocorrer VIP (intergeracionalidade) e crimes violentos. Da mesma forma, Finkelhor, Ormrod e Turner (2009) deram indicativos de que crianças expostas à situação de violência estejam mais suscetíveis a sofrer outros tipos de violência (polivitimização) ao longo do seu desenvolvimento. Sousa et al. (2011) observou que o apego não se diferenciou entre os grupos de participantes (expostos à VIP, não expostos à VIP, expostos à VIP e vítimas de maus-tratos), embora as crianças com dupla exposição tivessem índices menores de apego. Contudo, aquelas que tinham laços mais fortes de apego com seus pais, tinham uma probabilidade menor de se engajarem em comportamentos antissociais, ou seja, os dados sugerem que prevenir maus-tratos infantis e exposição da criança a VIP pode diminuir o risco para comportamento antissocial na adolescência, assim como fortalecer o laço dos pais com seus filhos nessa etapa da vida. Contudo, fortalecer o apego entre pais e filhos depois da exposição da criança à situação de maus-tratos ou de VIP pode não ser suficiente para evitar os impactos negativos da experiência precoce à violência.

4. VIP e políticas públicas

Duas pesquisas se destacaram por buscar analisar ou entender as políticas públicas (Hazen et al., 2007) e por descrever como os serviços de proteção à criança se envolviam em casos em que ocorria VIP na família (Kohl et al., 2005).

Hazen et al. (2007) objetivou descrever políticas e práticas relacionadas à avaliação de VIP em uma amostra de agências de proteção a criança localizadas nos EUA, examinando a associação entre características contextuais e práticas de avaliação. Foram realizadas entrevistas por telefone com informantes das agências de proteção à criança. A estratégia de “*bola de neve*” foi utilizada para identificar quem seria o melhor informante de cada agência. Quase metade de todas as agências participantes realizavam alguma avaliação de VIP, sendo que a maioria ocorria durante investigação dos casos. Entretanto, apenas 43.1% disseram que todas as famílias que eram denunciadas eram avaliadas em termos de VIP e 52.8% indicaram que tinham uma política escrita referente à triagem e avaliação do problema. Houve pouca relação entre características da cidade e da agência e as práticas de avaliação.

Kohl, Edleson, English e Barth (2005) tentaram identificar o papel que a VIP tinha para o envolvimento dos serviços de proteção à criança. Os autores utilizaram os dados do estudo da *National Survey of Child and Adolescent Well-Being*, realizado com uma grande amostra nacional de famílias investigadas por maus-tratos infantis. Os casos foram identificados pelos profissionais que atuavam nas agências de proteção à criança. Os dados obtidos demonstraram que o tipo de maus-tratos foi similar para as crianças com ou sem histórico de exposição a VIP. Nas famílias em que ocorria VIP no momento da pesquisa, as mesmas eram acusadas por maus-tratos com uma frequência maior do que os outros grupos; contudo, a VIP não contribuiu para o processo de decisão das agências de proteção à criança. Nas famílias em que ocorria tanto VIP

quanto maus-tratos infantis, foram observados mais fatores de risco. Adicionalmente crianças provenientes de famílias com vários fatores de risco tiveram uma probabilidade 10 vezes maior de ser colocada para adoção, quando comparadas com crianças provenientes de famílias com poucos fatores de risco. Tais dados permite verificar a relevância de análises universais pelas agências de proteção à criança, assim como a criação efetiva de redes de proteção, nas quais todos os serviços atuam conjuntamente visando prevenir os casos de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão aos artigos demonstrou que os pesquisadores têm encontrado correlações significativas entre a mãe experimentar VIP e a criança estar mais suscetível a ser vítima de maus-tratos infantis (Casanueva, Martin & Runyan, 2009; Chan, 2011; Dixon et al., 2007; Hamby et al., 2010; Hazena et al., 2004; Lee, Kotch & Cox, 2004; Kelleher et al., 2008; Taylor et al., 2009; Zolotor et al., 2007). Tais conclusões tem um impacto na maneira como os serviços de atendimento a mulheres devem atuar, ou seja, na necessidade dos serviços considerarem a situação de risco que os filhos dessas mulheres estão expostos, tomando medidas preventivas assim que possível. Ao descreverem a falta de avaliação da condição da mulher em famílias denunciadas ao serviço de proteção à criança dos EUA, alguns estudos (Hazen et al., 2007; Kohl et al., 2005) demonstram a importância da avaliação também nesse contexto. Cada vez mais fica evidente que esses dois fenômenos (VIP e maus-tratos infantis), infelizmente, caminham de mãos dadas e que ações singulares de proteção à mulher versus proteção à criança não são efetivas para lidar com a questão. Uma análise universal desse fenômeno e a oferta de serviços, tanto para as mães quanto para as crianças em situações de violência, seriam alternativas que poderiam interromper mais efetivamente

o ciclo de violência, além de minimizar seus efeitos, tanto para a criança quanto para a mãe.

Vale lembrar que os estudos apresentados demonstram majoritariamente a realidade dos EUA, visto que quase inexitem estudos brasileiros sobre a temática (na revisão realizada foi encontrado apenas um artigo (Reichman et al, 2006). Entretanto, a realidade enfrentada no Brasil não é diferente da indicada pelos EUA, ou seja, nossas crianças também estão expostas com alta frequência a VIP. Em geral, todas as políticas públicas realizadas no Brasil são compartimentalizadas e pouco dialogo é estabelecido entre os serviços de atendimento à criança e serviços de atendimento a mulher, dificultando uma análise global dos casos e uma intervenção holística dos mesmos. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelo Laprev (Laboratório de Análise e Prevenção de Violência), localizado na Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, pode ser considerado pioneiro, pois desde o seu início em 1998 busca analisar a questão da VIP e dos maus-tratos infantis de maneira integrada, atuando tanto com mulheres e seus parceiros quanto com as crianças (Williams, Brino & Padovani, 2010).

De especial destaque encontra-se o *Projeto Parceria* (Williams et al, 2010A; Williams et al. 2010B; Santini, 2011; Pereira, D’Affonseca & Williams, 2012), um projeto de intervenção destinado a mulheres vitimas de VIP que busca prevenir maus-tratos infantis. O Projeto Parceria divide-se em dois módulos de intervenção, com 8 sessões por módulo, utilizando como referencial teórico da Psicologia Cognitivo-Comportamental. O primeiro módulo consiste em um módulo psicoterapêutico, o qual trabalha aspectos emocionais associados ao histórico de violência e outras experiências traumáticas, de forma a dar suporte, gerar autoconhecimento e empoderamento da mulher para que ela consiga realizar mudanças em relação a sua situação. O segundo

consiste em um módulo educacional, o qual visa ensinar a mulher a disciplinar seu filho de maneira positiva, buscando discutir com a mãe sobre o poder da atenção contingente, elogiar e reforçar, ignorar comportamento inadequado, apresentar consequências justas e eficazes ao comportamento inadequado, estabelecer limites e regras, desenvolver habilidades sociais, uso do *timeout* etc.

As pesquisas realizadas têm indicado resultados favoráveis, especialmente relacionadas à melhora da interação mãe-criança (Williams et al, 2010a; Williams et al. 2010b; Santini, 2011; Pereira, D’Affonseca & Williams, 2012), estilos parentais (Williams et al, 2010a; Williams et al. 2010b; Santini, 2011; Pereira, D’Affonseca & Williams, 2012) e sentimento de bem estar parental e competência parental (Santini, 2011; Pereira, D’Affonseca & Williams, 2012), Tal iniciativa parece apontar um caminho para ações a serem implementadas pelos serviços de proteção a criança e de atendimento as mulheres que tem sofrido VIP, contudo pesquisas futuras com um número maior de participantes deveriam ser realizadas para demonstrar a eficácia do Projeto.

Além disso, sugere-se que mais pesquisas brasileiras sobre a relação VIP e maus-tratos sejam realizadas, assim como estudos longitudinais, para que possamos ter clareza dos efeitos e fatores de risco para os fenômenos analisados de forma a implementar ações preventivas mais efetivas.

REFERENCIAS

- Abramson, L.Y., Garber, J., And Seligman, M.E.P. (1980) Learned helplessness in humans: An attributional analysis. In J. Garber and M.E.P. Seligman (Eds.), *Human Helplessness*. Pp. 3-35. New York: Academic Press.
- Ackerson, Leland K. & Subramanian, S.V. (2009) Intimate Partner Violence and Death Among Infants and Children in India. *Pediatrics*, 124 (5), 878-889.
- Casanueva, C., Martin, S. L., & Runyan, D. K. (2009) Repeated reports for child maltreatment among intimate partner violence victims: Findings from the National Survey of Child and Adolescent Well-Being. *Child Abuse & Neglect*, 33(2), 84-93.
- Chan, Ko Ling. (2011) Co-Occurrence of Intimate Partner Violence and Child Abuse in Hong Kong Chinese Families. *Journal Interpersonal Violence*, 26 (7), 1322-1342
- D’Affonseca, S.M.D. & Williams, L.C.A. (2011) Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31, p. 236-251.
- Damant, D.; Lapierre, S.; Lebosse, C.; Thibault, S.; Lessard, G.; Hamelin-Brabant, L.; Lavergne, C. & Fortin, A. (2010) Women's abuse of their children in the context on domestic violence: reflection from women's accounts. *Child and Family Social Work*, 15, 12-21.
- Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., Browne, K., & Ostapuk, E. (2007) The co-occurrence of child and intimate partner maltreatment in the family: Characteristics of the violent perpetrators. *Journal of Family Violence*, 22, 675-689.

- Edleson, J. L.; Ellerton, A.L.; Seagren, E.A.; Kirchberg, S.L.; Schmidt, S.O. & Ambrose, A.T. (2007) Assessing child exposure to adult domestic violence. *Children and Youth Services Review*, 29, 961-971.
- Edleson, J.L. (2006) A response system for children exposed to domestic violence: public policy is support of best. In Feerick, Margaret M. & Silverman, G.B. (orgs) *Children exposed to violence*. Pp. 191-212. Baltimore: Paul H. Brookes Pub.
- English, D.J., Edleson, J.L. & Herrick, M.E. (2005) Domestic violence in one state's child protective caseload: A study of differential case dispositions and outcomes. *Children and Youth Services Review*, 27, 1183-1201.
- Finkelhor, D.; Ormrod, Richard K. & Turner, Heather A. (2009) The Developmental Epidemiology of Childhood Victimization. *Journal of Interpersonal Violence*, 24 (5), 711-73.
- Goddard, C. & Bedi, G.(2010). Intimate Partner Violence and Child Abuse: A Child-Centred Perspective. *Child Abuse Review*,19, 5–20.
- Hamby, S.; Finkelhor, D.; Turner, H. & Omrod, R. (2010) The overlap of witnessing partner violence with child maltreatment and other victimizations in a nationally representative survey of youth. *Child Abuse and Neglect*, 34(10), 734-74.
- Hazen, A.L., Connelly, C.D., Edleson, J.L., Kelleher, K.J., Landsverk, J.A., Coben, J.H., Barth, R.P., Mcgeehan, J., Rolls, J.A. & Nuzzkowski, M.A. (2007) Assessment of intimate partner violence by child welfare services. *Child and Youth Services Review*, 29, 490-500.

- Hazena, A. L.; Connelly, C. D.; Kelleher, K.; Landsverk, J. & Barthel, R. (2004) Intimate partner violence among female caregivers of children reported for child maltreatment. *Child Abuse and Neglect*, 28 (3), 301-319.
- Herrenkohl, T. I., & Herrenkohl, R. C. (2007) Examining the overlap and prediction of multiple forms of child maltreatment, stressors, and socioeconomic status: A longitudinal analysis of youth outcomes. *Journal of Family Violence*, 22, 553-562.
- Herrenkohl, T.; Sousa, C.; Tajima, E.; Herrenkohl, R. C. & Moylan, C. A. (2008) Intersection of Child Abuse and Children's Exposure to Domestic Violence. *Trauma Violence Abuse*, 9 (2), 84-99.
- Holt, S., Buckley, T. & Whelan, S. (2008) The impact of exposure to domestic violence on children and young people: a review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32 (8), 797-810.
- Ireland, T.O. & Smith, C. A. (2009) Living in Partner-violent Families: Developmental Links to Antisocial Behavior and Relationship Violence. *Journal of Youth Adolescence* 38, 323–339.
- Kelleher, K.J., Hazen, A.L., Coben, J.H., Wang, Y., McGehee, J., Kohl, P.N. And Gardner, W.P. (2008) Self-reported Disciplinary Practices among Women in the Child Welfare Practices: Association with Domestic Violence Victimization, *Child Abuse and Neglect* 32, 811–18.
- Koenig, M. A; Stephenson, R.; Acharya, R.; Barrick, L.; Ahmed, S. & Hindin, M. (2010) Domestic violence and early childhood mortality in rural India: evidence from prospective data. *International Journal of Epidemiology*, 39 (3), 825-833.

- Kohl, P. L., Edleson, J. L., English, D. J., & Barth, R. P. (2005) Domestic violence and pathways into child welfare services: Findings from the national survey of child and adolescent well-being. *Children and Youth Services Review*, 27, 1167-1182.
- Lee, L. C., Kotch, J. B., & Cox, C. E. (2004) Child maltreatment in families experiencing domestic violence. *Violence and Victims*, 19, 573-591.
- Margolin, G., Gordis, E. B., Medina, A. M., & Oliver, P. H. (2003) The co-occurrence of husband-to-wife aggression, family-of-origin aggression, and child abuse potential in a community sample—Implications for parenting. *Journal of Interpersonal Violence*, 18, 413-440.
- Moylan, C. A.; Herrenkohl, T.I.; Sousa, C.; Tajima, E. A. ; Herrenkohl, R.C. & Russo, M. J. (2010). The Effects of Child Abuse and Exposure to Domestic Violence on Adolescent Internalizing and Externalizing Behavior Problems. *Journal of Family Violence*, 25, (1), 53-63.
- Øverlien, C. (2010) Children Exposed to Domestic Violence Conclusions from the Literature and Challenges Ahead. *Journal of Social Work* ,10 (1), 80-97.
- Pereira, P.C.; D’Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2012- -available on-line first) A Feasibility Pilot Intervention Program to Teach Parenting Skills to Mothers of Poly-Victimised Children. *Journal of Family Violence*, <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-012-9490-9>
- Reichenheim, M.E.; Dias, A. S. & Moraes, C. L. (2006) Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. *Revista Saude Publica*; 40 (4), 595-603.

- Renner, L.M. & Slack, K.S. (2006) Intimate Partner Violence and Child Maltreatment: Understanding Intra- and Intergenerational Connections, *Child Abuse and Neglect*, 30 (6), 599–617.
- Renner, L.M. Intimate Partner Violence Victimization and Parenting Stress: Assessing the Mediating Role of Depressive Symptoms. *Violence Against Women*, 15(11), 2009, 1380-1401
- Salisbury, E.; Henning, K. & Holdford, R. (2004) Fathering by Partner-Abusive Men Attitudes on Children's Exposure to Interparental Conflict and Risk Factors for Child Abuse. *Child Maltreat*, 9 (1), 18-29.
- Santini, P.M.(2011) Eficácia de procedimentos para maximizar senso de bem-estar e competência parental a mulheres vitimizadas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP. 2011.
- Silverman, J. G.; Decker, M. R.; Cheng, D. M.; Wirth, K.; Saggurti, N.; Mccauley, H.L.; Falb, K. L.; Donta, B. & Raj, A. (2011). Gender-Based Disparities in Infant and Child Mortality Based on Maternal Exposure to Spousal Violence. *Archives Pediatric Adolescence Medicine*.165 (1), 22-27.
- Sousa, C.; Herrenkohl, T.I.; Moylan, C. A.; Tajima, E. A.; Herrenkohl, R. C. & Russo, M. J.(2011) Longitudinal Study on the Effects of Child Abuse and Children's Exposure to Domestic Violence, Parent-Child Attachments, and Antisocial Behavior in Adolescence. *Journal of Interpersonal Violence*, 26 (1), 111-136.
- Straus, M.A.; Hamby, S.L.; Finkelhor, D.; Moore, D. & Runyan, D. (2004) Identification of child maltreatment with the parent-child conflict tactics scales:

Development and psychometric data for a national sample of american parents. *Child Abuse and Neglect*, 22, 4, pp. 249-270.

Strauss, M.; Hamby, S.L.H.; Mccoy, S.B. & Sugarman, D.B. (1996) The revised conflict tactics scales (cts2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, (1996) 17: 283-316.

Tajima, E. A. (2004) Correlates of the co-occurrence of wife abuse and child abuse among a representative sample. *Journal of Family Violence*, 19, 399-410.

Taylor, C.A. ; Guterman, N.B.; Lee, S.J & Rathouz, P.J. (2009) Intimate partner violence, maternal stress, nativity, and risk for maternal maltreatment of young children. *American Journal of Public Health*, 99(1), 175-83.

Williams, L. C. A; Padovani, R. C. & Brino, R. F.(2009) Empowering families to face domestic violence. São Carlos: EDUFSCar/PAHO.

Williams, L. C. A; Araújo, E. A. C.; Rios, K. S. A.; D’Affonseca, S. M.; Maldonado, D. P. A.; Patrian, A. C. A.; Miranda, T. D. (2010) Projeto Parceria: o ensino de habilidades parentais a mães com histórico de violência conjugal. Em: L. C. A Williams, J. M. D. Maia & K. S. A. Rios (Orgs). Aspectos Psicológicos da Violência: Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental (pp. 428-457). Santo André: ESETec.

Williams, L.C.A & Araujo, E.A. (2009) Habilidades maternas de mulheres que sofrem violência do parceiro: uma revisão. *Sobre Comportamento e Cognição*, (pp.96-109) Santo André: ESETec.

Zolotor, A.J.; Theodore, A.D.; Coyne-Beasley, T. & Runyan, D. K. (2007) Intimate Partner Violence and Child Maltreatment: Overlapping Risk. *Brief Treatment and Crisis Intervention*, 7(4),305-332.

ARTIGO 3

D'Affonseca. S.M. & Williams, L.C.A. (a ser submetido) Disciplina utilizada por mulheres com histórico de violência física conjugal: um estudo comparativo. *Revista Paidéia*. .

DISCIPLINA UTILIZADA POR MULHERES COM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONJUGAL: UM ESTUDO COMPARATIVO

Sabrina Mazo D’Affonseca e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

RESUMO

Estudos brasileiros indicam que mulheres vítimas e violência física conjugal apresentam dificuldades em implementar práticas de disciplina adequadas com seus filhos, contudo tais estudos não tem um grupo de comparação que identifiquem se tais dificuldades são diferentes das encontradas por mães sem histórico de violência conjugal. O presente estudo objetivou analisar os comportamentos de disciplina utilizados por mães vítimas de violência física conjugal e comparar os mesmos com mães não vítimas. Participaram da pesquisa 44 mães (22 vítimas de violência física conjugal e 22 sem histórico de violência física conjugal) com pelo menos um filho de 6-12 anos, triadas de serviços de atendimento a mulher e a criança e por demanda espontânea. Todas as participantes responderam a versão brasileira do Inventário de Dimensões de Disciplina. Os resultados indicaram que não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos tanto em relação aos comportamentos de disciplina, quanto ao contexto e modo como tal disciplina era implementada pelas mães. Hipotetiza-se que os problemas de comportamento das crianças demandariam as mesmas dificuldades nos dois grupos e que o tempo da última agressão possa ser um fator que atenua as dificuldades encontradas pelas mães. Estudos futuros com uma amostra maior de participantes são sugeridos.

Palavras-chave: violência contra a mulher; mães; disciplina

ABSTRACT

According to the literature, women who suffered physical intimate partner violence (IPV) have difficulties in implementing positive discipline strategies to their children. Nonetheless, most studies do not have comparisons groups which allow us to know if the difficulties encountered were different from mothers without an IPV history. This study aims to analyse the discipline used by mothers with physical IPV history, comparing them with mothers without this history. Forty four mothers (22 IPV and 22 non IPV mothers) of children between 6-12 years, recruited from agencies that worked with women and children, and by self invitation took part of the study. All participants answered the Brazilian version of Dimension of Discipline Inventory (DDI). Results showed that there were no statistical significant differences between the groups, neither in terms of discipline, nor in the context and mode of implementation of the discipline by mothers. We hypothesized that children's behavior problems may present the same difficulties for both groups of mothers, and that the period of the last IPV episode may be a factor that attenuates the difficulties found by IPV mothers. Future studies with a large sample of participants are suggested.

Key words: intimate partner violence, mothers, discipline

RESUMEN

Estudios brasileños indican que las mujeres víctimas de violencia física tienen dificultades para la implementación de prácticas adecuadas de disciplina con sus hijos, pero estos estudios no tienen un grupo de comparación para identificar si estas dificultades son diferentes de las que encuentran las madres sin antecedentes de violencia doméstica. El presente estudio tuvo como objetivo analizar las conductas de disciplina utilizadas por las madres que son víctimas de violencia física de la pareja y comparar los mismos con madres, no víctimas. Los participantes fueron 44 madres (22 víctimas de violencia física de la pareja y 22 sin antecedentes de violencia física de la pareja) con al menos un niño de 6-12 años. Todos los participantes completaron la versión brasileña del Inventario de Medidas de Disciplina. Los resultados no mostraron diferencias estadísticamente significativas entre ambos grupos en las conductas de disciplina, en el contexto y en cómo esta disciplina se llevó a cabo por las madres. La hipótesis es de que los problemas de comportamiento de los niños exigirían las mismas dificultades en ambos grupos y que el tiempo del último asalto puede ser un factor que mitiga las dificultades encontradas por las madres. Otros estudios con una muestra más amplia de participantes son sugeridos.

Palabras-clave: violencia contra la pareja; madres; disciplina

As relações familiares tem um papel importante para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, podendo afetar o seu ajustamento social e bem-estar físico e psicológico (Bee, 2003; Cole & Cole, 2004; Papalia, Old & Feldman, 2000), de tal modo que a atenção de pesquisadores tem se voltado para a forma como os pais se relacionam com os filhos e o impacto dessas práticas no desenvolvimento das crianças.

Em uma revisão de literatura realizada por Tucunduva e Weber (2008) a respeito da interação e fatores familiares que representam proteção e risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, notou-se que os conflitos familiares, a punição física, o afeto e o envolvimento parental são, respectivamente, os fatores de risco e proteção mais citados na literatura. Nesse mesmo sentido, Bolsoni-Silva e Marturano (2002) defenderam que o ambiente familiar e as práticas educativas parentais são fatores que podem tanto promover o desenvolvimento de comportamentos socialmente adequados, como também favorecer o surgimento de comportamentos problemas. Cecconelo, Antoni e Koller (2003) destacam a importância das práticas e dos estilos parentais como um fator potencial de proteção ou de risco para o abuso físico, sendo esses, portanto, fatores importantes de se avaliar para prevenir a ocorrência ou o agravamento de problemas decorrentes da violência doméstica.

Cabe lembrar que, de acordo com Cecconelo, Antoni e Koller (2003) e Gomide (2003), as práticas educativas são as estratégias utilizadas pelos pais para atingir objetivos específicos em diferentes domínios (acadêmico, social, afetivo) sob determinadas circunstâncias e contextos (como exemplo podemos citar o uso de explicações, punições e recompensas). O estilo parental consiste no padrão global de características da interação dos pais com os filhos em diversas situações, que geram um clima emocional (afetividade, responsividade e autoridade). Estudos sobre estilos parentais tiveram início com os estudos de Diana Baumrind, na década de 60, que

construiu um modelo teórico no qual eram definidos três tipos de estilos parentais (com autoridade, autoritário e permissivo) (Baumrind, 1966). Tal modelo foi utilizado por muitos pesquisadores, sendo que Maccoby e Martin (1983, citado em Chapell & Overton, 1998) redefiniram e expandiu a categorização, desmembrando o estilo permissivo em estilos indulgente e negligente, classificando os pais como *alto* e *baixo* em duas dimensões – exigência e responsividade. Assim, a literatura da área destaca quatro estilos parentais: (1) autoritário – pais com alto controle, alto nível de exigência, baixa responsividade e afeto; (2) com autoridades – pais com alto controle, nível de exigência, responsividade e afeto, (3) indulgente - pais com alta responsividade e afeto, baixo controle e nível de exigência, e (4) negligente – pais com baixo controle, nível de exigência, afeto e responsividade. Dados de diferentes pesquisas têm apontado o estilo com autoridade como o mais adequado e benéfico para o desenvolvimento da criança, enquanto que o estilo autoritário pode levar ao abuso físico e a negligência ocasionando dificuldades no desenvolvimento sócio emocional (Cecconelo, Antoni & Koller, 2003).

Salvador e Weber (2008) realizaram uma revisão de literatura sobre pesquisas nacionais e internacionais acerca da relação entre práticas educativas e estilos parentais e diferentes aspectos do desenvolvimento dos filhos. Nessa revisão, as autoras observaram que a promoção de comportamentos pró-sociais e saudáveis (competência social, estratégias adequadas de enfrentamento, autoestima, autoconceito e auto eficácia elevados) era decorrente de interações familiares positivas, as quais incluíam, especialmente, afetividade, responsividade, envolvimento e uso contingente de reforçadores positivos. Os prejuízos ao desenvolvimento de crianças eram decorrentes da ausência dessas práticas ou de seu uso inadequado, sendo que as autoras destacaram a associação entre a falta de disciplina, exigência e monitoramento com o desenvolvimento de problemas de comportamento.

Assim, considera-se importante avaliar as práticas educativas utilizadas por mulheres vítimas de violência doméstica, uma vez que a literatura da área indica que essas mulheres podem apresentar mais dificuldades em lidar positivamente com seus filhos como consequência da violência sofrida (D’Affonseca & Williams, 2011; Damant et al., 2010; Finger et al., 2009; Holden, 2007; Holt, Buckley & Whelan, 2008; Hughes & Huth-Bocks, 2007; Paterson et al., 2008; Kelleher, Hazen, Coben, Wang, McGeehan, Kohl & Gardner, 2008; Levendosky & Graham-Bermann, 1999; Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Levendosky, Leahy, Bogat, Davidson & Von Eye, 2006; Renner, 2009; Sani & Cunha, 2011; Taylor, Guterman, Lee & Rathouz, 2009; Zerk, Mertin & Proeve, 2009).

Seria considerado errôneo, no entanto, assumir que todas as mulheres que sofrem violência do parceiro apresentam diferenças expressivas em suas habilidades maternas comparadas a mulheres não vítimas de violência conjugal. Contudo, ao viver com medo constante, mães com histórico de violência conjugal podem comprometer o senso de segurança e confiança de seus filhos os quais são os pilares de sustentação do desenvolvimento emocional saudável (Holt, Buckley & Whelan, 2008).

Considerando esse aspecto, Levendosky, Lynch e Graham-Bermann (2000) realizaram um estudo com 120 mulheres e seus filhos (7-12 anos) buscando compreender a riqueza e a complexidade dos efeitos da violência contra a mulher nas habilidades maternas. Os resultados encontrados demonstraram que a maioria das participantes acreditava que a violência do parceiro afetava sua maternagem. Assim, uma primeira impressão seria a de que isso poderia afetar os filhos de tais mulheres, podendo as mesmas ter mais problemas para a educação de seus filhos. Todavia, os resultados demonstraram que os problemas apresentados eram comuns às experiências

de outras mulheres sem histórico de violência doméstica (Levendosky, Lynch & Graham-Bermann, 2000).

Em relação à percepção dos efeitos da violência conjugal em seus filhos, Levendosky, Lynch e Graham-Bermann (2000) observaram que embora 24% das mulheres disseram que a violência não tinha efeitos nas crianças, a maioria estava atenta aos efeitos negativos da violência na sua maternagem e na criança. Elas desejavam romper o ciclo da violência e oferecer um ambiente mais acolhedor e seguro a seus filhos. Muitas dessas mulheres estavam trabalhando ativamente para tentar reverter os efeitos negativos da violência nas crianças. Além disso, pareciam estar fortalecendo suas defesas de forma a aumentar o senso de competência na maternagem ao focar nesse aspecto. Assim, as respostas das participantes demonstraram suas habilidades em perceber e intervir no impacto da violência de um modo que geralmente não é reconhecido nas intervenções sociais nas quais as mulheres são sempre patologizadas devido ao seu relacionamento violento. Tais dados alerta-nos para a necessidade de analisarmos múltiplos fatores de risco que influenciam o relacionamento das mães com os filhos que poderiam contribuir para as dificuldades apresentadas pelas mesmas, como a história de aprendizagem dessa mãe, o ambiente em que a família vive, os comportamentos da criança em relação à mãe, a presença de problemas econômicos, sociais ou de saúde física e mental, as crenças que as mães têm em relação aos comportamentos esperados para uma criança de determinada idade entre outros aspectos que podem influenciar a relação.

Nesse mesmo sentido, Casanueva et al. (2008) examinaram a relação entre a experiência da mulher com violência conjugal e a qualidade da maternagem, observando que mulheres vítimas de violência conjugal no passado, mas que no momento da pesquisa não eram vítimas, tinham escores de maternagem melhores

quando comparadas com mulheres que estavam sendo vítimas de violência conjugal, quando outros fatores de risco eram controlados. Esses dados demonstram que a violência conjugal não prejudica permanentemente a maternagem, indicando a necessidade de uma avaliação caso a caso para determinar os serviços que tal mulher precisaria. Ou seja, uma primeira hipótese seria a de que a violência conjugal interferiria nos comportamentos de disciplina logo após o episódio de violência, sendo importante determinar o tempo decorrido entre a última agressão sofrida pela mulher e a gravidade ou severidade da mesma.

De acordo com Holden (2007), dentre as variáveis que poderiam afetar a relação mãe-criança: afeição, calor humano, centrar-se na criança, consistência, controle, método disciplinar, eficácia, disponibilidade emocional, regulação emocional, hostilidade, envolvimento, estabelecimento de limites, estilo parental, espancamento, supervisão e qualidade da interação; apenas as variáveis calor humano, consistência, regulação emocional, estabelecimento de limites e qualidade da interação seriam supostamente alteradas na relação de maternagem de mulheres vítimas de violência.

Desse modo, filhos de mães com histórico de violência conjugal estão expostos a uma série de riscos para seu desenvolvimento físico e psicológico (Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998), porém, há uma grande variabilidade nos resultados da variável acima para o desenvolvimento das crianças, sendo tal variabilidade explicada pelo menos três razões: a) o tipo e extensão da violência; b) características da própria criança; e c) a parentagem recebida por essa criança. Os autores afirmam, entretanto, que a terceira variável tem sido amplamente negligenciada pela literatura, apesar da crença de ser ela associada a problemas de comportamento infantil.

Para Holden e cols. (1998) e Radford e Hester (2001), poucos estudos incluíram medidas de parentagem em lares violentos. Estudos brasileiros com mães vítimas de violência conjugal destacam que essas mulheres apresentam dificuldades na implementação de práticas de disciplina e estilos parentais inadequados (Pereira, D’Affonseca & William, 2012; Santos & Moré, 2011; Williams, Santini & D’Affonseca, 2012; Williams et al., 2010), contudo tais estudos não comparam os comportamentos parentais de mulheres vítimas com mulheres não vítimas de violência física conjugal.

Assim, o presente estudo objetiva analisar as práticas de disciplina, o modo de implementação e o contexto em que as mesmas eram utilizadas pelas mães vítimas e não vítimas de violência física conjugal e verificar se existem diferenças entre os grupos. No presente trabalho será utilizada a definição de disciplina proposta por Strauss e Fauchier (2007) a qual consiste no comportamento dos pais em resposta a, ou com o objetivo de corrigir, um comportamento emitido pela criança percebido pelos pais como inadequado.

MÉTODO

Participantes

Participaram da pesquisa 44 mulheres com filhos entre 6-12 anos de idade divididas em dois grupos: o grupo 1 foi composto de 22 mães vítimas de violência física conjugal com idades variando de 24 a 42 anos ($M=32.3$; $dp=5.23$); e o grupo 2 foi composto de 22 mães sem histórico de violência física conjugal com idades variando de 22 a 51 anos ($M=36,4$; $dp=6,67$).

Recrutamento e critérios de inclusão

As participantes da pesquisa foram triadas em serviços de atendimento a mulher e a crianças (ambulatório de saúde da Universidade – Unidade Saúde Escola (USE), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência de Assistência Social Especializado (CREAS), Conselho Tutelar (CT) e Casa abrigo de uma cidade de médio porte do estado de São Paulo), ou por participação voluntária. Essa foi desencadeada por informações de amigos, familiares ou profissionais, na comunidade, e que preenchessem o critério de participação no estudo (ter filhos entre 6-12 anos de idade).

Em relação às mães vítimas de violência, 27.3% vieram encaminhadas pelo CREAS e CT, 13.6% pelo CRAS e a mesma parcela (9.1%) pela USE, Casa abrigo e por demanda espontânea. A maioria das mães não vítimas (54.5%) veio por demanda espontânea, 27.3% pelo CT, 13.6% pela USE e 4.5% pelo CRAS.

Aspectos Éticos

O projeto da presente pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (23112.002363/2009-55). Todas as participantes somente integraram o programa de intervenção após assinatura dos respectivos *Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)*. Cabe destacar que as mães receberam juntamente com os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para sua participação, informações acerca dos objetivos da pesquisa, a forma como seria a coleta de dados, além de ser assegurado as mesmas o sigilo de sua identidade.

Instrumentos

1. Escala de Táticas de Conflitos (CTS-2) resumida e adaptada pelo IBGE (1999) mede a extensão das agressões físicas e psicológicas em uma escala likert de 6 pontos que varia de 0=nenhuma vez, 1=1 vez, 2=2 vezes, 3=3 a5 vezes, 4=6 a10 vezes, 5=mais de 10 vezes; sendo utilizado para separar as mães em vítimas e não vítimas de violência física.

2. Inventário de Dimensões de Disciplina (DDI) (Strauss & Fauchier, 2007) consiste em um instrumento que fornece informações sobre 26 dos comportamentos mais comumente utilizados pelos pais para disciplinar os filhos, tais como, explicar, dar recompensa, retirar privilégios e punição física. O DDI também inclui escalas para medir aspectos do contexto, modo de administração e avaliação cognitiva dos pais a respeito dos comportamentos de disciplina. Apesar da amplitude de informações que o instrumento cobre, a aplicação do mesmo é rápida, sendo estimada em 10 a 20 minutos. Tal instrumento é composto por cinco partes: A – informações demográficas dos pais (10 itens); Parte B – Informações demográficas da criança e do comportamento problema (6 questões fechadas e 2 abertas); C – Comportamentos de disciplina utilizados com uma criança específica (26 questões). As categorias de respostas eram: N=nunca; 0=não nesse ano, mas no ano anterior; 1=1-2vezes no ano; 2=2-5 vezes no ano; 3=6-9 vezes no ano; 4=mensalmente (10-14 vezes no ano); 5=algumas vezes no mês (2-3 vezes no mês); 6=semanalmente (1-2 vezes por semana); 7=várias vezes na semana (3-4 vezes); 8=diariamente (5 ou mais vezes na semana); 9=duas ou mais vezes no dia; D – Modo de implementação/contexto da disciplina (25 questões). As categorias de respostas eram: 0=nunca; 1=quase nunca; 2=às vezes; 3=geralmente; 4=sempre ou quase sempre; E – Avaliação cognitiva (aprovação/desaprovação) de cada

comportamento disciplinar (26 questões). As categorias de respostas eram: 0=nunca; 1=raramente; 2=geralmente; 4=sempre ou quase sempre.

Após autorização dos autores, o instrumento foi traduzido para o português por dois tradutores e submetido para a tradução em reverso para o inglês por um profissional de Letras, a fim de verificar a fidedignidade dos itens ao original. Em seguida, o mesmo foi encaminhado para três juízes (pesquisadores de áreas pertinentes ao estudo: psicometria, habilidades sociais e relacionamento familiar), para que os mesmos analisassem a representatividade e a clareza dos itens. Finalmente foi realizado um teste piloto com quatro mães para verificar a adequação do instrumento a realidade brasileira e a necessidade de ajustes finais.

Procedimento

A primeira autora entrou em contato com as participantes, explicando os objetivos da pesquisa e a forma de participação. Caso a mãe concordasse em participar da pesquisa, era agendada uma sessão para a aplicação dos instrumentos, a qual ocorria no local de preferência dos participantes, sendo a mesma realizada na sala de Psicologia do Conselho Tutelar de São Carlos, em salas de atendimento da Unidade Saúde Escola e na residência dos participantes. Posteriormente foi realizada uma devolutiva com as mães demonstrando aspectos importantes para favorecer comportamentos positivos dos filhos, como dar elogios, e minimizar os negativos.

RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos na Escala de Táticas de Conflito (CTS-2), a qual objetivou analisar a forma como as mulheres e os parceiros resolviam os conflitos conjugais, a fim de verificar a presença de violência física, verbal/emocional ou resoluções de conflitos adequadas, isto é, sem violência.

Tabela 1.
Formas de resolução de conflitos entre o casal

	Grupo 1		Grupo 2		Teste-t	gl
	<i>M</i>	<i>dp</i>	<i>M</i>	<i>dp</i>		
Táticas de resolução de conflito não violenta	2.72	2.25	2.6	2.12		
Violência verbal/emocional	3.68	1.51	0.44	0.92	8.6*	34.6
Violência física	2.50	1.75	----	----		
Violência física grave	1.31	1.89	----	----		

Notas: * $p < .05$

É interessante observar que as mulheres de ambos os grupos sofriam violência verbal e emocional por parte do companheiro ou ex-companheiro, embora as mulheres vítimas de violência física conjugal (Grupo 1) sofriam, significativamente, mais violência verbal e emocional do que as mulheres sem esse histórico. Tal dado corrobora com pesquisas da área que demonstram que a prevalência de violência psicológica é mais frequente do que a violência física (Krounbauer & Meneghel, 2005; Marinheiro, Vieira & Souza, 2006; Moura, Gandolfi, Vasconcelos & Patresi, 2009). Vale destacar que as participantes que relataram sofrer violência física foram encaminhadas para atendimento psicoterapêutico. Em relação ao período em que ocorreu a última agressão física sofrida, observou-se que, em média, o último episódio de agressão havia ocorrido há mais de um ano ($M=22,22$ meses; $dp=41,96$), sendo que para algumas mulheres

(n=4) o episódio fora recente (menos de um mês) e para uma participante há aproximadamente 12 anos.

Na Tabela 2 apresenta-se os dados de caracterização das participantes relativas à etnia, estado civil, escolaridade, renda familiar, histórico de maus-tratos infantis e independência financeira (se a mulher trabalha fora). Para analisar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, foi realizado o teste não-paramétrico Mann-Whitney U Test entre os grupos, e observou-se que houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos para escolaridade ($p=0,005$); renda familiar ($p=0,000$); e histórico de maus-tratos infantis ($p=0,032$), sendo que mães vítimas de violência física conjugal apresentaram menor escolaridade e renda familiar quando comparadas com mães sem tal histórico. Em relação ao histórico de maus-tratos infantis, as mulheres com histórico de violência física conjugal relataram com uma frequência maior, terem sofrido maus-tratos infantis do que mães sem tal histórico. Cabe destacar que, entre as mães que sofreram maus-tratos infantis (38,9%), 28,6% relatou abuso físico e o restante relatou ter sofrido polivitimização; sendo que 14,3% relataram abuso psicológico/sexual/negligência; 14,3% abuso físico/psicológico; e 14,3% violência físico/sexual.

Tabela 2.

Caracterização das participantes

	Grupo 1	Grupo 2
<i>Etnia</i>		
Branca	57,1%	85,7%
Negras	28,6%	14,3%
Pardas	14,3%	---
<i>Estado civil</i>		
Casada/união estável	45,5%	59,1%
Solteiras	36,4%	18,2%
Separadas/divorciadas	18,1%	22,7%
<i>Escolaridade</i>		
Ensino fundamental incompleto	11,8%	13,6%
Ensino fundamental completo	22,7%	4,5%
Ensino médio completo	50%	31,8%
Ensino superior completo	9,1%	27,3%
<i>Renda familiar</i>		
1-2 Salário-mínimo	36,4%	----
2-3 Salário-mínimo	40,9%	28,6%
4-5 Salário-mínimo	9,1%	23,8%
6-7 Salário-mínimo	9,1%	4,8%
Mais de 7 salários mínimos	4,5%	42,9%
<i>Histórico de maus-tratos infantis</i>		
Não	54,5%	91%
Sim	38,9%	9% (abuso físico; abuso sexual)
<i>Trabalhava fora</i>		
Sim	54,5%	72,7%
Não	45,5%	27,3%

As Tabelas 3, 4 e 5 apresentam os dados obtidos no Inventário de Dimensões de Disciplina (DDI) com as mães referentes às diversas partes do instrumento: parte C (Tabela 2), D (Tabela 3) e E (Tabela 4) subdivididas em quatro escalas, segundo Strauss e Fauchier (2007): Escala de Comportamento de Disciplina, Escala de Contexto, Escala de Modo de Implementação da Disciplina e Escala de Avaliação Cognitiva.

O inventário como um todo apresentou um índice de confiabilidade interna muito bom ($\alpha = .83$). As quatro escalas também tiveram índices de confiabilidade adequados. A *Escala de Comportamento de Disciplina* e a *Escala de Contexto* tiveram índices de confiabilidade bons (entre 0,70 e 0,79) e as *Escalas de Modo de Implementação* e *Escala de Avaliação Cognitiva* teve um índice adequado (entre 0,50 e 0,59) (Byrant, 2000). As subescalas tiveram seus índices de confiabilidade variando entre *bom* (por exemplo, subescala de conflito com o parceiro, percepção de inefetividade e elaboração cognitiva) e *inadequado* (por exemplo, explicar e ensinar, distração, monitorar, ignorar comportamento inadequado, confiança etc.).

Os dados da Tabela 3 demonstram que as mães do Grupo 1, com histórico de violência física conjugal, apresentaram médias mais elevadas em quase todos os comportamentos de disciplinas avaliados pelo instrumento, com exceção de *tarefas como punição, explicar/ensinar* e *distração*, os quais tiveram médias maiores no Grupo 2, contudo os grupos não apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Comparando-se a frequência dos comportamentos de disciplina punitiva e não punitiva, observa-se que, em ambos os grupos, a frequência da utilização de disciplina não punitiva era mais alta (variando de 3= 6 a 9 vezes no ano passado a 6=semanalmente), sendo que no Grupo 1 o comportamento mais frequentemente citado pelas mães foi *monitorar* e para o Grupo 2 foi *explicar/ensinar*. Em relação aos comportamentos punitivos, nota-se que *punição corporal* foi o menos frequente em ambos os grupos

(Grupo 1 $M=2.12$ (3-5 vezes no ano passado) e no Grupo 2 $M=1.91$ (1-2 vezes no ano passado)), e agressão psicológica foi o mais frequente no Grupo 1 ($M=3.89$ 6-9vezes no ano passado) em comparação ao Grupo 2.

Tabela 3.

Escala de comportamento de disciplina

	Sub-escala	Grupo1		Grupo2		Teste gL -t
		M	dp	M	Dp	
Escalas de Comportamentos de Disciplina ($\alpha = .79$)						
Punitivas	Agressão psicológica ($\alpha = .58$)	3.89	1.82	2.94	1.86	ns
	Retirada de privilégios ($\alpha = .61$)	3.07	1.74	2.38	1.54	ns
	Tarefas como punição ($\alpha = .24$)	2.98	2.15	3.23	1.69	ns
	Punição corporal ($\alpha = .72$)	2.12	1.80	1.91	2.15	ns
Não-punitivas	Monitorar ($\alpha = .12$)	5.91	2.18	4.20	2.27	ns
	Explicar/Ensinar ($\alpha = -.22$)	5.83	2.57	6.11	2.30	ns
	Recompensa ($\alpha = .40$)	5.27	1.81	3.72	1.93	ns
	Ignorar comportamento inadequado ($\alpha = .31$)	3.08	2.49	2.92	2.28	ns
	Distração ($\alpha = .17$)	3.08	1.93	3.71	1.93	ns
	Disciplina indutiva ($\alpha = .68$)	5.50	1.77	5.17	1.86	ns
	Disciplina não punitiva ($\alpha = .65$)	4.79	1.47	4.31	1.38	ns
	Disciplina punitiva ($\alpha = .85$)	2.95	1.49	2.40	1.55	ns

Nota: ns- diferença estatisticamente não significativa

Em relação ao contexto, o instrumento avaliou quatro aspectos do contexto: *confiança, conflito com o parceiro, percepção da inefetividade e stress*; em uma escala likert de 5 pontos, variando de 0=nunca a 5=sempre ou quase sempre (ver Tabela 4).

Tabela 4.

Contexto no qual a disciplina era utilizada pelas mães

<i>Sub-escala</i>	<i>Grupo 1</i>		<i>Grupo 2</i>		<i>Teste-t</i> <i>gL</i>
	M	Dp	M	Dp	
Escala de Contexto (Média baseada em um escala de 1 a 4) ($\alpha = .78$)					
Confiança ($\alpha = .15$)	4.08	1.69	3.92	1.71	ns
Stress ($\alpha = .61$)	3.14	.82	3.20	.89	ns
Percepção de inefetividade da disciplina ($\alpha = .88$)	2.54	1.24	2.57	1.29	ns
Conflito com o parceiro ($\alpha = .85$)	2.16	1.29	1.43	1.15	ns

Notas: ns: diferença estatisticamente não significativa

Na Tabela 4 observa-se que não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de mães, sendo que as mães do Grupo 1 relataram que *sempre ou quase sempre* aplicavam a disciplina quando elas se sentiam confiantes, *geralmente* quando elas estavam estressadas, *às vezes* elas percebiam que a disciplina aplicada não tinha o efeito desejado, mas continuavam utilizando, e *às vezes* tinham conflitos com o parceiro em relação à disciplina utilizada. No Grupo 2, as mães relataram *geralmente* sentirem-se confiantes e estressadas quando aplicavam a disciplina, *às vezes* percebiam a inadequação da disciplina e *quase nunca* tinham conflito com o parceiro.

A Tabela 5 apresenta o modo de implementação da disciplina utilizada pelas mães. Para tanto se analisou a *consistência*, a *elaboração cognitiva*, a *impulsividade*, a *responsividade*, o *calor/suporte* e *dar advertência* antes de implementar a disciplina. Assim como na escala de contexto, as mães avaliaram seus comportamentos em uma escala likert de 5 pontos, variando de 0=nunca a 5=sempre ou quase sempre

Tabela 5.

Modo de implementação da disciplina

<i>Sub-escala</i>	<i>Grupo 1</i>		<i>Grupo 2</i>		<i>Teste-t</i> <i>gL</i>
	M	Dp	M	Dp	
Escala de modo de implementação ($\alpha = .50$)					
Elaboração cognitiva ($\alpha = .84$)	3.44	.95	3.30	1.15	ns
Advertência ($\alpha = -.41$)	3.05	.78	3.32	.61	Ns
Consistência ($\alpha = .67$)	3.01	1.01	2.72	1.08	Ns
Suporte ($\alpha = .49$)	2.98	1.10	3.06	1.13	Ns
Responsividade ($\alpha = .42$)	2.55	1.28	2.82	1.15	Ns
Impulsividade ($\alpha = .61$)	2.05	1.05	2.25	1.26	Ns

Notas: ns: diferença estatisticamente não significativa

Os dados da Tabela 5 demonstraram que os grupos de mães não apresentaram diferenças estatisticamente significativas. As mães do Grupo 1 relataram que *geralmente* pensavam antes e davam um tempo para a criança modificar o comportamento (advertência) antes de implementar a disciplina. Segundo a avaliação das mães do Grupo 1, elas eram *geralmente* consistentes; *às vezes* demonstravam apoio após implementarem a disciplina e *às vezes* eram impulsivas e responsivas, isto é, modificavam seu comportamento quando a criança ficava mais velha ou quando a estratégia de disciplina utilizada não tinha sido efetiva. As mães do Grupo 2, assim como as mães do Grupo 1, indicaram que *geralmente* pensavam antes e davam um tempo para a criança modificar o comportamento (advertência) antes de implementar a disciplina. Elas disseram que *geralmente* demonstraram apoio/suporte quando implementaram a disciplina e *às vezes* eram consistentes. Além disso, assim como as

mães do Grupo 1, as mães do Grupo 2 às vezes elas se descreveram como impulsivas e responsivas.

A Tabela 5 apresenta os dados referentes às avaliações cognitivas (crenças) dos pais relativas aos 26 comportamentos de disciplina avaliados pelo instrumento. As categorias de respostas variavam de 1=nunca OK a 4=sempre ou quase sempre OK.

Os dados da Tabela 6 indicam que as mães de ambos os grupos tinham crenças semelhantes em relação aos comportamentos de disciplina. De modo geral, as mães relataram que as práticas de disciplina não punitivas deveriam ser implementadas mais frequentemente do que as punitivas. Em relação à disciplina punitiva, não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos, sendo que as mães de ambos os grupos relataram que *raramente* os pais deveriam dar tarefas como punição e retirar os privilégios dos filhos e *nunca* usar punição física ou agressão verbal.

As mães do Grupo 1 consideraram que *geralmente* as mães devem monitorar as atividades de seus filhos e explicar/ensinar o comportamento desejado, *raramente* utilizar a distração e recompensa e *nunca* ignorar os comportamentos inadequados. Já as mães do Grupo 2 relataram que *geralmente* as mães devem monitorar seus filhos e *raramente* explicar/ensinar qual o comportamento desejado e dar recompensas ou usar a distração e *nunca* ignorar o comportamento inadequado dos filhos.

Tabela 6.

Crença das mães em relação aos comportamentos de disciplina

	<i>Sub-escala</i>	<i>Grupo1</i>		<i>Grupo2</i>		<i>Teste</i> <i>-t</i>	<i>gL</i>
		M	Dp	M	Dp		
Escala de Avaliação Cognitiva (média baseada em uma escala de 1 a 4) ($\alpha = .68$)							
Punitivas	Tarefas como punição ($\alpha = .57$)	2.50	.85	2.33	.82	ns	
	Retirada de privilégios ($\alpha = .58$)	2.16	.76	2.05	.69	ns	
	Punição corporal ($\alpha = .74$)	1.63	.85	1.76	.86	ns	
	Agressão psicológica ($\alpha = .72$)	1.61	.74	1.79	.97	ns	
Não-punitivas	Explicar/Ensinar ($\alpha = .06$)	3.67	2.53	2.92	1.29	ns	
	Monitorar ($\alpha = .42$)	3.50	.66	3.00	.97	ns	
	Distração ($\alpha = .15$)	2.76	.56	2.44	.98	1.19	27.32
	Recompensa ($\alpha = .21$)	2.74	.88	2.44	1.11	ns	
	Ignorar comportamento inadequado ($\alpha = .09$)	1.76	.83	1.80	.75	ns	
	Disciplina indutiva ($\alpha = .48$)	3.40	.99	2.90	.98	ns	
	Disciplina não punitiva ($\alpha = .57$)	2.93	.67	2.55	.69	ns	
	Disciplina punitiva ($\alpha = .81$)	1.81	.67	1.86	.62	ns	

Notas: ns: diferença estatisticamente não significativa; * $p < ,05$

Cabe destacar que foi encontrada apenas uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos na sub-escala de *distração* (time out; deixar a criança fazer algo que goste ao invés do que mantê-la na atividade em que ela se comportou de maneira inadequada), sendo que com as mães do Grupo 1 apresentaram uma média superior nessa subescala comparando-se com as mães do Grupo 2, embora nos dois grupos, em média, as mães relatarem que essa técnica deveria ser implementada *raramente*.

DISCUSSÃO

Apesar de os estudos (Damant et al., 2010; Holden, 2007; Kelleher, Hazen, Coben, Wang, McGeehan, Kohl & Gardner, 2008; Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Levendosky & Graham-Bermann, 1999; Renner, 2009; Taylor, Guterman, Lee & Rathouz, 2009) indicarem que mulheres vítimas de violência física conjugal estariam mais propensas a apresentar comportamentos inadequados no seu relacionamento com seus filhos, tal dado não foi encontrado no presente estudo. Esperava-se que as mães do Grupo 1 apresentassem mais comportamentos de disciplina negativos ou contextos mais estressantes ou modo de implementação da disciplina mais impulsivo. Observou-se, entretanto, que não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, em relação aos comportamentos de disciplina utilizados pelas mães, no modo de implementação e no contexto.

Uma hipótese para não ter havido diferenças entre os grupos poderia ser relacionada ao tempo decorrido entre a coleta de dados e a última agressão. Apenas quatro participantes tinham sofrido um episódio de violência próximo à data da coleta, sendo que o tempo médio da última agressão foi superior a dois anos antes da coleta de dados. Assim, os efeitos da violência física sofrida pela mulher poderiam ter se atenuado e, desse modo, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, tal como constatado no estudo de Casanueva et al. (2009), o qual indicou que a violência conjugal não afetava permanentemente a maternagem.

Outro aspecto que pode ter influenciado os dados obtidos, refere-se às características da própria amostra de participantes. Ao se comprometer a participar da pesquisa e responder aos questionários, tais mães indicaram apresentar fatores protetivos que favorecem a percepção de identificar problemas e solicitar ajuda (a maioria das mulheres vítimas de violência frequentavam algum tipo de serviço prestado

à comunidade), o que pode levar as mesmas a ter um melhor desempenho nas práticas de disciplina utilizadas pelas mesmas, explicando o não aparecimento de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Finalmente, há que levantar a hipótese de que a violência conjugal física não compromete a maternagem tanto quanto se imaginava, mas que outras variáveis salientes como o histórico prévio de maus-tratos infantis na família de origem teria um peso maior.

É interessante notar que as mães de ambos os grupos tinham concepções semelhantes relativas à como deveria ser os comportamentos de disciplina dos filhos, demonstrando apenas uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos quanto à disciplina de *distração*. Embora considerassem que os pais *nunca* ou *raramente* deveriam utilizar os comportamentos de disciplina punitiva, observou-se que, mesmo com uma frequência relativamente baixa, tais comportamentos eram emitidos por ambos os grupos de mães, conforme indicou a Tabela 2. Tal dado parece refletir aspectos da cultura brasileira relativos às práticas disciplinares que os pais devem ter em relação à educação de seus filhos.

Cabe destacar que o estudo apresenta algumas limitações que dificultam a generalização dos dados obtidos. Dentre elas, destacam-se aspectos: a) relativos à composição da amostra (número reduzido de participantes, heterogeneidade dos grupos em termos de renda, escolaridade e fonte de encaminhamento); b) ao instrumento utilizado (o Inventário de Dimensões de Disciplina está em processo de adaptação para a realidade brasileira); e c) à coleta de dados (pelo fato de o Inventário ser aplicado em forma de entrevista, as participantes podem ter dado respostas socialmente aceitas e que não refletem de maneira acurada os comportamentos de disciplina utilizados pelas

mesmas; d) a escala de comportamentos de disciplina, por terem muitas alternativas (10 itens na escala likert), as participantes tinham dificuldade em precisar a frequência que elas utilizavam determinados comportamentos).

Apesar das limitações do presente estudo, até o momento o mesmo é o único estudo brasileiro que compara as práticas de disciplina das mães vítimas de violência conjugal com mães não vítimas, de tal maneira que os dados apresentados propiciam reflexões relativas à produção científica da área as quais futuros estudos poderão analisar. Futuros estudos poderiam controlar a variável tempo da última agressão e aplicar em uma amostra maior de mulheres para verificar se os efeitos da violência na parentagem estão associados à proximidade do episódio de violência sofrido pela mulher.

Além disso, outros fatores poderiam influenciar as práticas de disciplina utilizadas pelas mães, como modelos aprendidos na infância, de tal sorte que futuros estudos poderiam investigar quais práticas de disciplina as participantes foram expostas durante a sua infância e quais elas utilizam atualmente com seus filhos. Estudos que correlacionem às práticas parentais com outras variáveis que poderiam influenciar o relacionamento, como qualidade do relacionamento conjugal, habilidades sociais, estresse parental, presença sintomas de depressão, entre outros, poderiam indicar quais fatores estariam associados às mudanças nas práticas de disciplina. Coletar dados com amostra de participantes que sofreram violência e que não procuraram serviços de apoio social ou psicológico é também recomendado.

REFERENCIAS

- Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior, *Child Development*, 37(4), 887-907.
- Bee, H. (2003) *A criança em Desenvolvimento*. 9ª edição Porto Alegre : Artes Médicas
- Bender, E (2004) PTSD, Other disorders evident in kids who witness domestic violence. *Psychiatric News*, 39 (11), p. 14
- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: Uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 227-235.
- Bolsoni-Silva, A. T.; Marturano, E. M. & Loureiro, S.R. (2009) Roteiro de entrevista de habilidades sociais educativas parentais –RE-HSE-P. Em: L. Weber & M.A.Dessen (Orgs.) *Pesquisando famílias: Instrumentos para coleta e análise de dados*, (pp.215-229) Curitiba: Juruá.
- Byrant, F.B. (2000) Assessing the validity of measurement. Em: Grimm, L.G. & Yarnold, P.R. *Reading And Understanding More Multivariate Statistics*. 94-146. APA: Wahington, DC.
- Capaldi, D.M.; Kim, H. & Pears, K. (2009) The association between partner violence and child maltreatment: a common conceptual framework. Em: D.J. Whitaker & J.R. Lutzker *Preventing Partner Violence: Research and evidence-based intervention strategies*. (pp. 93-111). Washington, DC: American Psychological Association.
- Casanueva, C.; Martin, S.L. & Runyan, D.K. (2009) Repeated reports for child maltreatment among intimate partner violence victims: Findings from the national survey of child and adolescent well-being. *Child Abuse and Neglect*, 33, 84-93

- Cecconelo, A.M.; Antoni, C. & Koller, S.H. (2003) Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 8, 45-54.
- Chapell, M. S. & Overton, W. (1998) Development of logical reasoning in the context of parental style and test anxiety. *Merrill-Palmer Quarterly*, 44(2), p141-56.
- Cole, M.& Cole, S.R. (2004) *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Porto Alegre: Artmed.
- D’Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2011) Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: Revisão da literatura. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31, 236-251
- Damant, D.; Lapierre, S.; Lebosse, C.; Thibault, S.; Lessard, G.; Hamelin-Brabant, L.; Lavergne, C. & Fortin, A. (2010) Women's abuse of their children in the context on domestic violence: reflection from women's accounts. *Child and Family Social Work*, 15, 12-21.
- Finger, B.; Hans, S.L.; Bernstein, V.J. & Cox, S.M. (2009) Parent relationship quality and infant-mother attachment. *Attachment and Human Development*, 11(3),285-306
- Gomide, P.I.C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em A.Del Prette & Z.A.P. Del Prette (Orgs.). Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem (pp. 1-20). Campinas: Alínea Editora.
- Graham-Bermann, S.A. (2002) The impact of woman abuse on children’s social development: research and theoretical perspectives. In: Holden, G.; Geffner, R. & Jouriles, E.N. *Children exposed to marital violence: theory, research and applied issues*.(pp. 21-54). Washington, DC: American Psychological Association.

- Graham-Bermann, S.A.; Gruber, G.; Howell, K.H. & Girz, L. (2009) Factors discriminating among profiles of resilience and psychopathology in children exposed to intimate partner violence (IPV). *Child Abuse and Neglect*, 33(9),648-60.
- Hazen, A.L., Connelly, C.D., Kelleher, K.J., Barth, R.P. & Landsverk, J.A. (2006). Female Caregivers' experiences with intimate partner violence and behavior problems in children investigated as victims of maltreatment. *Pediatrics*, 117, 99-109.
- Holden, G. W., Geffner, R. & Jouriles, E.N. (1998). *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues*. Washington: American Psychological Association.
- Holden, G. W. (2007, 11 de maio). Abused women as mothers: Evidence, issues and controversies. III Congresso sobre Crianças Expostas à Violência Doméstica, London, Canadá.
- Holt, S., Buckley, T. & Whelan, S. (2008) The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32 (8), 797-810.
- Holden, G.W., Stein, J.D., Ritchie, K.L., Harris, S.D., & Jouriles, E.N. (1998). The parenting behaviors and beliefs of battered women. In G.W. Holden, R. Geffner, & E.N. Jouriles, (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research, and applied issues* (pp. 289-334). Washington, DC: American Psychological Association.

- Hughes, H.M., & Huth-Bocks, A.C. (2007). Variations in parenting stress in African-American battered women: Implications for children's adjustment and family intervention. *European Psychologist*, 12, 62-71
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1999) *Resolução de conflitos domésticos e violência intrafamiliar nos vairros da Tijuca e do Maracanã*. (Relatórios de Pesquisas no.4) Rio de Janeiro: CDDI/IBGE
- Jouriles, E. N., McDonald, R., Norwood, W. D. & Ezell, E. (2001). Issues and controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence. Em S. A. Graham-Bermann & J. Edleson (Orgs.), *Domestic violence in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy* (pp. 13-34). Washington: American Psychological Association.
- Levendosky, A.A. & Graham-Bermann, S.A. (1999). Behavioral observations of parenting in battered women. *Journal of Family Psychology*, 14, 1-15.
- Levendosky, A. & Graham-Bermann, S. (2001) Parenting battered woman: the effects of domestic violence on woman and their children. *Journal of Family Violence*, 16 (2), 171-192.
- Levendosky, A.L., Leahy, K.L. G., Bogat, A.; Davidson, W. S., & Von Eye, A. (2006) Domestic violence, maternal parenting, maternal mental health, and infant externalizing behavior. *Journal of Family Psychology*, 20, 544-552.
- Levendosky, A.A., Lynch, S.M & Graham-Bermann, S. (2000) Mother's perceptions of the impact of woman abuse on their parenting. *Violence Against Women*, 6 (3), 247-271

- McDonald, R. Jouriles, E.N.; Tart, C.D. & Minze, L.C. (2009) Children's adjustment problems in families characterized by men's severe violence toward women: Does other family violence matter? *Child Abuse and Neglect*, vol. 33, 94-101.
- Papalia, D. E.; Olds, S. W. & Feldman, R.D. (2006) *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: Artmed.
- Paterson, J.; Carter, S.; Gao, W.; Cowley-Malcolm, E. & Iusitini, L. (2008) Maternal intimate partner violence and behavioural problems among Pacific children living in New Zealand. *Journal Child Psychology Psychiatry*, 49(4), 395-404
- Pereira, P.C.; D'Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2012- -available in on-line first) A Feasibility Pilot Intervention Program to Teach Parenting Skills to Mothers of Poly-Victimized Children. *Journal of Family Violence*, <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-012-9490-9>
- Radford, L. & Hester, M. (2001). Overcoming mother blaming? Future directions for research on mothering and domestic violence. In: S.A. Graham-Bermann & Edleson, J. *Domestic violence in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy*. (pp.135-155). Washington: The American Psychological Association.
- Renner, L.M. (2009) Intimate partner violence victimization and parenting stress: assessing the mediating role of depressive symptoms. *Violence Against Women*, 15(11), 1380-1401
- Salvador, A.P.V. & Weber, L.N.D. (2008) A relação entre práticas educativas e estilos parentais como o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Em: Weber, L.N.D. (org.) *Família e desenvolvimento: visões interdisciplinares*. Curitiba: Juruá.

- Sani, A.I. & Cunha, D.M.M. (2011) Práticas educativas parentais em mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 27(4), 429-437.
- Slep, A. M. S. & O'Leary, S. G. (2001). Examining partner and child abuse: Are we ready for an integrated theory of family violence? *Child and Family Psychology Review*, 4, 87-108.
- Straus, M. A., & Fauchier, A. (2007). Manual for the Dimensions of Discipline Inventory (DDI). Durham, NH: Family Research Laboratory, University of New Hampshire <http://pubpages.unh.edu/~mas2/>.
- Taylor, C.A.; Guterman, N.B.; Lee, S.J & Rathouz, P.J. (2009) Intimate partner violence, maternal estresse, nativity, and risk for maternal maltreatment of young children. *American Journal of Public Health*, 99(1), 175-83.
- Tucunduva, C. & Weber, L.N.D. (2008) Práticas educativas parentais: fatores de risco e de proteção ao desenvolvimento dos filhos. Em: Weber, L.N.D. (org.) *Família e desenvolvimento: visões interdisciplinares*. Curitiba: Juruá.
- Williams, L. C. A.; Araújo, E. A. C.; Rios, K. A.; D'Affonseca, S. M.; Maldonado, D. A.; Patrian, A. C. A. & Miranda, T. D. (2010) Projeto Parceria: O ensino de habilidades parentais a mães com histórico de violência conjugal. In: L. C. A. Williams; J. M. Maia & K. A. Rios. *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção* Santo André: ESETec
- Williams, L.C.A., Santini, P.M., & D'Affonseca, S.M. (2012). A mothering skills program for women with a history of domestic violence: An analysis of mother-child interaction. In: H. Dubowitz (Org.). *World perspectives on child abuse*.

10th ed. (pp.134-136). International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect-ISPCAN: Turkey.

Zerk, D.M.; Mertin, P.G. & Proeve, M. (2009) Domestic violence and maternal reports of young children's functioning. *Journal of Family Violence*, 24 (7), 423-432.

ARTIGO 4

D'Affonseca, S.M.; Holden, G.W. & Williams, L.C.A. (a ser submetido) Observação da interação mães-filhos: violência física conjugal afeta a relação? *Journal of Family Violence*.

OBSERVAÇÃO DA INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA: VIOLÊNCIA FÍSICA CONJUGAL AFETA A RELAÇÃO?

Sabrina Mazo D’Affonseca, George W. Holden, Lúcia C.A. Williams

RESUMO

No presente trabalho objetivou-se analisar a interação mãe-filho com mães em uma situação controlada de laboratório, de modo a verificar o impacto específico da violência conjugal física na interação. Participaram do estudo 40 mulheres e 40 crianças. As mães que participaram da pesquisa foram recrutadas de múltiplas maneiras: participação voluntária, que tinham sido abrigadas, que estavam sendo acompanhadas por serviços de assistência social ou seus filhos estavam sendo acompanhados pelo Conselho Tutelar de uma cidade de médio porte do estado de São Paulo. Todas as mães assinaram os termos de compromisso e participaram de uma entrevista para coletar dados de identificação, renda socioeconômica, escolaridade, características da violência sofrida (frequência, intensidade e severidade) e problemas apresentados com a educação dos filhos; e responderam a Escala de Táticas de Conflito. As díades mãe-criança participaram de sessões de observação de cerca de 60 minutos, as quais ocorriam em um laboratório organizado com se fosse uma casa. Foram analisados tanto os comportamentos das mães, quanto os das crianças, os quais foram categorizados como interação positiva, interação negativa e não interação. A fim de verificar quais variáveis influenciavam o relacionamento mãe-filho, foi realizada uma análise multivariada das seguintes variáveis: renda familiar, escolaridade da mãe, sintomas de depressão materno, histórico de maus-tratos na infância da mãe, e violência física conjugal. Os dados obtidos demonstraram que não houve diferenças estatisticamente significativas na interação mãe-criança entre mulheres com histórico de violência física conjugal e mulheres sem tal histórico, sendo que a MANOVA indicou indícios de diferença estatisticamente significativa na relação da díades para renda familiar e história de

maus-tratos na infância. Estudos futuros com uma amostra maior de mulheres e em seu ambiente natural são sugeridos.

Palavras-chaves: violência física conjugal; mães-filhos; observação

ABSTRACT

This study aimed to analyze mother-child interaction with mothers in a controlled laboratory situation, to check the specific impact of physical partner violence on this interaction. Forty women and 40 children took part of the study. Mothers were screened in multiple ways: spontaneous, they had been sheltered, they were monitored by social services or their children were followed by children's agencies of a medium-sized city of São Paulo. All mothers signed informed consent forms and were interviewed to collect identification data, income, socioeconomic status, educational level, partner violence characteristics (frequency, intensity and severity) and presented problems to raise their child. They also completed a Brazilian short version of Conflicts Tactics Scale Revised. The mother-child dyads participated in observation sessions of about 60 minutes, which occurred in a home replica laboratory. Both mother and child behaviors were analyzed and categorized as positive interaction, negative interaction and non-interaction. In order to determine which variables influenced the mother-child relationship, a multivariate analysis were performed with the following variables: family income, maternal education, maternal depressive symptoms, history of child abuse, and partner physical violence. Data showed no statistically significant differences in mother-child interaction among women with a history of physical violence and women without such a history, and the MANOVA indicated evidence of a statistically significant difference in the relationship of dyads for family income and child abuse. Further studies with a larger sample of women and the natural environment are suggested.

Keywords: physical partner violence; mother-child interaction; observation

Estudos na área de violência contra a mulher têm demonstrado que as mesmas podem apresentar mais dificuldades no relacionamento com seus filhos do que mulheres sem tal histórico (Holt, Buckley & Whelan, 2008), o que pode levar a surgimento de problemas nas mais diferentes esferas do desenvolvimento da criança (cognitiva, física, socioemocional). Afinal, mesmo que as crianças não sejam vítimas diretas da violência, elas estão presentes em um ambiente que em muitos momentos é hostil e pouco saudável para o seu desenvolvimento. Em uma revisão dos estudos a respeito das habilidades maternas de mulheres vítimas de violência física conjugal, D’Affonseca e Williams (2011) observaram dados indicando que uma parcela considerável de crianças norte-americanas presencia desentendimentos violentos em seus lares (Moore et al., 2007). Adicionalmente, grande parte dos casos de violência contra a mulher investigados pelo sistema judiciário foi testemunhada por crianças (Fusco & Fantuzzo, 2009; Pereira, Santos & Williams, 2009).

As crianças expostas à violência podem apresentar uma gama de sintomas que refletem ou dificuldade para lidar com as situações vivenciadas pelas mesmas: raiva, medo e ansiedade; disfunções somáticas; quadros de ansiedade e depressão; agressividade; isolamento; baixa autoestima; problemas de relacionamento; problemas de conduta e ajustamento; baixa competência social; sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático; baixo desempenho acadêmico; negligência em suas atividades; aceitação e tolerância da violência; abuso de drogas e álcool; envolvimento em atos violentos; promiscuidade; prostituição; gravidez precoce; casamento precoce e tentativas de suicídio (Holt, Buckley & Whelan, 2008).

Além dos efeitos na criança, não é difícil imaginar que uma mãe que vivencia agressões físicas e psicológicas do parceiro, muitas vezes não está em condições de estabelecer um relacionamento adequado com seus filhos. Pesquisas a respeito dos

efeitos da violência conjugal nos comportamentos da mãe em relação a seus filhos, aqui considerado como maternagem, indicam que, devido a todas as consequências que a violência pode acarretar na saúde física e psicológica dessa mulher, elas apresentariam maiores dificuldades nos cuidados com os filhos do que as mães que não tivessem esse histórico (D’Affonseca & Williams, 2011; Holt, Buckley & Whelan, 2008).

De fato, estudos têm demonstrado que a qualidade da maternagem e a habilidade de ambos os pais em lidar com as necessidades da criança é comprometida em ambientes domésticos violentos (Finger et al., 2009; Holt, Buckley & Whelan, 2008; Hughes & Huth-Bocks, 2007; Levendosky, Leahy, Bogat, Davidson & Von Eye, 2006; Paterson et al., 2008; Zerk, Mertin & Proeve, 2009). Alguns autores chegam a relacionar a violência sofrida pela mulher como um fator de risco para essa mulher vir a agredir os seus filhos (Capaldi, Kim, & Pears, 2009; Holden, 2007; Chaffin & Schmidt, 2006; Dahlberg & Simon, 2006; O’Leary & Woodin, 2006), sendo que em pesquisa realizada por Casanueva, Martin e Runyan (2009) constatou-se que mães que sofrem violência conjugal têm um risco maior de vir a perpetrar maus-tratos quando comparadas com mães que não apresentaram esse histórico. Já na pesquisa realizada por D’Affonseca e Williams (não publicada), que comparou as dimensões de disciplina utilizada por mães brasileiras com e sem histórico de violência física conjugal observou que não houve diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, com as mães apresentando médias similares para os comportamentos de disciplina indutiva, não punitiva e punitiva.

De maneira geral, alguns dados de pesquisa revisados por Holt, Buckley e Whelan (2008) demonstram que mulheres que sofrem abuso contínuo têm o seu relacionamento afetado com a criança, o que pode levar a um impacto negativo nas suas capacidades maternas e na qualidade do apego estabelecido entre ela e seus filhos.

Estresse materno e depressão pode fazer com que as mães se tornem emocionalmente distantes, indisponíveis ou mesmo abusivas, de tal maneira que a energia emocional e o tempo com a criança ficam severamente comprometido (Holden, 2003). Além disso, a violência conjugal tem um impacto negativo na habilidade da mulher desenvolver autoridade e controle sob sua criança, levando a alguns casos de agressão dos adolescentes a seus pais (Levendosky, Lynch & Graham-Bermann, 2000). Essa agressão aumenta com a idade da criança e é 18 vezes mais frequente em famílias nas quais a mãe é vitimizada, havendo também um risco maior dos filhos virem a apresentar comportamentos antissociais (Levendosky et al., 2000).

Levendosky et al. (2006) realizaram um estudo para tentar determinar quais variáveis seriam importantes para a compreensão dos efeitos da violência conjugal nas crianças. Para tanto, as autoras testaram dois modelos conceituais: um que avaliava os efeitos diretos da violência conjugal no ajustamento infantil e o outro, mais complexo, e que buscava verificar o papel da maternagem no contexto de violência conjugal. Dentre as variáveis avaliadas nesse segundo modelo encontravam-se: história materna de abuso infantil; funcionamento psicológico materno negativo (depressão, insônia, ansiedade, alucinações e TEPT); satisfação marital; eventos de vida negativos; falta de suporte social; maternagem; e ajustamento infantil.

Os resultados encontrados por Levendosky et al. (2006) demonstraram que, para compreender o fenômeno da violência conjugal, considerar apenas os efeitos diretos da violência contra a mulher na maternagem, como era o caso do primeiro modelo, seria uma forma simplista de observar o fenômeno e perderia dados ambientais importantes que poderiam auxiliar na compreensão das diferenças individuais, tanto para o funcionamento da criança, quanto da mulher. Assim, as variáveis analisadas no segundo modelo dariam uma noção melhor da grandeza do fenômeno, sendo que os dados

indicaram que a violência conjugal era um preditor significativo do funcionamento psicológico materno negativo e da satisfação marital. A história materna de abuso infantil, falta de suporte e eventos de vida negativos eram preditores do funcionamento psicológico materno. Funcionamento psicológico materno negativo foi um preditor da satisfação marital, fatores que tinham uma associação marginalmente significativa na predição de maternagem. Funcionamento psicológico materno negativo e maternagem eram preditores significativos do ajustamento da criança, sendo que a maternagem estava associada também ao abuso físico, o qual era um preditor significativo do ajustamento da criança (Levendosky et al., 2000).

Outros estudos também indicam algumas correlações entre a violência contra a mulher e abuso infantil, problemas de ajustamento da criança, funcionamento psicológico materno negativo e histórico de maus-tratos infantis. Em uma revisão da literatura realizada por D’Affonseca e Williams (2011), os estudos a respeito das habilidades maternas das mulheres vitimizadas tenderam a descrever comportamentos negativos apresentados por essa população (Damant et al., 2010; Kelleher, Hazen, Coben, Wang, McGeehan, Kohl & Gardner, 2008; Renner, 2009; Taylor, Guterman, Lee & Rathouz, 2009), o que parece indicar que as práticas educativas de mulheres vítimas de violência conjugal são problemáticas. Williams (2010) observou na condução de diversos projetos de intervenção com mulheres vítimas de violência ao longo de diversos anos que a mulher vítima de violência tem dificuldade em orientar e manejar o comportamento de seus filhos. Dentre as explicações apresentadas pela autora, destaca-se a possibilidade de essa mulher ter um histórico de violência em sua família biológica (pais agressivos) o que pode ter levado a falta de um repertório diferenciado, de tal modo que a mulher inadvertidamente acaba por imitar os padrões coercitivos de seus pais. Outra possibilidade teria uma relação direta com a experiência

sofrida pela mulher, ou seja, diante do sofrimento imposto pela violência do parceiro, a mulher pode perder a calma com a criança, passando a agredi-la. Além disso, frequentemente a mulher vítima de violência apresenta sintomas depressivos e tem pouca disponibilidade emocional para enfrentar os desafios envolvidos na educação de crianças de tal modo que ela pode se engajar em práticas educativas e estilos parentais negligentes ou autoritários. Somam-se a esses fatores as dificuldades associadas aos próprios filhos, que se tornam "difíceis" por vivenciarem uma situação de violência.

Murray, Bair-Merritt, Roche e Cheng (2012) examinaram se a depressão e o suporte social mediavam à relação entre violência conjugal e práticas parentais. Participaram do estudo 1.057 pares de mães e adolescentes (10-14 anos). Os resultados indicaram que a violência conjugal estava positivamente associada ao uso de punição física pelas mães e negativamente associada ao envolvimento das mães nas atividades acadêmicas dos filhos. Embora depressão e suporte social parecessem não mediar à relação entre violência conjugal e as práticas de maternagem, os resultados sugerem que a violência conjugal esteja diretamente relacionada e tenha um impacto negativo nas práticas parentais maternas.

Embora as pesquisas indiquem prejuízos no relacionamento mãe-criança associados ao histórico de violência conjugal, tal dado não pode ser generalizado, pois outras variáveis podem interferir no relacionamento da díade, como renda econômica familiar, nível de escolaridade da mãe e aspectos psicológicos da mãe (Schafer, 20005). Hipotetiza-se, no entanto, que o histórico de violência conjugal seria uma variável relevante que afetaria a relação mãe-criança, pois, ao viver com medo constante do parceiro, as mães podem ter dificuldades em garantir transições normais de desenvolvimento ou mesmo comprometer o senso de segurança e confiança dos filhos,

aspectos importantes para o desenvolvimento emocional saudável (Holt, Buckley & Whelan, 2008).

Considerando esse aspecto, Levendosky et al (2000) realizaram um estudo com 120 mulheres e seus filhos (7-12 anos) com o objetivo de compreender os efeitos da violência contra a mulher nas habilidades maternas. A maioria das participantes da pesquisa disse que acreditava que a violência do parceiro afetava sua maternagem; no entanto, ao se analisar os problemas enfrentados por essas mulheres na educação dos filhos os autores constataram que os mesmos eram semelhantes aos problemas experienciados por mulheres sem histórico de violência conjugal (Levendosky et al., 2000).

Estudos da literatura brasileira (Pereira, D’Affonseca & Williams, 2012; Williams, Santini & D’Affonseca, 2012; Williams, Araújo, Rios, D’Affonseca, Maldonado, Patrian & Miranda, 2010; Williams, 2009), nos quais o objetivo foi analisar a interação das mães vítimas de violência e seus filhos, indicaram que as mesmas tinham estilos parentais inadequados. Contudo, não foram utilizados grupos de comparação de mulheres sem histórico de violência conjugal que nos permitisse determinar se tais dificuldades eram específicas a essas mulheres ou compartilhadas por outras mães sem histórico de violência conjugal.

Desse modo, filhos de mães com histórico de violência conjugal estão expostos a uma série de riscos para seu desenvolvimento físico e psicológico (Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998). Porém, destacam-se alguns fatores de proteção para a criança exposta a violência, os quais poderiam amenizar os efeitos dessa exposição: o nível educacional da mãe, baixo nível de depressão da mãe, status socioeconômico e estilo parental empregado pelos pais (Holden et al., 1998). Somam-se a esses fatores

algumas variáveis que podem moderar ou mediar os efeitos da violência conjugal: a natureza da violência (severidade e cronicidade); etnicidade; nível de estresse experienciado pelas mães, qualidade da maternagem, ser alvo de abuso físico ou verbal e características da criança (autoestima, forma de lidar com as situações, temperamento etc.) (Holden, 1998).

Em um estudo realizado por Durand, Schraiber, França-Junior & Barros (2011) com o objetivo de analisar a associação entre a exposição à violência por parceiro íntimo contra a mulher com desajustes comportamentais e problemas escolares entre os filhos, foram utilizados dados do inquérito populacional participante do *WHO Multicountry Study on Violence Against Women*, com 790 mulheres que coabitam com filhos de cinco a 12 anos, residentes no Município de São Paulo, SP, e na Zona da Mata de Pernambuco. Foram realizados três modelos múltiplos para estimar a força da associação entre variáveis explanatórias de apoio social e comunitário, eventos de vida estressantes, fatores sociodemográficos e gravidade da violência por parceiro íntimo contra a mulher entre outras. Os modelos incluíram três respectivos desfechos em relação ao comportamento dos filhos: número de problemas de comportamento; agressividade; e interrupção abandono ou repetência escolar. Os resultados obtidos demonstraram que a exposição à violência por parceiro íntimo física e/ou sexual grave esteve associada à ocorrência de problemas escolares, de problemas de comportamento em geral e de comportamentos agressivos na análise de regressão logística univariada. A exposição à VPI grave manteve-se associada à ocorrência de três ou mais problemas de comportamento entre seus filhos, independentemente do transtorno mental comum, da baixa escolaridade, de a mãe (avó) ter sido vítima de VPI física e do apoio social e comunitário nos modelos de regressão logística múltiplos. A VPI grave esteve associada ao comportamento agressivo e aos problemas escolares, depois do ajuste por outras

variáveis sociodemográficas, entre outras. O estado de saúde mental materna constituiu-se em fator mediador da relação entre a exposição à VPI e os problemas de comportamento, sobretudo agressividade.

A maioria dos trabalhos aqui apresentados indica que as mães vítimas de violência conjugal têm dificuldades em suas habilidades maternas (Damant et al., 2010; Holden, 2007; Kelleher, Hazen, Coben, Wang, McGeehan, Kohl & Gardner, 2008; Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Levendosky & Graham-Bermann, 1999; Pereira, D’Affonseca & Williams, 2012; Renner, 2009; Taylor, Guterman, Lee & Rathouz, 2009; Williams, Santini & D’Affonseca, 2012; Williams et al., 2010; Williams, 2009). , entretanto, tais estudos são baseados em medidas exclusivas de auto relato das mães e crianças ou sem grupos de comparação.

Dentre os estudos que utilizaram medidas diversas, como a observação da interação mãe-criança, destaca-se o de Levendosky et al. (2006) que analisou o relacionamento mãe-criança entre mães abrigadas. Participaram da pesquisa 203 mulheres e seus filhos (102 meninos e 101 meninas), com média de idade de 26.8 anos (SD 5.0). A renda mensal das mulheres era de US\$1,550. A maioria das participantes (63,1%) era branca, e quase a mesma porcentagem era casada (40,9%) ou mãe solteira (39,9%). Além disso, 34,5% tinham segundo grau completo ou menos e 38,9% frequentaram apenas alguns anos a escola. Os pesquisadores utilizaram medidas de auto relato das mães (*Norbeck Social Support Scale* (Norbeck, Lindsey & Carieri, 1981); *Infant Toddler Social and Emotional Assessment* (Briggs-Gowan & Carter, 1998); *Posttraumatic Stress Scale For Family Violence* (Saunders, 1994); *Brief Symptom Inventory* (Derogatis & Melisaratos, 1983); *Beck Depression Inventory* (Beck, Ward, Mendelson, Mock & Erbaugh, 1961); *Rosenberg Self-Esteem Scale* (Rosenberg, 1965); e *Severity of Violence Against Women Scales* (Marshall, 1992)). Adicionalmente,

utilizou-se um protocolo de observação das interações mães-filhos composto de seis escalas de maternagem (1) sensibilidade – habilidade de a mãe perceber e interpretar adequadamente os sinais da criança e responder prontamente e adequadamente; (2) proximidade – afeição materna a criança (verbalizações, tom, expressões faciais e contatos físicos); (3) alegria – qualidade e quantidade do divertimento da mãe durante as interações com o bebê; (4) desengajamento, conexão e envolvimento com a criança; (5) hostilidade – comunicações e interações hostis com a criança (sarcasmo e provocações); (6) comportamento intrusivo e controlador - interferência nos objetivos da criança. As participantes foram entrevistadas durante o último trimestre da gestação e quando o filho completou 1 ano de idade. Nesse momento eram gravadas as interações mãe-criança e os comportamentos maternos eram codificados durante os últimos 10 minutos da interação da mãe com os filhos. A duração total da gravação era de 12 minutos de sessão livre para brincar em um ambiente de laboratório. Dois codificadores foram treinados para analisar as gravações.

Os resultados obtidos por Levendosky et al. (2006) demonstraram que a maternagem mediava a relação entre a violência conjugal sofrida no primeiro ano de vida da criança e os comportamentos externalizantes. Além disso, a saúde mental da mãe mediava a relação entre as duas vitimizações da mãe (antes e depois do nascimento) e os comportamentos externalizantes do bebê. Ter sofrido violência conjugal durante a gestação era um preditor de violência conjugal no primeiro ano de vida do bebe e o suporte social da mãe era um preditor de saúde mental materna. Ter histórico de violência conjugal não estava relacionado à maternagem, contudo, ser vítima de violência conjugal nos últimos doze meses estava negativamente relacionada à maternagem, sendo que as mães vítimas de violência conjugal atual tiveram dificuldade em responder de modo afetivo e sensível às necessidades do bebê, e a um

aumento da hostilidade e do desengajamento na relação. O suporte social que a mãe recebia estava direta e positivamente relacionado à melhor saúde mental da mãe, sendo que a saúde mental não foi relacionada à maternagem. A exposição passada a violência conjugal afetou diretamente o comportamento externalizante da criança.

Com o intuito de contribuir com mais dados sobre a maternagem de mulheres vitimizadas, o presente estudo objetiva analisar o relacionamento mãe-criança em uma situação de observação controlada de laboratório, de modo a verificar o impacto específico da violência conjugal física na interação mãe-filho.

MÉTODO

Participantes

Participaram do estudo 40 mulheres com pelo menos um filho de 2-12 anos de idade, e 40 crianças (um filho escolhido pela mãe participante). A idade das mães variou entre 22-46 anos ($M=33,5$; $dp=5,7$) e o número de filhos variou entre 1-7 ($M=2,27$; $dp=1,24$), sendo que a criança alvo tinha 7 anos em média ($dp=3$), 52,5% era do sexo feminino e 47,5% masculino. A maioria das mães (71,4%) se identificou como branca; sendo 21,4% identificadas como negras e 7,1% como pardas.

Em relação ao estado civil, 36,4% das mães eram casadas, 27,3% solteiras, 15,9% separadas, 15,9% em regime de união estável e 4,5% divorciadas. O tempo de união com o parceiro atual variou de 1 a 30 anos ($M=10,3$; $dp=6,4$). A renda familiar das mulheres variou entre 0 a mais de 6 salários mínimos (SM), com a maior parcela das mulheres (37,5%) tendo uma renda familiar de 2 a 3 SM; 25% mais de 6 SM; 20% de 0-1 SM e 17,5% de 4-5 SM. A maior parcela das mulheres (42,5%) tinha o ensino médio completo; 32,5% ensino fundamental completo e 25% ensino superior completo.

Recrutamento das participantes

As participantes foram triadas em locais de atendimento a mulheres, a crianças e por divulgação da pesquisa com os profissionais que atendiam nesses locais e cartazes afixados nas salas de espera dos atendimentos. No total foram triadas cerca de 100 participantes, mas não foi possível realizar contato com 30 por conta de mudança de número de telefone ou mudança de endereço residencial. Vinte aceitaram participar da pesquisa inicialmente, mas não completaram a coleta de dados por faltas; cinco realizaram a entrevista inicial, mas não quiseram participar da pesquisa e cinco não aceitaram participar do estudo. Dentre as mulheres que participaram 31,8% tiveram participação voluntária (desencadeada por informações de amigos, familiares ou profissionais, na comunidade, e que preenchem o critério de participação no estudo); 27,3% Conselho Tutelar; 13,6% Centro de Referência de Assistência Social Especializado (CREAS); 9,1% e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um bairro periférico; 9,1% pela Unidade Saúde Escola (USE) da UFSCar e 6,8% estavam abrigadas.

Aspectos Éticos

O projeto da presente pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (23112.002363/2009-55). Todas as participantes assinaram os *Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)* para autorizar a sua participação e a de seus filhos e forneceram uma autorização por escrito para participar das filmagens desenvolvidas no decorrer do estudo.

Local

O presente estudo foi desenvolvido no *Centro de Atividade Diária (CAD)*, da Unidade Saúde-Escola (USE), da Universidade Federal de São Carlos. O CAD é uma casa-laboratório que procura favorecer a identificação e ensino de práticas educativas parentais adequadas, de uma maneira mais próxima possível do ambiente natural. É equipado com espelho unidirecional e câmeras de filmagem digital em todos os aposentos, sendo composto por cinco cômodos (uma sala de estar, um quarto, um banheiro, uma cozinha/copa e quintal), todos mobiliados de forma funcional como uma verdadeira casa. Na sala de observação do CAD na qual o controle das filmagens é operado, há equipamentos que permitem a comunicação dos pesquisadores com os participantes da casa-laboratório, e um computador no qual os pesquisadores podem assistir aos filmes digitais.

Instrumentos

Foram coletados dados das participantes e da interação das mães com seus filhos. Caso a mãe participante tivesse mais de um filho, foi selecionada uma criança-alvo do estudo, tendo como critério a idade que mais se adequasse à coleta de dados, bem como a identificação pela mãe de ser a criança que ela acredita ser mais difícil de educar. Os instrumentos utilizados foram:

- Roteiro de Entrevista adaptada de Williams (2010) na qual constam perguntas de identificação, renda socioeconômica, escolaridade e problemas apresentados com a educação dos filhos;
- Escala de Táticas de Conflitos (CTS-2) resumida e adaptada da versão original de Strauss, Straus et al. (1996) para o Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1999). Este instrumento permite medir a extensão das agressões

físicas e psicológicas de parceiros íntimos, bem como o uso de diferentes técnicas de resolução de conflitos. O instrumento é composto de 10 questões: a) sem violência (conversou ou tentou argumentar sobre alguma questão); b) violência verbal/emocional (insultou ou falou mal o outro/você; recusou-se a falar sobre o assunto ou saiu batendo a porta; gritou com o outro/você; ameaçou bater (com) ou atirar alguma coisa no outro/você.); c) violência física (jogou/amassou/bateu/chutou alguma coisa na parede; ameaçou bater (com) ou atirar alguma coisa no outro/você; atirou alguma coisa no outro/você; empurrou/bateu/chutou/ feriu o outro/você); e d) violência física grave (espancou/tentou estrangular o outro/você; ameaçou o outro/você com uma faca ou uma arma de fogo ou usou uma faca ou arma de fogo contra o outro/você). As mulheres foram consideradas como vítimas de violência física conjugal quando elas apresentavam escore maior do que zero em violência física.

- Protocolo de observação adaptado de Sanders, Waugh, Tully, & Hynes (1996) o qual foi utilizado no *Triple-P* (Sanders, Markie-Dadds & Turner, 2003) e utilizado no Projeto Parceria (Pereira, D’Affonseca & Williams, 2012; Williams, Santini & D’Affonseca, 2012; Williams, Brino & Padovani, 2009). Seis estudantes de psicologia (segundo, terceiro e quinto ano) foram treinadas para analisar a interação entre a mãe e a criança-alvo. Tais estudantes recebiam os vídeos da interação das mães-filhos, sem informações sobre o histórico de violência da mãe, analisavam cada 30 segundos da interação e preenchiam o protocolo de observação computando 1 quando ocorria o comportamento e 0 quando o comportamento não ocorria. Os comportamentos das mães analisados foram: (a) *positivos* (elogio, interação verbal positiva, contato físico positivo e atenção social positiva), (b) *negativos* (interação verbal negativa, contato físico negativo e atenção social negativa) e (c) *de não interação*. Os comportamentos das crianças foram: (a) *positivos* (interação verbal apropriada, atividade engajada de brincar

- criança demonstra atividade adequada, mas sem a ocorrência de verbalizações), (b) *negativos* - desobedecer (criança se recusa de participar de atividades, recusa em obedecer a ordens), reclamar (criança reclama, chora, grita, ou faz protestos verbais), demanda aversiva (criança dá uma instrução ou ordem para um dos pais de uma maneira aversiva - conteúdo verbal, tonalidade de voz e agressividade), contato físico negativo (criança demonstra ou ameaça ataque físico em relação à outra pessoa ou objeto.) e (c) *ausência de interação*.

Materiais

Para as sessões de observação eram utilizados jogos, brinquedos infantis, livros de histórias e revistas, além de bolachas, biscoitos, pães, sucos e achocolatado.

Procedimento

Após o encaminhamento das mães, a pesquisadora entrou em contato com as mesmas e explicitou os objetivos da pesquisa e a forma de participação das mesmas. Caso a mãe concordasse em participar da pesquisa, era agendada uma sessão para a entrevista inicial com a mãe e com a criança, as quais eram realizadas pela pesquisadora e pelas auxiliares de pesquisa (estudantes de graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos que participavam de estágio ou projetos de extensão). Em seguida, as mães eram convidadas a participar de uma sessão de observação da interação mãe-criança em um ambiente estruturado. A observação da interação mãe-criança foi realizada no laboratório do ambulatório (USE) na Universidade. As observações foram filmadas e posteriormente decodificadas, utilizando-se um Protocolo de Observação. As sessões de observação tiveram cerca de 60 minutos de duração, assim distribuídos:

1) Observação da interação mãe-criança em uma situação de atividade conjunta (local: sala). Nessa etapa, a mãe recebeu instruções para ler ou contar histórias para a criança;

2) Observação da interação mãe-criança em atividade paralela (local: quarto), a mãe recebeu instrução para ler ou folhear livro ou revista estando sentada na cama;

3) Observação da interação mãe-criança em situação de tarefa da mãe (local: cozinha), nessa fase a mãe recebeu instrução para preparar um lanche e lanchar junto com a criança. Todas as crianças da família foram convidadas a participar da sessão de observação (e não apenas a criança-alvo), para tornar a situação mais próxima do ambiente natural. Ao término da sessão de observação era entregue um brinquedo para as crianças participantes.

Depois de analisados os dados, foi realizada uma devolutiva com as mães apresentando os dados das observações realizadas. Nesse momento discutia-se sobre alguns aspectos importantes para favorecer comportamentos positivos dos filhos, como dar elogios, e minimizar os comportamentos negativos.

RESULTADOS

Com base nos dados da *Entrevista Inicial com Mãe Vítimas de Violência Doméstica* (Williams, 2010) foi realizada uma caracterização dos participantes relacionados à: (a) relacionamento conjugal – tempo de união, último episódio de violência física; (b) fatores de proteção – suporte família, comunidade, independência financeira; (c) fatores de risco – estressores presentes no ambiente (problemas de álcool e drogas do parceiro; dificuldades financeiras); (d) condições de saúde da participante; (e) sintomas de depressão – alteração sono, apetite e pensamentos suicidas; (f)

exposição à violência da participante na infância – sofreu algum tipo de abuso na infância, qual, por quem.

Os dados coletados na entrevista inicial permitiram verificar alguns fatores de risco e proteção para o desenvolvimento de um relacionamento mãe-filho saudável. Em relação à independência financeira e apoio social, observou-se que a maioria das mães exerciam atividades remuneradas fora do lar.

Com relação ao histórico de maus-tratos na infância, 17,5% das participantes relataram que foram vítimas ou estiveram expostas à violência do pai contra a mãe. Em relação ao tipo de maus-tratos sofrido, 28,6% sofreu maus-tratos físicos (agressor identificado como sendo a mãe), 28,6% maus-tratos sexuais (padrasto e/ou desconhecido), 14,3% maus-tratos físico e psicológico (pai e padrasto); 14,3% maus-tratos físico e sexual (pai e padrasto) e 14,3% negligência (mãe).

A maioria das participantes (70%) não relatou a presença de estressores como: desemprego, alcoolismo ou dependência química do parceiro. Dentre aquelas que relataram conviver com tais estressores, 17,5% disseram que o maior estressor era o alcoolismo associado à dependência química dos parceiros (cocaína e crack); 10% das mulheres sofriam com o alcoolismo dos parceiros e 2,5% relatou que os parceiros eram dependentes químicos.

Em relação aos sintomas de depressão (aqui considerados quando as mães relataram ter alterações no sono, apetite e/ou pensamentos suicidas), a maioria das mulheres (60%) não relatou apresentar tais sintomas no momento da entrevista.

Histórico de violência conjugal

A maioria (67,5%) das participantes relataram episódios de violência psicológica e 55% das participantes apresentavam histórico (atual ou passado) de violência física conjugal. Dentre as mulheres com histórico de violência física conjugal, 81,3% relataram que haviam sofrido agressão nos últimos 12 meses ($M=2,07$ $dp=1,78$; mínimo=1 semana antes da entrevista; máximo= 6 meses). Para as demais mulheres desse grupo (18,8%) a agressão tinha ocorrido há mais de 12 meses ($M=93$ meses, $dp=37$; mínimo 14 meses e máximo 60 meses). A frequência de agressão física, a qual ocorria, em média, *duas vezes por ano*, se aproxima de dados da literatura que aponta uma média de 3,4 agressões por ano entre mulheres que relatam sofrer agressões físicas do parceiro ou ex-parceiro (Arias & Ikeda, 2006).

Observação da interação mães-filhos

Para verificar o grau de concordância entre os juízes que analisaram os registros de interação entre mãe-filho foi utilizada a medida Kappa, a qual mensura o grau de concordância interobservadores, além do que seria esperado tão somente pelo acaso. Esta medida de concordância varia de 0 a 1, sendo que valores próximos a 1 indicam maior confiabilidade e valores próximos ou menores que zero sugerem que o acordo é atribuível ao acaso. No presente trabalho, utilizou-se a classificação de Landis e Koch (1977), a qual considera valores de kappa entre 0.40-0.59 bom, 0.60-0.79 muito bom, e acima de 0.80 excelente. As avaliações Inter observadores obtiveram valores kappa bons, variando entre 0.55 a 0.70.

Após garantir a confiabilidade Inter observadores, procedeu-se a análise das interações mãe-filho. Considerando a variação de tempo que as participantes permaneceram nas sessões de observação (entre 30 a 60 minutos) e em cada cômodo da

casa-laboratório, foram selecionados cinco minutos centrais de interação mãe-filho em cada cômodo da casa laboratório (total 15 minutos de interação), de modo a evitar o efeito da adequação nos minutos iniciais, de tal maneira que fosse possível ter amostras homogêneas da interação entre as participantes e seus filhos.

A Tabela 1 apresenta a média de interação positiva, negativa e de não interação das mães em relação aos filhos e dos filhos em relação às mães.

Tabela 1.

Frequência de interação me-filho

	Mínimo	Máximo	<i>M</i>	<i>Sd</i>
Mãe				
Interação positiva	,00	16,17	6,86	3,90
Interação negativa	,00	6,67	,68	1,32
Não interação	,00	23,33	8,32	7,23
Filho				
Interação positiva	1,17	10,00	4,94	2,41
Interação negativa	,00	1,42	,15	,32
Não interação	,00	10,00	3,40	3,25

Os dados da Tabela 1 indicam que, em média, os comportamentos mais frequentemente apresentados pelas mães eram não interação ou interações positivas. Em relação aos filhos, notou-se uma frequência maior, em média, de interações positivas seguido de não interação.

Para verificar o comportamento entre as variáveis que analisam a interação entre mãe e filho (interação positiva/interação negativa/não interação), foi realizada correlações entre cada par de variáveis (ver Tabela 2).

Tabela 2.

Matriz de correlação observada para as variáveis em questão.

	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Não interação mãe (1)	0,97*	-0,60	-0,55	0,25	-0,04
Não interação filho (2)		-0,57	-0,54	0,16	-0,07
Interação positiva mãe (3)			0,84*	-0,37	0,07
Interação positiva filho (4)				-0,38	-0,01
Interação negativa mãe (5)					0,39
Interação negativa filho (6)					1

Os dados da Tabela 2 permite-nos observar uma correlação positiva alta entre *não interação mãe* e *não interação filho* e também entre *interação positiva mãe* e *interação positiva filho*. Cabe destacar que o mesmo não ocorre em relação ao comportamento negativo mãe/filho, sendo que foi observada uma correlação moderada fraca e positiva entre as variáveis *interação negativa mãe* e *interação negativa filho* e correlação negativa moderada-fraca entre *interação negativa mãe* e *interação positiva mãe* e *interação positiva filho*. A variável *interação negativa filho* mostrou-se associada apenas com *interação negativa mãe*. Nota-se que *não interação*, tanto da mãe quanto do filho, apresenta correlação negativa moderada com a *interação positiva*.

Considerando o objetivo do trabalho de verificar o impacto do histórico de violência física conjugal da mãe no relacionamento mãe-criança, foram selecionadas

algumas variáveis descritas na literatura (Durand, Schraiber, França-Junior & Barros, 2011; Levendosky et al., 2000) que poderiam influenciar essa relação como alguns fatores de risco (*maus-tratos na infância, presença de outros estressores no ambiente familiar*), fatores mediadores (*depressão da mãe*), variáveis sócio demográficas (*escolaridade da mãe, renda familiar*) e variáveis da criança (*sexo da criança*). Para verificar a relação entre as variáveis de interação mãe-criança e as variáveis acima descritas, utilizou-se análise fatorial de modo a determinar a natureza e o grau de associação entre as variáveis. Ressalta-se que por ser uma análise multivariada, apenas observações completas foram consideradas. Devido a esse fato, uma participante que apresentava dados faltantes ficou fora da análise. Tal participante não relatou sofrer violência física ou psicológica conjugal.

Em relação à proporção da variabilidade explicada por cada fator e também o “critério da raiz latente” como critério de seleção do número de fatores, ao utilizar os dois primeiros fatores, conseguiu-se explicar 76,32% da variabilidade total dos dados. Tal critério de escolha pode ser mais bem visualizado na Figura 1, na qual os dois primeiros fatores apresentam autovalor maior do que 1 e proporção de variabilidade explicada próxima a 80%.

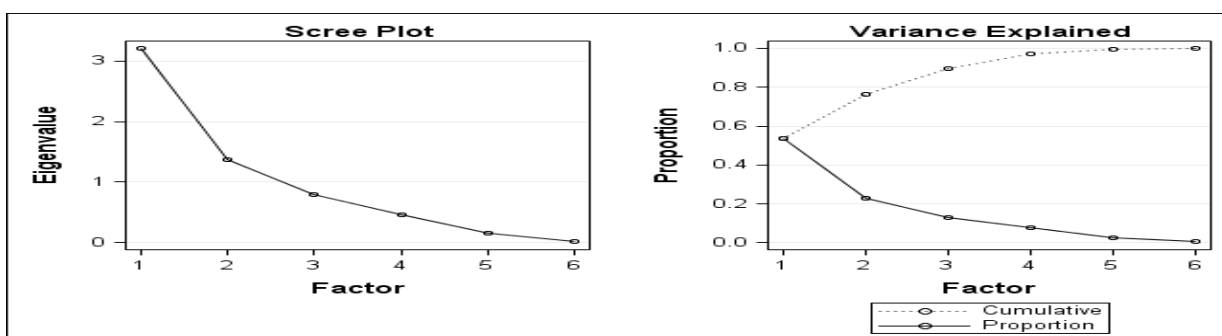


Figura 1 - Gráfico de cotovelo e proporção de variância explicada.

Após determinar o número de fatores, rotacionou-se os eixos, sendo calculadas as cargas fatoriais referentes a cada um dos fatores. No fator 1 as cargas maiores foram para *não interação da mãe* (0,90), *não interação do filho* (0,89), *interação positiva filho* (-0,85) e *interação positiva mãe* (-0,82) e no fator 2 *interação negativa mãe* (0,79) e *interação negativa filho* (0,83).

Observando as variáveis e os fatores conjuntamente, temos que o primeiro fator explica principalmente as variáveis relacionadas a não interação e interação positiva, enquanto que o segundo fator explica melhor as duas variáveis relacionadas à interação negativa. No primeiro fator, observa-se que há um contraste entre não interação e interação positiva. Como nesta análise foram utilizados apenas 2 fatores, explicando aproximadamente 76,32% da variabilidade total dos dados, para essa porcentagem, o primeiro fator contribui com 68,61% e o segundo com 31,39%. Em relação às comunalidades (variabilidade explicada), temos que os dois fatores em conjunto explicam aproximadamente 82% da variável não interação mãe, 81% de não interação filho, 75% de interação positiva mãe, 73% de interação positiva filho, 74% de interação negativa mãe e 73% de interação negativa filho.

Na Figura 2, observa-se o gráfico que indica o cruzamento entre os fatores 1 e 2 rotacionados. Ao observá-lo, é possível verificar que as variáveis relacionadas a *não interação* estavam muito correlacionadas entre si e inversamente correlacionadas com as variáveis relativas à *interação positiva*, que também foram muito correlacionadas entre si. Além disso, nota-se que as variáveis relacionadas à *interação negativa* foram correlacionadas entre si e que são quase que independentes das demais, visto que formam um ângulo aproximadamente de 90°. A partir desses resultados, podemos dizer que para cada par de variáveis, quando uma variável aumenta a outra aumenta, ou

quando uma diminui a outra também diminui. Para *interação positiva* e *não interação*, o aumento na interação positiva diminui a não interação e vice-versa.

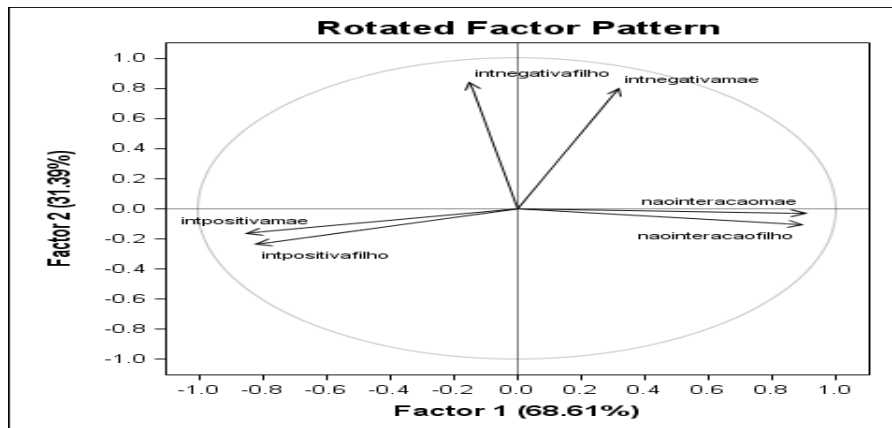


Figura 2 - Cruzamento entre primeiro e segundo fator.

Para interpretarmos as médias das variáveis no Fator 1 e 2 devemos levar em conta que grupos com médias positivas no Fator 1 são grupos que apresentam não interação entre mãe e filho acima da média. Já grupos com médias negativas nesse mesmo fator são grupos que apresentam interação positiva entre mãe e filho acima da média. Grupos com média próxima a 0 são grupos que tem comportamento próximo à média tanto em não interação quanto em interação positiva.

Para o Fator 2, grupos com média positiva são grupos com interação negativa acima da média e grupos com média negativa são grupos que apresentam interação negativa abaixo da média. Grupos com média próxima a zero são grupos com comportamento próximo da média.

A Tabela 3 apresenta as médias de cada uma das variáveis analisadas (*maus-tratos na infância, presença de outros estressores no ambiente familiar, depressão da*

mãe, escolaridade da mãe, renda familiar, sexo da criança, histórico de violência física conjugal) para cada um dos fatores.

Tabela 3

Médias e desvios padrão Fator 1 e 2

	N	Fator 1		Fator 2	
		M	dp	M	Dp
<i>Presença de outros estressores no ambiente familiar</i>					
Sim	12	0,36	0,79	0,07	0,74
Não	27	-0,16	1,05	-0,03	1,10
<i>Escolaridade</i>					
Ens. Fundamental	13	0,26	0,87	-0,02	0,85
Ens. Médio	17	0,08	1,11	0,24	1,28
Ens. Superior	9	-0,53	0,81	-0,42	0,23
<i>Renda familiar</i>					
0-1 sm (US\$263)	8	0,71	0,82	-0,48	0,36
2-3 sm (US\$527-791)	15	-0,13	1,05	0,48	1,34
4-5 sm (US\$1055-1319)	7	0,04	1,08	0,03	0,87
6 ou mais sm (More than US\$1583)	9	-0,44	0,75	-0,40	0,21
<i>Histórico de violência física conjugal</i>					
Com	22	0,29	0,91	-0,10	0,71
Sem	17	-0,37	1,00	0,13	1,28
<i>Maus-tratos na infância</i>					
Sim	7	0,58	1,05	-0,10	0,63
Não	32	-0,12	0,95	0,02	1,07
<i>Sexo da criança</i>					
Masculino	18	0,27	0,96	0,02	0,72
Feminino	21	-0,23	0,99	-0,02	1,20
<i>Depressão</i>					
Sim	15	0,09	1,10	0,38	1,41
Não	24	-0,06	0,94	-0,23	0,52

Os dados da Tabela 3 permite-nos dizer em relação à análise do grupo em cada um dos fatores:

a) *Presença de outros estressores no ambiente familiar*: o grupo com presença de outros estressores apresentou *não interação* acima da média, enquanto que o grupo com ausência apresentou *interação positiva* acima da média. Quanto à *interação negativa*, ambos estavam na média.

b) *Escolaridade*: quanto maior a escolaridade, maior a presença de *interação positiva*, sendo que o grupo intermediário apresentou comportamento próximo à média. Para *interação negativa*, o grupo “*ensino médio*” apresentou valor acima da média, enquanto que o “*ensino superior*” ficou abaixo da média e o “*ensino fundamental*” próximo da média.

c) *Renda familiar*: os grupos “*2-3 sm*” e “*6 ou mais sm*” apresentaram *interação positiva acima da média*, o grupo “*0-1 sm*” *não interação* acima da média e o grupo “*4-5 sm*” próximo à média para ambos. Quanto à *interação negativa*, o grupo “*2-3 sm*” apresentou comportamento acima da média, “*0-1 sm*” e “*6 ou mais sm*” abaixo da média e o grupo “*4-5 sm*” próximo à média.

d) *Histórico de violência física conjugal*: o grupo com presença de histórico de violência física conjugal apresentou *não interação* acima da média e *interação negativa* abaixo da média. Já o grupo sem histórico apresentou *interação positiva e negativa* acima da média.

e) *Maus-tratos na infância*: o grupo com maus-tratos na infância apresentou *não interação* acima da média e *interação negativa* abaixo da média, enquanto que o grupo sem violência apresentou *interação positiva* acima da média e *interação negativa* próximo da média.

f) *Sexo da criança*: para sexo masculino temos *não interação* acima da média e para o sexo feminino temos *interação positiva* acima da média. Com relação à *interação negativa*, ambos apresentaram comportamento próximo da média.

g) *Depressão da mãe*: ambos os grupos apresentaram *interação positiva* e *não interação* próxima da média. Com relação à *interação negativa*, o grupo com depressão apresentou comportamento acima da média e o grupo sem apresentou comportamento abaixo da média.

Para confirmar as diferenças observadas entre os grupos, foi realizado o teste de Análise de Variância Multivariada (MANOVA) para cada um dos fatores. Os dados obtidos demonstram que houve indícios de diferença entre os grupos apenas para renda familiar e maus-tratos na infância. Para renda familiar, apenas a estatística teste maior raiz de Roy foi significativa ao nível de 5% de significância (maior raiz de Roy (3) = 0,46; $p = 0,01$). Segundo Jonhson e Wichern (2008), o poder desta estatística é maior quando existe grande diferença em apenas uma característica avaliada e entre um grupo em relação aos demais. Sendo assim, precisamos avaliar os testes de comparações múltiplas para esse fator. Quanto ao fator *maus-tratos na infância*, nota-se que por todas as estatísticas testes rejeitamos a hipótese de igualdade entre os grupos ao nível de 5% de significância, fazendo-se necessário avaliarmos os testes de comparações múltiplas em cada fator para verificarmos onde estão as diferenças.

No teste de comparações múltiplas para as variáveis *histórico de maus-tratos na infância* e *renda familiar*, não foi identificada diferença ao nível de 5%, de modo que as mesmas foram avaliadas com um nível de 10%. Os grupos de *renda familiar* e *maus-tratos na infância* se diferem apenas no Fator 1. Para renda familiar, observamos que houve diferença principalmente entre “0-1 sm” e “6 ou mais sm”, com os demais grupos sendo iguais a cada um desses. Quanto ao comportamento dos grupos considerados

diferentes, o grupo “0-1 sm” apresentou não interação acima da média e o grupo “6 ou mais sm” interação positiva acima da média. Para maus-tratos na infância, o grupo *com maus-tratos na infância* apresentou *não interação* acima da média e o grupo *sem violência* apresentou *interação positiva* acima da média.

DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos na Análise Fatorial, observou-se que dois fatores explicam conjuntamente cerca de 76,32% da variabilidade total dos dados. Notamos que o primeiro fator explica principalmente as variáveis relacionadas a *não interação* e *interação positiva*, enquanto que o segundo fator explica melhor as duas relacionadas à *interação negativa*. Vale ressaltar que houve um contraste entre *não interação* e *interação positiva* no primeiro fator. Observando os fatores, verificamos que as variáveis relacionadas a *não interação* são muito correlacionadas entre si e inversamente correlacionadas com as variáveis relativas à *interação positiva*, as quais também são muito correlacionadas entre si. Ou seja, o aumento na *interação positiva* diminui a *não interação* e vice-versa. Além disso, notamos que as variáveis relacionadas à *interação negativa* são correlacionadas entre si e quase independentes das demais. Lembrando, também, das correlações entre as variáveis, mães com maior repertório positivo acabam tendo filhos com maior repertório positivo, também. Além disso, tanto os filhos quanto as mães apresentam comportamentos negativos, mas são pouco influenciados por outros repertórios (positivas ou de não interação) e o comportamento da mãe pouco afeta o filho e vice-versa.

Considerando o objetivo do estudo de analisar o relacionamento de mãe-criança em situação de observação controlada de laboratório, de modo a verificar o impacto específico da violência conjugal física nessa interação, a hipótese inicial era de que a vitimização da mulher e a exposição da criança à violência conjugal seriam variáveis que afetariam a interação mãe-criança, como apontado por estudos da literatura (Damant et al., 2010; Holden, 2007; Kelleher, Hazen, Coben, Wang, McGeehan, Kohl & Gardner, 2008; Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Levendosky & Graham-Bermann, 1999; Renner, 2009; Taylor, Guterman, Lee & Rathouz, 2009). Contudo, as análises estatísticas realizadas indicaram que houve indícios de diferença estatisticamente significativa entre os grupos apenas para *renda familiar e maus-tratos na infância*. Cabe destacar que as mães que participaram das sessões de observação possuíam algumas características que as diferenciavam das demais, uma vez que as mesmas se disponibilizaram a se locomover até a USE para a coleta de dados e, em alguns casos, sendo acompanhadas de 3 ou 4 filhos. Somado a esse fator, ao estarem em um ambiente controlado de laboratório, tais mães poderiam estar apresentando comportamentos mais positivos do que os que elas comumente apresentariam em ambientes naturais, visto que algumas variáveis, como televisão; o companheiro; amigos do filho; tarefas domésticas; computador; entre outros, não estavam presentes no ambiente. Ou seja, hipotetiza-se que se observássemos as mães no ambiente natural das mesmas, o relacionamento mãe-filho poderia ser diferente. Ou seja, diante de uma situação estressante, na qual ela tenha que lidar com o filho, possivelmente seu comportamento seria sensivelmente diferente.

Os testes de comparações múltiplas realizados no Fator 1 e Fator 2 para essas variáveis demonstraram que os grupos se diferem apenas se considerarmos um nível de significância de 10% , sendo que essa diferença se dá no Fator 1 (interação positiva e

não interação). Em relação à renda familiar, observou-se que houve diferença entre “0-1 sm” e “6 ou mais sm”, sendo que o grupo “0-1 sm” apresentou não interação acima da média e o grupo “6 ou mais sm” interação positiva acima da média. Tais dados corroboram com dados da literatura que indicam que o nível socioeconômico da família é um fator de risco para o estabelecimento de relacionamento familiar harmonioso (Capaldi, Kim & Pears, 2009; Shaffer & Kip, 2007; Evans, 2004).

Em termos da variável maus-tratos na infância, as participantes com presença dessa característica apresentaram *não interação* acima da média e as participantes sem histórico de maus-tratos na infância apresentaram *interação positiva* acima da média. Tal dado apresenta respaldo na literatura (Capaldi, Kim & Pears, 2009; Holt, Buckley & Whelan, 2008; Levendosky, Lynch & Graham-Bermann, 2000; Slep & O’Leary, 2001; Tolan et al., 2006; Williams, 2010). Adicionalmente, os dados parecem reforçar o estudo de Levendosky, Lynch & Graham-Bermann (2000), o qual indicou que história materna de abuso infantil apresentava uma associação marginalmente significativa na predição da maternagem. Hipotetiza-se, com base em Williams, Brino e Padovani (2009), que o histórico de maus-tratos na infância pode ter levado a falta de um repertório diferenciado das mães, de tal modo que em uma situação controlada do laboratório a qual permitia às mães um tempo livre para interagir com seus filhos, as mesmas não sabiam como interagir positivamente com as crianças durante esse período.

Embora escolaridade das mães e sintomas de depressão materna não tenham sido variáveis preditoras da interação entre mães-filhos, assim como no estudo de Murray, Bair-Merritt, Roche e Cheng (2012), as análises descritivas dessas variáveis demonstraram que quanto maior o nível de escolaridade das mães, maior a presença de *interação positiva* e quando as mães apresentavam sintomas de depressão à *interação negativa* foi acima da média. Tais dados reforçam os resultados presentes na literatura

que indicam que escolaridade da mãe pode ser um fator de proteção ao desenvolvimento da criança, sendo que mães com maior nível de escolaridade tendem a interagir de forma mais positiva com os seus filhos (Bee, 2003; Cole & Cole, 2004; Martinez-Torteya et al., 2009; Poletto & Koller, 2008; Renner, 2009; Shaffer & Kipp, 2007;) e que a presença de psicopatologia em um dos cuidadores, no caso os sintomas de depressão, pode ser um fator de risco para o desenvolvimento da criança, pois as mães teriam mais dificuldade em se engajar em comportamentos positivos com seus filhos (Bee, 2003; Cole & Cole, 2004; Martinez-Torteya et al., 2009; Poletto & Koller, 2008; Shaffer & Kipp, 2007).

Os dados apresentados indicam que para compreender o impacto da violência conjugal sofrida pela mulher no relacionamento com seus filhos, não basta determinar se ela é vítima ou não de violência física conjugal de maneira simplista, mas analisar diferentes fatores de risco, como a renda familiar e o histórico de maus-tratos na infância, os quais parecem influenciar mais fortemente o relacionamento das mães com seus filhos.

Destaca-se ainda que intervenções com mães deveriam ter como foco, não só discutir a importância de elas emitirem comportamentos positivos com seus filhos, como elogiar e ter contato físico positivo (afagar, abraçar, beijar etc.); mas discutir a importância de favorecer interações com os seus filhos, como conversar, perguntar sobre aspectos do dia-a-dia, amigos, escola etc., visto que as mães no grupo de risco (baixo nível socioeconômico e com histórico de maus-tratos na infância) apresentam uma frequência maior de *não interação* com os filhos.

Considerando as limitações do estudo: número reduzido de participantes, heterogeneidade da amostra, ambiente controlado no qual foram observadas as

interações mãe-filho e tempo de duração das sessões de observações; sugere-se que estudos futuros com uma amostra maior de participantes e que tenha um controle mais rigoroso em relação às participantes, poderiam auxiliar na compreensão desse fenômeno. Além disso, sugere-se alterações no procedimento, como menor tempo de observação, inserção de uma atividade estressante ou a inclusão de outros ambientes de observação da interação mãe-filho, ou mesmo a coleta de dados da mãe e de outros informantes a respeito do provável comportamento que elas teriam em alguns cenários comuns no relacionamento mãe-filho (limitar tempo de computador, ver televisão; fazer tarefa escolar; escovar os dentes; realizar tarefas domésticas etc.), poderia favorecer um panorama mais acurado da influência do histórico de violência conjugal no relacionamento mães-filhos.

REFERÊNCIAS

- Bee, H. (2003) *The Developing Child*. 9ª edição Porto Alegre : Artes Médicas.
- Capaldi, D.M.; Kim, H. & Pears, K. (2009) The association between partner violence and child maltreatment: a common conceptual framework (pp. 93-111). Em: Whitaker, D.J. & Lutzker, J.R. *Preventing Partner Violence: Research and evidence-based intervention strategies*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Casanueva, C.; Martin, S.L. & Runyan, D.K. (2009) Repeated reports for child maltreatment among intimate partner violence victims: Findings from the national survey of child and adolescent well-being. *Child Abuse and Neglect*, vol.33, 84-93
- Chaffin, M. & Schmidt, S. (2006). An evidence-based perspective on interventions to stop and prevent child abuse. In: J.R. Lutzker (org.) *Preventing violence: research*

- and evidence-based intervention strategies.* (pp.49-68). Washington: American Psychological Association.
- Cole, M. & Cole, S.R. (2004) *The development of children*. Porto Alegre: Artmed.
- Damant, D.; Lapierre, S.; Lebosse, C.; Thibault, S.; Lessard, G.; Hamelin-Brabant, L.; Lavergne, C. & Fortin, A. (2010) Women's abuse of their children in the context on domestic violence: reflection from women's accounts. *Child and Family Social Work, 15*, 12-21.
- Dahlberg, L.L. & Simon, T.R. (2006). Predicting and preventing youth violence: developmental pathways and risk. In: J.R. Lutzker (org.) *Preventing violence: research and evidence-based intervention strategies.* (pp.97-124). Washington: American Psychological Association.
- D'Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2011) Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: revisão da literatura [Maternal skills of domestic violence victims: A literature review]. *Psicologia Ciência e Profissão, 31* (2), 236-251
- Evans, G.W. (2004) The environment of childhood poverty. *American Psychologist, 59*(2), 77-92.
- Finger, B.; Hans, S.L.; Bernstein, V.J. & Cox, S.M. (2009) Parent relationship quality and infant-mother attachment. *Attachment and Human Development, 11*(3), 285-306
- Fusco, R.A. & Fantuzzo, J.W. (2009) Domestic violence crimes and children: A population-based investigation of direct sensory exposure and the nature of involvement. *Children & Family Services Review, 31*, 249-256

- Hall, R. V.. (1975) *Behavior modification : the measurement of behavior*. Trad. Waldir Bettoi. São Paulo: EPU.
- Holden, G.W. (2003) Children exposed to domestic violence and child abuse: terminology and taxonomy. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6 (3), 151-160
- Holt, S., Buckley, T. & Whelan, S. (2008) The impact of exposure to domestic violence on children and young people: a review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32 (8), 797-810.
- Hughes, H.M., & Huth-Bocks, A.C. (2007). Variations in parenting stress in African-American battered women: Implications for children's adjustment and family intervention. *European Psychologist*, 12, 62-71
- Johnson, R.A. & Wichern, D.W. (2008). *Applied Multivariate Statistical Analysis*. Prentice Hall: Englewood Cliffs.
- Kelleher, K.J.; Hazen, A.L.; Coben, J.H.; Wang, Y.; McGeehan, J.; Kohl, P.L. & Gardner, W.P. (2008). Self-reported disciplinary practices among women in the child welfare system: Association with domestic violence victimization. *Child Abuse and Neglect*, 32(8), 811-8.
- Landis J.R. & Koch G.G. (1977) The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*; 33: 159-174
- Levendosky, A. A., Leahy, K. L., Bogat, G. A., Davidson, W. S., & von Eye, A. (2006) Domestic violence, maternal parenting, maternal mental health, and infant externalizing behavior. *Journal of Family Psychology*, 20, 544-552.

- Martinez-Torteya, C. ; Bogat, G.A.; von Eye, A. & Levendosky, A.A. (2009) Resilience among children exposed to domestic violence: The role of risk and protective factors. *Child Development*, 80 (2), 562–577.
- Moore, C.G.; Probst, J.C.; Tompkins, M.; Cuffe, S.; Martin, A.B; (2007) The prevalence of violent disagreements in US families: effects of residence, race/ethnicity, and parental estresse. *Pediatrics*; 119 (1), S68-76.
- Murray, K.W.; Bair-Merritt, M.H.; Roche, K. & Cheng, T. L. (2012) The impact of intimate partner violence on mothers’ parenting practices for urban, low-income adolescents. *Journal of Family Violence*, 27:573–583
- O’Leary, K.D. & Woodin, E.M. (2006) Bringing the agendas together: partner and child abuse. (pp.239-258) In: Lutzker, J.R. (org.) *Preventing violence: research and evidence-based intervention strategies*. Washington: American Psychological Association.
- Paterson, J.; Carter, S.; Gao, W.; Cowley-Malcolm, E. & Iusitini, L. (2008) Maternal intimate partner violence and behavioural problems among Pacific children living in New Zealand. *Journal Child Psychology Psychiatry*, 49(4), 395-404
- Pereira, P.C.; D’Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2012- -available on-line first) A Feasibility Pilot Intervention Program to Teach Parenting Skills to Mothers of Poly-Victimized Children. *Journal of Family Violence*, <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-012-9490-9>
- Pereira, P.C.; Santos, A.B. & Williams, L.C.A. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao Fórum Judicial [School performance of victimized children seen by the Judiciary System]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 19-28

- Poletto, M. & Koller, S.H. (2008) Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção [Ecological contexts: furthering resilience, risk and protection factors]. *Estudos de Psicologia: Campinas*, 25(3), 405-416
- Renner, L.M. (2009) Intimate partner violence victimization and parenting stress: Assessing the mediating role of depressive symptoms. *Violence Against Women*, 15(11), 1380-1401
- Shaffer, D.R. & Kipp, K. (2007). *Developmental psychology: Childhood and adolescence*. Belmont, CA: Wadsworth
- Straus, M. A., Hamby, S. L.; Boney-McCoy, S. & Sugarman, D.B. (1996) The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and Preliminary Psychometric Data. *Journal of Family Issues* 17.3 (1996): 283–316.
- Taylor, C. A., Guterman, N. B., Lee, S. J., & Rathouz, P J. (2009). Intimate partner violence, maternal stress, nativity, and risk for maternal maltreatment of young children. *American Journal of Public Health*, 99(1), 175-83.
- Williams, L.C.A., & Araújo, E.A.C. (2009). Habilidades maternas de mulheres que sofrem violência do parceiro: Uma revisão [Maternal skills of women victims of IPV: A review]. In: R.C. Wielenska (Org.). *Sobre comportamento e cognição: Desafios, soluções e questionamentos*. (p. 96-109). Campinas: ESETEC.
- Williams, L.C.A.(2010). Entrevista Inicial com Mulheres Vítimas de Violência Doméstica [Initial interview with mothers victims of domestic violence]. In: L. C. A. Williams; J. M. Maia & K. A. Rios. *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção*. (p. 428-457). Santo André: ESETec.

Williams, L.C.A., Araújo, E.A.C., Rios, K.S.A., D’Affonseca, S.M., Maldonado, D.P.A., Patrian, A.C.A., & Miranda, T.D. (2010). Projeto parceira: O ensino de habilidades parentais a mães com história de violência conjugal [Project Parceria: Teaching of parenting skills to mothers with a history of IPV]. In: L.C.A. Williams, J.M.D. Maia, & K.S.A. Rios (Orgs.). *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental*. (p. 428-457). Santo André: ESETec.

Williams, L.C.A., Padovani, R.C., & Brino, R.F. (2009). *Empowering families to face domestic violence*. São Carlos: EDUFSCar/PAHO.

Williams, L. C. A., Santini, P. M., & D’Affonseca, S. M. (2012). A mothering skills program for women with a history of domestic violence: An analysis of mother-child interaction. In H. Dubowitz (Ed.), *World perspectives on child abuse* (10th ed., pp. 134–136). Istanbul: International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect-ISPCAN.

Zerk, D. M., Mertin, P. G., & Proeve, M. (2009). Domestic violence and maternal reports of young children’s functioning. *Journal of Family Violence*, 24(7), 423-432.

ARTIGO 5

D’Affonseca. S.M. & Williams, L.C.A. (no prelo) Metaparentagem: Uma nova possibilidade de avaliar a parentagem. *Revista Psicologia em Estudo Maringá*.

METAPARENTAGEM: UMA NOVA POSSIBILIDADE DE AVALIAR A PARENTAGEM

Sabrina Mazo D’Affonseca e Lúcia C.A. Williams

RESUMO

No presente trabalho objetiva-se apresentar um novo constructo cognitivo para analisar o relacionamento pais-filhos. Trata-se da metaparentagem, definida como um conjunto de processos encobertos que resultam em uma compreensão mais abrangente da parentalidade, de tal modo que a metaparentagem consiste em pensar sobre ou refletir a respeito das próprias práticas parentais. Em uma revisão da literatura realizada com as seguintes palavras-chaves *metaparenting* e *metaparentagem* em bases de dados nacionais e internacionais (PsycINFO, Lilacs, Sage, Medline e Google acadêmico), foram encontrados dois artigos, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, todos em língua inglesa. Por ser uma área de pesquisa recente, poucos estudos foram publicados na literatura internacional e nacional, contudo os dados existentes demonstram que a metaparentagem é correlacionada com a parentagem democrática, competência parental e menor potencial de abuso e parece ser um conceito útil para intervenções com famílias e a prevenção de problemas de comportamento infantil. Estudos com uma população maior, de diferentes culturas, níveis socioeconômicos e níveis educacionais diversos contribuirão para a compreensão do fenômeno.

Palavras-chave: Relações pais-filhos; cognições; prevenção.

ABSTRACT

This study presents a new cognitive construct to examine parent-child relationship: metaparenting. This construct is defined as a set of processes that result in a more comprehensive understanding of parenting; metaparenting involves thinking about or reflecting on their own parenting practices. In a literature review conducted with the keywords metaparenting and metaparentagem in national and international databases (PsycINFO, Lilacs, Sage, Medline and Google scholar), two published papers were found, two Master's these and a doctoral dissertation, all of them in English. Given that it is a new area of research, few studies have been conducted. Nevertheless, existing data illustrate that metaparenting is correlated with authoritative parenting, parental competence and lower potential for child abuse. Therefore, it seems to be a useful concept for interventions with families and for the prevention of child behavior problems. Further studies with a larger population, from different cultures, economic and educational levels should contribute for further understanding of the phenomenon.

Key words: *parent-child relationship; cognition; prevention*

RESUMEN

Este estudio objetiva presentar un nuevo constructo cognitivo para examinar la relación entre padres e hijos - la metaparentagem - que se define como un conjunto de procesos internos que llevan a una comprensión más integral de la parentalidad, por lo que la metaparentagem envolve lo pensar o reflexionar sobre las propias prácticas parentales. En una revisión de literatura llevada a cabo con las siguientes palabras clave metaparentagem y metaparenting en bases de datos nacionales e internacionales (PsycINFO, LILACS, Sage, Medline y Google Scholar), se encontraron dos artículos, dos disertaciones de maestrado y una tesis doctoral, todos en Inglés. Siendo un área de investigación reciente, pocos estudios se han desarrollado en la literatura brasileña o internacional. Sin embargo, los datos obtenidos demuestran que la metaparentagem se correlaciona con la paternagem autoritativa, la competencia parental y un menor potencial de abuso. El constructo parece ser un recurso útil para el área de intervención con las familias y la prevención de problemas de comportamiento infantil. Otros estudios con una población, más grande, de diferentes culturas y niveles económicos y educativos distintos contribuirán para comprender el fenómeno en más profundidad.

Palabras-clave: relación padres- hijos; cognición; prevención

A família é o primeiro grupo social e a primeira forma de relação social da criança. Assim, delega-se a ela um papel central no desenvolvimento das pessoas, uma vez que, durante muitos anos, é o principal ambiente no qual a criança está inserida e, além disso, age como chave ou filtro que determina a abertura da criança a outros contextos (Papalia, Olds & Feldman, 2009).

No contexto familiar, o indivíduo tem sua sobrevivência física garantida e realiza as aprendizagens básicas necessárias para o desenvolvimento dentro da sociedade (aprendizagem do sistema de valores, da linguagem, do controle da impulsividade etc.). Por meio de diferentes mecanismos (por exemplo, recompensas e castigos recebidos pela criança; observação e imitação de comportamentos de outros familiares; identificação com outros membros da família), a criança desenvolve determinadas características psicológicas, sendo que o relacionamento familiar possui um papel central em construir o autoconceito e a autoestima da criança, além de ter um impacto muito significativo nos seus comportamentos sociais, éticos, morais e cívicos. Em uma organização familiar saudável, os pais apresentam estilos parentais baseados no uso de contingências positivas, o que favorecerá a aquisição de comportamentos pró-sociais e a formação de um autoconceito adequado dos filhos (Padilha & Williams, 2004).

Guralnick (1998) aponta algumas características das relações familiares que promovem o desenvolvimento saudável das crianças: (a) responder contingentemente, (b) estabelecer reciprocidade, (c) promover afetividade e interações não instrutivas, (d) estruturar adequadamente o ambiente, (e) usar explicações verbais para corrigir “falhas”, (f) criar exigências e expectativas que são adequadas para a fase do desenvolvimento da criança nas interações cuidador-criança.

Devido à complexidade dos relacionamentos familiares e a importância de compreender as variáveis responsáveis pelo desenvolvimento saudável das crianças, as pesquisas na área do desenvolvimento infantil e família apresentadas por Papalia, Olds e Feldman (2009) selecionaram alguns aspectos que podem influenciar essa relação. Dentre eles, destacam-se: (1) o ambiente, ou seja, em que contexto a interação ocorre, e a fase do desenvolvimento da criança; (2) o comportamento, as ações dos pais em relação aos cuidados da criança; e (3) as cognições, pensamentos e crenças dos pais e a influência dos mesmos no comportamento das crianças.

Inicialmente as pesquisas (como por exemplo Baumrind, 1966, citada em Weber, Prado, Viezzer & Brandenburg, 2004) se direcionaram aos comportamentos dos pais em relação aos filhos e a influência dos mesmos para o desenvolvimento saudável das crianças. Essa área de pesquisa utiliza o conceito de práticas educativas parentais, as quais são definidas por Gomide (2003), como as diversas estratégias e técnicas das quais os pais se utilizam para orientar os comportamentos dos filhos, cumprindo seu papel como agentes de socialização, sendo o conjunto de práticas educativas, denominado estilos parentais. Para Gomide (2003) algumas práticas parentais utilizadas na educação dos filhos podem inibir a emissão de comportamentos inadequados ou antissociais (monitoria positiva e comportamento moral) ou aumentar a ocorrência de problemas de comportamento em crianças (negligência, abuso físico e psicológico, a disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa).

Em uma revisão de literatura realizada por Tucunduva e Weber (2008) a respeito da interação e fatores familiares que representam proteção e risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes notou-se que os conflitos familiares, punição física, afeto e o envolvimento parental são, respectivamente, os fatores de risco e proteção mais citados na literatura. Nesse mesmo sentido, Bolsoni-Silva e Marturano

(2002) demonstraram que o ambiente familiar e as práticas educativas parentais são fatores que podem tanto promover o desenvolvimento de comportamentos socialmente adequados como também favorecer o surgimento de comportamentos problemas. Em uma pesquisa comparando práticas educativas parentais e comportamentos de crianças de um grupo de crianças considerado clínico/com problema de comportamento (n = 27), com um grupo de crianças não clínico/sem problema de comportamento (n = 26), observou-se que uma das variáveis que diferenciava os grupos era as práticas educativas positivas utilizadas pelos pais (Bolsoni-Silva & Loureiro, 2011).

Salvador e Weber (2008) observaram que a promoção de comportamentos pró-sociais e saudáveis (competência social, estratégias adequadas de enfrentamento, autoestima, autoconceito e auto eficácia elevados) era decorrente de interações familiares positivas, as quais incluíam, especialmente, afetividade, responsividade, envolvimento e uso contingente de reforçadores positivos. Em contraste, os prejuízos ao desenvolvimento de crianças eram decorrentes da ausência dessas práticas ou de seu uso inadequado, sendo que as autoras destacaram a associação entre a falta de disciplina, exigência e monitoramento com o desenvolvimento de problemas de comportamento.

Vários estudos nacionais demonstram relações importantes entre as práticas educativas utilizadas pelos pais e responsáveis e problemas de comportamento das crianças (Bolsoni-Silva & Loureiro, 2011; Bolsoni-Silva & Marturano, 2007; Cecconelo, De Antoni, & Koller, 2003; Gallo & Williams, 2010; Garcia, Brino & Williams, 2009; Gomide, 2003; Leme, & Bolsoni-Silva, 2010; Macarini, Martins, Minetto & Vieira, 2010; Mondin, 2008; Padilha & Williams, 2004; Rios & Williams, 2010; Salvador & Weber, 2008; Santos & Williams, 2008; Williams, 2010). Por analisarem as práticas educativas parentais, os trabalhos descrevem quais comportamentos os pais devem ter na sua relação com os filhos para que favoreçam os

comportamentos pró-sociais e o desenvolvimento socioemocional das crianças e diminuía o aparecimento de problemas de comportamento internalizantes e/ou externalizantes nas mesmas. Alguns estudos, como o de Ceconelo, De Antoni e Koller (2003), destacam também indicadores nas esferas familiar, pessoal e social (tais como características individuais, experiência dos pais em suas famílias de origem, rede de apoio social e eventos estressantes no ciclo vital) que favorecem o engajamento dos pais em práticas educativas positivas. Contudo, poucos estudos analisam os pensamentos dos pais a respeito de suas práticas educativas e a influência que os mesmos podem ter para a educação dos filhos.

Alguns pesquisadores consideram que os pensamentos dos pais em relação aos comportamentos de cuidar e educar crianças e ao relacionamento dos mesmos com seus filhos, descritos como cognições sociais parentais, servem para filtrar as experiências, influenciar as interpretações do comportamento, preparar o ambiente para a ação e promover mudança no comportamento (Hawk & Holden, 2006), ou seja, as cognições dos pais acerca do comportamento de seus filhos e do relacionamento estabelecido com eles influenciam a forma como os pais e mães se sentem e se relaciona com seus filhos (Rubin & Mills, 1992), de tal maneira que dependendo das cognições dos pais poderíamos ter uma probabilidade maior ou menor de os mesmos se engajar em comportamentos que poderiam auxiliar/prejudicar o desenvolvimento dos seus filhos, sendo, portanto, um aspecto importante de ser avaliado nos pais.

Mills e Rubin (1993) apresentam um modelo de processamento de informação do comportamento parental, elaborado por Rubin, Mills e Rose-Krasnor (1989 citado em Mills & Rubin, 1993), no qual apresentam os fatores que influenciam o comportamento parental: crenças parentais, fator sócio ecológico e condições pessoais e sociais. De acordo com os autores, os comportamentos dos pais resultam de um mistura

dos fatores apresentados anteriormente. Assim, a crença que os pais têm a respeito da fase do desenvolvimento da criança, das causas para o aparecimento de um determinado comportamento, da importância de certos aspectos do desenvolvimento e de como devem socializar seus filhos, terão uma influência direta nas estratégias de disciplina que irão adotar para os seus filhos. Desse modo, as crenças parentais afetariam indiretamente o desenvolvimento sócio emocional das crianças através do impacto nos comportamentos parentais, os quais podem ser proativos (estratégias para promover comportamentos adequados nos seus filhos) ou reativos (estratégias para eliminar problemas de comportamento de seus filhos), dependendo dos objetivos estabelecidos pelos pais. Vale destacar que outros fatores influenciam a relação entre comportamento parental e objetivos parentais, entre eles podem-se destacar percepções e conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e características da personalidade da criança, a qualidade do relacionamento afetivo estabelecido com a criança, o bem-estar emocional dos pais e da criança, e a predisposição tanto dos pais quanto da criança. Todos esses fatores também recebem influência do contexto social e emocional no qual a díade está inserida.

Holden e Hawk (2003) desenvolveram um constructo, a metaparentagem, que busca sistematizar vários aspectos das teorias sobre a parentagem. Assim, no presente trabalho tem-se como objetivo descrever a metaparentagem, e revisar a literatura da área.

A revisão da literatura foi realizada com as seguintes palavras-chaves metaparenting e metaparentagem em bases de dados nacionais e internacionais (PsycINFO, Lilacs, Sage, Medline e Google acadêmico), sendo encontrados somente trabalhos em inglês, sendo dois artigos (Nicholson, Howard & Borkowski, 2008; Tamm, Holden, Nakonezny, Swart e Hughes (2011), duas dissertações de mestrado

(Nicholson, 2006; Vlach, 2005) e uma tese de doutorado (Hawk, 2007), os quais serão descritos a seguir). A pesquisa localizou uma dissertação de mestrado da Universidade de Hong Kong (Wong, Wai-lap, Lance, 2011), mas a mesma não estava disponível para download.

Definição de metaparentagem

Segundo Holden e Hawk (2003) metaparentagem consiste em um conjunto de pensamentos de avaliação dos pais a respeito da educação dos filhos que tipicamente ocorre antes ou depois das interações pais-filhos. O prefixo “meta” refere-se a conhecimento dos processos internos que resultam em uma compreensão mais abrangente da parentalidade, de tal modo que a metaparentagem consiste em pensar sobre ou refletir a respeito das práticas parentais. Tal processo é avaliativo, no sentido de não ser automático, mas intencional, indicando alguma deliberação ou reflexão. Os pensamentos dos pais centram-se na criança, em seus papéis parentais, no relacionamento pai-filho ou em considerações relacionadas, como o contexto no qual ocorreu um determinado evento. Em geral, o marco da metaparentagem é que os pensamentos ocorrem fora da interação pais-filho, embora algumas cognições metaparentais possam ocorrer durante as interações. Os autores destacam que essa forma de pensamento é uma atividade mental comumente empregada pelos pais, mas por muito tempo ela foi desconsiderada pelos pesquisadores da área.

A metaparentagem ocorre de diversas maneiras. Ela pode ocorrer quando uma mãe toma uma decisão deliberativa de que seu filho já está grande para ser amamentado, ou quando o pai tenta determinar se a agressividade do filho é um problema ou uma fase normal do desenvolvimento, ou mesmo, quando os pais param e

fazem um balanço do bem-estar de seus filhos; quando debatem sobre deixar a filha adolescente ir a um baile; ou quando uma mãe tenta ajudar sua filha tímida. Todos os exemplos acima demonstram a metaparentagem em ação, ou seja, os pais estão envolvidos em uma atividade cognitiva abstrata a qual leva em conta considerações a respeito da criança fora da interação em progresso (Holden. & Hawk, 2003).

Componentes da metaparentagem

Por questões heurísticas e científicas, a metaparentagem foi separada em quatro componentes, embora os mesmos estejam intimamente relacionados e, por muitas vezes, se misturam (Hawk & Holden, 2006; Holden. & Hawk, 2003).

1. *Antecipação* – considerações intencionais dos pais sobre algo que ainda não ocorreu na fase de desenvolvimento da criança (por exemplo, proteger as tomadas da casa antes de a criança começar a engatinhar). Ele consiste de antecipações a curto e longo-prazo e podem envolver aspectos relacionados à criança, aos pais ou ao relacionamento.
2. *Avaliação* – aferição dos pais em relação à criança, a si mesmo e ao contexto (por exemplo, monitorar o relacionamento da criança com os pares). É um esforço do pai em saber o que está acontecendo com os filhos e com os cuidados do mesmo. Podem ocorrer à avaliação da criança, a auto avaliação e a avaliação do contexto.
3. *Resolução de problemas* – envolve diversos aspectos dos pensamentos parentais, incluindo identificar o problema, planejar uma solução, implementar a solução e avaliar o resultado. Os pontos centrais desse domínio são: reconhecer o problema, ao invés de ignorá-los ou evitá-lo; identificar a fonte

do problema; gerar possíveis soluções; antecipar possíveis resultados associados às soluções; testar uma solução e avaliar o sucesso dessa solução.

4. *Reflexão* – reassseguramento dos pais em relação ao seu comportamento, ao comportamento da criança ou interações passadas entre a criança e os pais, o que pode contribuir para avaliar fatores relacionados à educação da criança de uma maneira racional. Tal componente ajuda o indivíduo a identificar as características de como os pais foram criados, quais comportamentos desejam empregar e quais querem evitar na relação atual com os seus filhos. Pode-se também ter reflexões com um foco mais a curto-prazo caracterizado por reflexões gerais sobre as tendências do desenvolvimento infantil ou o funcionamento da família. Embora tal componente seja relacionado à avaliação, a diferença é que o mesmo inclui considerações a longo-prazo e porque os seus resultados são menos diretamente relacionados a um comportamento específico ou a um conjunto de comportamentos, visto que consiste em reflexões. Mas pode também estar relacionado à antecipação, pois o comportamento reflexivo no qual os pais se engajam pode levá-los a estabelecer objetivos a longo-prazo para os seus filhos e para os seus próprios comportamentos parentais.

Holden e Hawk (2003) ressaltam que, pelo fato de a metaparentagem ser primeiro e principalmente um processo interno ou encoberto de pensamento, o constructo não pode ser observado diretamente. Todavia, os pensamentos metaparentais, em geral, levam a manifestações externas, como por exemplo, falar com o companheiro (a), parentes ou amigos sobre preocupações ou problemas enfrentados com o filho (a).

Funções da metaparentagem

Segundo Holden e Hawk (2003), a metaparentagem tem três funções centrais para os pais: (1) promover uma parentagem efetiva (diante dos contextos mais desafiadores, os pais que empregam resolução de problemas e buscam suporte, conseguem diminuir o stress, ajudando-os a se adaptarem a situação; a falta de sensibilidade aos problemas dos filhos pode reduzir a probabilidade de ações adequadas, ou seja, um pai/mãe engajado em metaparentagem consegue perceber o início de um problema, enquanto um pai/mãe que não pratica a metaparentagem pode ignorá-lo, falhar ou talvez negar a presença do mesmo); (2) promover relações sociais e suportes sociais ao levar os pais a procurar ajuda em relação a questões cognitivas (informações adicionais, conselhos, assistência etc.) ou afetivas (reasseguramento, conforto, encorajamento etc.), de tal modo que pode ocorrer uma redução no stress relacionado aos cuidados com as crianças; (3) levar a transformações parentais (muitos dos objetivos principais dos programas de educação parental são em última análise designados para promover a metaparentagem).

A metaparentagem tem também funções importantes para as crianças, sendo que uma delas seria a de ajudar a proteger a criança de lesões, resguardando-a de situações que seriam difíceis e a modelação de comportamentos racionais e ponderados (Holden & Hawk, 2003). Como afirmam Hawk e Holden (2006), a partir dos processos descritos anteriormente, vários fatores relativos à educação dos filhos podem ser lidados de maneira efetiva, ou seja, é esperado que os pais que praticam a *metaparentagem* frequentemente terão menor probabilidade de se engajar em práticas parentais mal adaptadas ou extremas, tornando esse constructo um fator importante de se avaliar quando se pensa em prevenção de maus-tratos.

Avaliação da metaparentagem

Para avaliar a metaparentagem, Holden e Hawk (2006) elaborou um questionário, o *Metaparenting Questionnaire* (MPQ)², composto por 50 questões relativas aos quatro componentes do constructo (*avaliação, antecipação, resolução de problemas e reflexão*). Em uma investigação inicial do constructo, Hawk e Holden (2006) aplicaram o *Metaparenting Questionnaire* (MPQ) em uma amostra de 116 mães de crianças com idades variando de 4-6 anos. Os resultados obtidos demonstraram que as mães relataram se engajar frequentemente em metaparentagem e que as medidas obtidas eram fidedignas. Dentre os fatores que prediziam a metaparentagem estavam o número de filhos, a idade dos filhos e o gênero dos filhos, ou seja, mães que tinham menos filhos relataram mais resolução de problemas, mães de meninos relataram mais antecipação e mães de crianças menores obtiveram maiores escores totais de metaparentagem. Além disso, os dados demonstraram que mães expostas a maiores níveis de stress tinham escores maiores de reflexão.

Estudos sobre metaparentagem

Vlach (2005) buscou comparar a influencia do gênero, do tipo de trabalho exercido pelos pais e a experiência de parentagem com a metaparentagem em pais de crianças e lactentes. Sessenta pais responderam eletrônica ou pessoalmente um questionário no qual eles deveriam relatar com que frequência (variando de *às vezes a geralmente*) eles se engajavam em quatro domínios de metaparentagem – antecipação, avaliação, reflexão e resolução de problemas. Os resultados obtidos indicaram que o gênero e o tipo de trabalho exercido pelos participantes não influenciou

²Questionario de Metaparentagem, instrumento em processo de validação transcultural por Manfrin, Williams e D’Affonseca (2011), não publicado.

significativamente os escores de metaparentagem. De forma geral, os pais disseram ter um alto grau de satisfação e de competência quando se engajavam em altos níveis de metaparentagem.

Na dissertação de mestrado de Nicholson (2006), a autora avaliou antecedentes e consequências da metaparentagem em uma amostra de 66 pais que participavam de um projeto longitudinal (*Notre Dame Fathers' Project*) do Centro de Crianças e Família da Universidade de Notre Dame em Indiana, EUA, no qual um grupo diverso de pais foi acompanhado dos 6 meses aos 2 anos de idade de seus filhos. O tipo de moradia das crianças e os modelos parentais positivos foram relacionados aos modelos de processamento interno de parentagem dos pais conforme mensurado pela metaparentagem. Os resultados obtidos demonstraram que altos níveis de metaparentagem estavam correlacionados a parentagem autoritativa³, maior conhecimento sobre desenvolvimento infantil, menos stress e menor potencial abusivo, quando se controlou a idade e o nível de inteligência dos pais. De acordo com a pesquisadora, os resultados sugerem que as experiências passadas influenciam o modelo de processamento interno dos pais para parentagem e, conseqüentemente, a habilidade de realizar a metaparentagem. Além disso, a metaparentagem influencia a efetividade parental.

Nicholson, Howard e Borkowski (2008) avaliaram os antecedentes e as correlações da metaparentagem em cinco subescalas (responder, prevenir, monitorar,

³ Pais democráticos respeitam a individualidade, mas também enfatizam valores sociais. Eles têm confiança em sua capacidade de orientar as crianças, mas também respeitam decisões, interesses, opiniões e personalidades delas. São afetuosos e acolhedores, mas também exigem bom comportamento, são firmes na manutenção de padrões e estão dispostos a impor castigos limitados e criteriosos quando necessário, no contexto de um relacionamento afetuosos e positivo. Explicam a base de suas opiniões e estimulam a troca de idéias. Seus filhos sentem-se seguros tanto por saberem que são amados quanto por saberem o que se espera deles. Tendem a ser mais independentes, autocontrolados, seguros, exploradores e satisfeitos (Papalia, Olds & Feldman, 2009)

instruir e modelar) com 74 pais. A maioria dos participantes (n = 45) foram recrutados de um estudo longitudinal de nível nacional (*Parenting for the First Time*), o qual avaliava negligência em díades mães/criança. Essas mães foram recrutadas em hospitais, clínicas de saúde, agências de serviço social e programas para mães em idade escolar. A amostra de mães incluía adolescentes (58%), adultos com pouca escolaridade (considerada pelos autores como aqueles que tinham menos de 2 anos de universidade; 25%), e mães com alta escolaridade (curso superior e pós graduação, 17%). As mães que participaram do projeto deveriam indicar o nome do pai biológico ou social do bebê, os quais foram recrutados para participar do *Notre Dame Fathers' Project*. Para aumentar o tamanho da amostra, os pais também foram recrutados em igrejas e centros esportivos da comunidade (n = 10), assim como de outros estudos sobre parentagem desenvolvidos pelo *Notre Dame Center for Children and Families* (n = 19), os quais avaliavam tanto mães de alto e baixo risco. Dos 127 pais triados inicialmente, 101 foram contatados e 87 aceitaram participar da pesquisa, sendo que os pais que participaram tinham um nível de escolaridade um pouco maior, maior probabilidade de estarem casados com a mãe da criança e maiores níveis de envolvimento com os filhos quando comparados com os pais que se recusaram a participar da pesquisa. Os pais foram entrevistados quando seus filhos tinham 6, 12, 18 e 24 meses no *Notre Dame Fathers' Project*, sendo que no estudo analisado foram utilizadas as informações obtidas na coleta realizada com 6, 12 e 18 meses. Os pais responderam a uma série de instrumentos: aos 6 meses de idade do filho foram avaliadas as características demográficas, comportamento de apego e a história de vida parental. Aos 12 e 18 meses, os pais responderam a uma entrevista de metaparentagem elaborada pelos autores (RPM3 - 19 questões semiestruturadas para avaliar os seguintes aspectos: responder, prevenir, monitorar, acompanhar e modelar), e medidas de conhecimento

parental, estilo parental, stress parental e potencial de abuso infantil. Um modelo de equação estrutural revelou que os relatos de papel parental positivo dos pais e inteligência foram relacionados a modelos de atuação de parentagem medidos nos cinco componentes da metaparentagem avaliado. Pais com modelos positivos, que residiam com seus filhos e tinham altos escores de metaparentagem, tinham características demográficas associadas com melhores índices de parentagem e desenvolvimento da criança. Além disso, os autores encontraram que níveis maiores de metaparentagem estavam associados à parentagem autoritativa e menor potencial de abuso.

Em sua tese de doutorado, Hawk (2007) buscou compreender a relação entre diferentes constructos de cognições sociais para investigar por que alguns pais são cuidadores mais sensíveis e efetivos do que outros. Um dos objetivos foi examinar a relação entre cinco variáveis sociocognitivas: conceito de desenvolvimento, *insight*, apego seguro, metaparentagem e *Mindfulness* (qualidade psicológica que envolve favorecer a completa atenção do indivíduo para a experiência presente, prestar atenção propositalmente no momento presente, sem julgamento, de forma que cada pensamento, sentimento ou sensação experienciada é reconhecida e aceita como ela é (Bishop et al, 2004)). O segundo objetivo foi examinar as associações entre os constructos de cognição social, parentagem efetiva medida pela parentagem autoritativa e um constructo maior de cuidados infantis efetivos (*AWARE parenting*⁴) e três avaliações

⁴Parentagem consciente (Aware Parenting) é uma filosofia de cuidados da criança baseada no trabalho da Dr. Aletha Solter a qual utiliza alguns fatores do estilo democrático de Baurind com disciplina não punitiva e receptividade emocional (Bronstein et al., 1996). O programa visa trabalhar com os pais os seguintes componentes: suporte (elogiar, concordar, encorajar e demonstrar afeição), atenção (ouvir, favorecer dialogo e individualidade), responsividade (reconhecer as necessidades que a criança expressa, responder a essas necessidades quando possível e ver a perspectiva da criança). Além disso, o programa sugere orientação (fornecer informação e diretrizes apropriadas sobre valores e comportamentos culturais) e promover receptividade as emoções (permitir que a criança expresse abertamente suas emoções).

centradas na criança (relações calorosas entre pais e filhos, história de agressões e ferimentos). Participaram da pesquisa 102 mães, a maioria com formação superior. As participantes responderam 11 medidas de auto relato sobre sua parentagem com o foco na criança. Setenta e quatro amigos ou membros da família participaram como informantes secundários e forneceram dados sobre a metaparentagem das mães e o programa de parentagem consciente (*AWARE parenting*). Os dados obtidos demonstram que muitos dos constructos individuais estavam associados entre si. O constructo da metaparentagem, quando extraído do fator de análise, foi relacionado a um maior número de medidas de parentagem e de medidas relacionadas à criança do que qualquer outro constructo utilizado na pesquisa. Além disso, todos os três fatores de cognição social obtiveram correlações significativas com as duas medidas de parentagem. Ou seja, aqueles pais que tiveram escores maiores em ideias sobre os cuidados com as crianças, interação receptiva e metaparentagem também relataram mais comportamentos democráticos e parentagem consciente (*AWARE parenting*).

Em relação às variáveis das crianças, a metaparentagem esteve relacionada à frequência de emissão de comportamentos agressivos e de proximidade das crianças, sendo que a Interação Receptiva também foi um preditor dos escores de agressão das crianças. Mães que tiveram a maior pontuação em Interação Receptiva relataram menores escores de agressão das crianças. As lesões na criança não foram relacionadas a nenhum dos fatores analisados. Os dados dos informantes secundários foram relacionados significativamente a parentagem consciente (*AWARE parenting*), mas não com a metaparentagem (Hawk, 2007).

Tamm, Holden, Nakonezny, Swart e Hughes (2011) investigaram a metaparentagem em pais de crianças com sintomas de TDAH incluindo preditores, correlatos e resultados de intervenções. Participaram da pesquisa 68 pais (63 mães e 5 pais) de crianças ($M=5.18$ anos ± 1.33 ; 69% meninos) com sintomas significativos de TDAH (i.e., mais de 6 sintomas de desatenção ou hiperatividade/impulsividade ocorrendo em 2 ou mais ambientes, mesmo sem diagnóstico clínico) que estavam inscritos em um programa de treinamento comportamental conduzido como parte de um projeto de pesquisa da *University of Texas Southwestern Medical Center*. Os participantes foram recrutados por meio de encaminhamentos, anúncios e por correspondência. Os pais eram predominantemente brancos, com média de idade de 37.82 ± 5.78 anos e a maioria tinha cursado mais do que o ensino médio. Após uma triagem inicial, os pais participaram de um programa de treinamento parental intitulado Programa Educacional Parental Comunitário (*Community Parent Education Program - COPE*) (Cunningham et al., 1998), o qual ocorria semanalmente ($n=10$ semanas), com duas horas de duração cada encontro. Os tópicos abordados no treinamento incluíam estratégias de parentagem (prestar atenção em comportamentos positivos, ignorar os negativos, implementar sistema de recompensa e como lidar com comportamento desafiador). Na primeira e na última sessão do treinamento os pais preencheram instrumentos que avaliavam a metaparentagem, o stress parental, práticas parentais e sintomas de TDAH dos filhos. A relação entre a metaparentagem e preditores de base foi analisada, bem como se a metaparentagem previa: (1) comportamentos dos pais no início do estudo, (2) atritos e (3) o stress dos pais e o comportamento dos pais com os filhos. Os resultados obtidos demonstraram que mães com maior escolaridade, com menos pessoas vivendo em casa e maiores níveis de stress parental, relataram mais comportamento de metaparentagem. Pais com escores menores em resolução de

problema e avaliação relataram mais parentagem inconsistente. Os pais que apresentaram maiores escores em resolução de problemas tinham uma probabilidade maior de abandonar o treinamento. Escores mais altos em resolução de problemas e reflexão na linha de base foram associados a maior stress parental. Maiores índices de reflexão dos pais na linha de base foi um preditor de sintomas de hiperatividade e impulsividade nas crianças, ou seja, quanto mais os pais refletiam maior era a probabilidade de as crianças apresentarem sintomas de hiperatividade e impulsividade. Segundo os autores, os resultados encontrados indicam que a metaparentagem estava associada tanto com os comportamentos parentais como com a tomada de decisão em completar ou não o treinamento de pais. Além disso, a metaparentagem aparenta ser um constructo complexo, finamente matizado, com associações positivas e negativas aos relatos de práticas parentais e stress.

Em uma pesquisa preliminar realizada no Brasil por D’Affonseca, Lopes & Williams (2010), ainda não publicada, a qual contou com a participação de 14 mulheres (26-53 anos, $M=36,6$; $dp=7,6$) com pelo menos um filho de 3 a 12 anos ($M=7,7$, $dp=2,8$), a maioria com ensino médio completo, sendo que metade das participantes tinham renda familiar superior a 5 salários mínimos (SM), 35,7% tinham renda mensal de 2 a 3 SM e 14,5% de 4 a 5 SM. Todas as mães responderam à versão traduzida e adaptada do Questionário de Metaparentagem (D’Affonseca, 2010), composto por 24 questões relativas aos quatro componentes do constructo: antecipação (5 itens), avaliação (6 itens), reflexão (6 itens) e resolução de problemas (7 itens). Os dados obtidos demonstraram que todas as mães praticavam a metaparentagem sendo que, em média, as mães praticavam mais a resolução de problemas ($M=39,5$, $dp=23,8$), seguido por avaliação ($M=34,1$, $dp=19$), reflexão ($M=31,9$, $dp=22,5$), e antecipação ($M=25,1$, $dp=14,2$). Tais dados se assemelham aos obtidos por pesquisas realizadas em outros

países e parece indicar que as mães passam maior parte do tempo procurando soluções para um problema que está ocorrendo com o filho (resolução de problema) do que buscando ter comportamentos que evitem o aparecimento desses problemas (reflexão, antecipação), ou seja, o foco dos pensamentos parentais tende a se centrar no problema atual e menos na prevenção de problemas futuros.

Para finalizar, embora ainda existam poucos estudos na literatura internacional e nacional a respeito da metaparentagem, as pesquisas apresentadas acima sugerem que a metaparentagem pode ser um constructo útil e importante de ser avaliado quando se trabalha com famílias, mais especificamente com o relacionamento de mães/pais com seus filhos, visto que o mesmo está correlacionado a parentagem autoritativa, competência parental e menor potencial de abuso. Por ser uma área de estudos recentes, a maioria dos achados referem-se à população norte americana, branca e com algum grau de escolaridade (em todos as pesquisas os participantes tinham cursado alguns anos do ensino regular). Existiria diferenças na metaparentagem de pais de diferentes culturas? Haveria diferenças significativas entre a metaparentagem em pais/mães com diferentes graus de escolaridade e níveis socioeconômicos? Novos estudos na área, com amostras maiores de diferentes culturas, níveis de escolaridade, configuração familiar e níveis socioeconômicos contribuiriam para aprofundar a compreensão do fenômeno e poderia ser um recurso útil para a área de intervenção com famílias e prevenção de problemas de comportamento infantil.

Além disso, pesquisas futuras poderão investigar a influência de algumas variáveis presentes na educação dos filhos (problemas de disciplina, características da criança) ou variáveis da mãe (problemas no relacionamento conjugal, problemas de saúde mental, stress parental) influenciam na metaparentagem com amostras maiores de participantes.

REFERÊNCIAS

- Bishop S, Duncan J, Bret M, Lawrence AD (2004) Prefrontal cortical function and anxiety: controlling attention to threat-related stimuli. *Nat Neurosci* 7:184 –188
- Bolsoni-Silva, A. T. & Loureiro, S.R. (2011). Práticas educativas parentais e repertório comportamental infantil: comparando crianças diferenciadas pelo comportamento. *Paidéia*, 21 (48), 61-71.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2007). A qualidade da interação positiva e da consistência parental na sua relação com problemas de comportamento de pré-escolares. *Interamerican Journal of Psychology*, 41, 349-358.
- Cecconelo, A.M.; De Antoni, C. & Koller, S.H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em estudo*, Maringá, 8, 45-54.
- D’Affonseca, S.M.; Lopes, N.R.L. & Williams, L.C.A. (2010). Avaliando a metaparentagem de mães brasileiras: dados preliminares (Resumo). Em: Sociedade Brasileira de Psicologia (org.) *Resumos de comunicação científica*. XL Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 20 a 23 de outubro, Curitiba-PR.
- Gallo, A.E. & Williams, L.C.A. (2010). Ensino de habilidades parentais a mães de adolescentes em conflito com a lei. Em L.C.A. Williams, J.M.D. Maia & K.S.A. Rios. (Orgs.) *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental*. (pp. 407-427). Santo André: ESETec.
- Garcia, S.C., Brino, R. & Williams, L.C.A. (2009). Risco e resiliência em escolares: Um estudo comparativo com múltiplos instrumentos. *Psicologia da Educação*, 28, 23-49.

- Gomide, P.I.C. (2003). Estilos Parentais e comportamento anti-social. In A. Del Prette & Z. Del Prette (Orgs.). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp.21-60). Campinas: Alínea.
- Guralnick, M. J. (1998). Effectiveness of early intervention for vulnerable children: A developmental perspective. *American Journal of Mental Retardation*, 102 (4), 319-345.
- Hawk, C. K. (2007). *The social-cognitive underpinnings of effective caregiving*. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Filosofia, Universidade do Texas, Austin. Disponível em <http://hdl.handle.net/2152/13245>.
- Hawk, C.K. & Holden, G.W. (2006). Meta-parenting: an initial investigation into a new parental social cognition construct. *Parenting: Science and Practice*, 6, (4), 321-34.
- Holden, G. W., & Hawk, C. (2003). Meta-parenting in the journey of child rearing: A mechanism for change. Em: L. Kuczynski (Ed.), *Handbook of dynamics in parent-child relations*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Leme, V. B. R. & Bolsoni-Silva, A. T. (2010). Habilidades Sociais Educativas Parentais e comportamentos de pré-escolares. *Estudos de Psicologia*, 15 (2),161-173.
- Macarini, S. M.; Martins, G. D. F.; Minetto, M. F. J. & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62 (1), pp. 119-134.
- Mills, R.S.L., & Rubin, K.H. (1993). Parental beliefs about children's social development. Em: S. Duck (Ed.), *Understanding Relationship Processes*, Vol. 2, Learning about relationships (pp. 98-117). Newbury Park, CA: SagePublications.

- Mondin, E.M.C. (2008). Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. *Psicologia Argumento*, 26, p. 233-244
- Nicholson, J.S. (2006). *Precursors to Paternal Identity: Antecedents and Consequences of Metaparenting*. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Notre Dame, Indiana, EUA.
- Nicholson, J. Howard, K. S.; Borkowski, J. G. (2008). Mental models for parenting: correlates of metaparenting among fathers of young children. *Fathering*, 6(1), 39-61.
- Padilha, M. G. S. & Williams, L.C.A. (2004). Considerações sobre estilos parentais de pais que cometem abuso físico, psicológico ou sexual contra seus filhos. Em M.Z.S. Brandão, F.C.S. Conte, F.S. Brandão, Y.K. Ingberman, V.L. M. Silva & S.M. Oliani. *Sobre comportamento e cognição: Estendendo a psicologia comportamental e cognitiva aos contextos da saúde, das organizações, das relações pais e filhos e das escolas*, v. 14, (pp.286-291). Santo André: ESETec
- Papalia, D.E; Olds, S.W; Feldman, R. D. (2009) *Desenvolvimento humano*. Tradução: José Carlos Barbosa, Carla Versace e Mauro Silva. 10. ed. São Paulo: McGraw – Hill.
- Rios, K.S.A. & Williams, L.C.A. (2010). Um programa de intervenção sistemática com famílias de baixa renda para prevenção de comportamentos-problemas em crianças. Em L.C.A. Williams, J.M.D. Maia & K.S.A. Rios. (Orgs.) *Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental*. (p.p. 381-406). Santo André: ESETec.
- Rubin, K.H. & Mills, R.S.L. (1992). Parents' ideas about the development of aggression and withdrawal. Em: I. Sigel, J. Goodnow, & A. McGillicuddy-deLisi (Eds.), *Parental Belief Systems* (pp. 41–68). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Salvador, A.P.V. & Weber, L.N.D. (2008). A relação entre práticas educativas e estilos parentais como o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Em: Weber, L.N.D. (org.) *Família e desenvolvimento: visões interdisciplinares*. Curitiba: Juruá.
- Santos, G.E. & Williams, L.C.A. (2008). Prevenção terciária de problemas de comportamento infantil: Intervenção com pais que maltratam. Em E.G. Mendes, M.A. Almeida, & M.C. P. I. Hayashi (Orgs.). *Temas em Educação Especial: Conhecimentos para fundamentar a prática*.(pp.213-226).Araraquara: Junqueira& Marin Editores/CAPES PROESP.
- Tamm, L.; Holden, G.W.; Nakonezny, P.A.; Swart, S. & Hughes, C.W. (2011) . Metaparenting: associations with parenting stress, child-rearing practices, and retention in parents of children at risk for ADHD. *ADHD AttentionDeficitandHyperactivityDisorders*, 4(1), 1-10.
- Tucunduva, C. & Weber, L.N.D. (2008) Práticas educativas parentais: fatores de risco e de proteção ao desenvolvimento dos filhos. Em: Weber, L.N.D. (org.) *Família e desenvolvimento: visões interdisciplinares*. Curitiba: Juruá.
- Vlach, J. L. (2005) *Meta-Parenting in Parents of Infants and Toddlers*. Dissertação de mestrado não publicada. Toulouse School of Graduate Studies, Universidade Norte do Texas, Denton, Texas, EUA.
- Weber, L.N. D.; Viezzer, A.P.; Brandenburg, O. J. (2004) O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237.
- Weber, L. N. D.; Prado, P. M.; Viezzer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2004). Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 323-331.

Williams, L.C.A. (2010). A família como um agente transformador da violência: empregando práticas positivas. Em: L.C.A. Williams, R.C. Padovani, Araújo, E.A.C., A.C. Stelko-Pereira, G.R. Ormeño & E. Eisestein. (Orgs.). *Fortalecendo a rede de proteção da criança e do adolescente*. (pp. 55-57). São Carlos: Pedro e João Editores.

Wong, Wai-lap, Lance, (2011). *How do parents think about and evaluate childrearing issues?* : exploring patterns of meta-parenting and their characteristics. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de Hong Kong (Pokfulam Road, Hong Kong).

ARTIGO 6

D’Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (a ser submetido) Metaparentagem e o efeito do histórico de violência física conjugal. *Revista Temas em Psicologia*.

METAPARENTAGEM E O EFEITO DO HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONJUGAL

Sabrina Mazo D’Affonseca e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

RESUMO

A metaparentagem consiste em um conjunto de processos internos que resultam em uma compreensão mais abrangente da parentalidade, envolvendo o pensar sobre ou o refletir a respeito das práticas parentais. Espera-se que os pais e mães que pratiquem a *metaparentagem* com maior frequência tenham menor probabilidade de engajar em práticas parentais mal-adaptativas ou extremas. O presente trabalho objetivou avaliar a metaparentagem em um grupo de mães e verificar se existem diferenças entre mães vítimas de violência física conjugal e mães sem tal histórico. Participaram do estudo, 35 mulheres com pelo menos um filho de 6 a 12 anos divididas em dois grupos: Grupo 1 – 18 mães vítimas de violência física conjugal e Grupo 2 – 17 mães não vítimas. Todas as mães responderam a Escala de Táticas de conflito e a versão traduzida e adaptada do Questionário de Metaparentagem. Os dois grupos de mães relataram comportamentos de metaparentagem com frequência semelhante em relação aos componentes avaliados pelo instrumento, não havendo diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. Tais dados são semelhantes aos encontrados em uma pesquisa com mães norte-americanas. Pesquisas futuras poderão investigar se tal configuração se mantém em amostras maiores e se variáveis como nível de stress parental, estratégias de disciplina utilizada pelos pais e problemas de comportamento dos filhos influenciam esse comportamento. Estudos longitudinais são sugeridos.

Palavras-chave: metaparentagem, mães, violência física conjugal.

ABSTRACT

Metaparenting involves a set of internal processes that results in a more comprehensive understanding of parenting, involving thinking about or reflecting on one's parenting practices. It is expected that parents practicing metaparenting with higher frequency would be less likely to engage in maladaptive parenting practices. The present study aimed to evaluate metaparenting in a group of mothers and evaluate if there are differences between mothers who were victims of physical partner violence and mothers without such a history. Participants included 35 women with at least one child 6 to 12 years of age, belonging to one of two groups: Group 1 - 18 mothers who were victims of physical partner violence, and Group 2 - 17 mothers who were not victim of this type of violence. All mothers answered the Conflict Tactics Scale and a Brazilian version of Metaparenting Questionnaire. Both groups of mothers reported metaparenting behaviors with similar frequency in all components assessed by the instrument, with no statistically significant differences between the two groups. These data are similar to those found in a previous study. Future research could investigate whether such results are found with larger samples and if variables such as stress level, discipline strategies used by parents and behavioral problems of children influence this behavior. Longitudinal studies are suggested.

Key words: metaparenting, mothers, physical partner violence

RESUMEN

El metaparentagem consiste en un conjunto de procesos internos que dan lugar a una comprensión más integral de la paternidad, que implica pensar o reflexionar sobre las prácticas parentais. Se espera que los padres/madres que practican con frecuencia metaparentagem sean menos propensos a participar en las prácticas parentales abusivas. Este estudio tuvo como objetivo evaluar la metaparentagem en un grupo de madres y ver si existen diferencias entre madres víctimas de violencia física y madres sin estos antecedentes. Participó en el estudio, 35 mujeres con al menos un niño de 6 a 12 años. Las madres fueron divididos en dos grupos: Grupo 1 - 18 madres víctimas de violencia física conjugal y Grupo 2 - 17 madres no víctimas. Todas las madres respondió la Escala de Tácticas de Conflictos y la versión traducida y adaptada del cuestionario de Metaparentagem. Los datos mostraron que las madres reportaron comportamientos de metaparentagem con frecuencia similares en todos los componentes evaluados por el instrumento, sin diferencias estadísticamente significativas entre los grupos. Estos datos son similares a los encontrados en una encuesta de madres estadounidenses. Investigaciones futuras podrían investigar si tal configuración se mantiene en muestras más grandes y si variables como el nivel de estrés, estrategias de disciplina parental utilizadas por los padres y los problemas de comportamiento de los niños influyen en este comportamiento. Estudios longitudinales son sugeridas.

Palabras-claves: metaparentagem, madres, violencia física conjugal

Compreender o relacionamento entre pais-filhos, assim como as variáveis que interferem positiva ou negativamente para o estabelecimento de uma relação saudável entre a díade prevenindo problemas de comportamento em crianças e os maus-tratos infantis, tem sido há tempos objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas e especialmente da Psicologia.

Historicamente as maiores contribuições da Psicologia tem sido dados de pesquisas que analisam o comportamento dos pais em relação aos filhos denominadas de práticas parentais, as quais tiveram início com os estudos de Baumrind (1966). Desde então as práticas parentais tem sido relacionadas com diferentes aspectos do desenvolvimento infantil, como o relacionamento interpessoal, psicopatologias do desenvolvimento, e o rendimento escolar, indicando que pais que apresentam altos níveis de comunicação, afeto, exigência e controle têm filhos com melhor saúde física, social, emocional e melhor rendimento acadêmico (Schafer, 2005).

Além das contribuições a respeito dos comportamentos dos pais em relação aos filhos que produzem resultados mais positivos no desenvolvimento da criança, não desconsiderando a bidirecionalidade da relação, pesquisadores passaram a considerar, também, como um fator importante de análise o contexto em que essas interações ocorrem. Nesse sentido, para podermos compreender adequadamente o comportamento dos pais em relação aos filhos, devemos também ter dados a respeito das situações em que tais interações ocorrem.

Nos últimos anos, contudo, pesquisadores tem chamado a atenção para a importância de se analisar as cognições dos pais em relação aos filhos, aqui entendida como um processo de pensamento encoberto no qual os pais se engajam para analisar e avaliar as variáveis envolvidas no relacionamento dos mesmos para com seus filhos.

Um constructo desenvolvido por Holden e Hawk (2003), o conceito de a metaparentagem foi proposto para sistematizar vários aspectos das teorias sobre a parentagem. Segundo Holden e Hawk (2003) metaparentagem pode ser definida como um conjunto de pensamentos de avaliação dos pais a respeito da educação dos filhos que tipicamente ocorre antes ou depois das interações pais-filhos. Pais que praticam a metaparentagem estariam engajados em um conjunto de processos internos (avaliação, reflexão) que os levariam a compreender de forma mais abrangente sua parentalidade, isto é, suas práticas parentais, seus papéis parentais, o relacionamento pai-filho ou considerações relacionadas, como o contexto no qual ocorreu um determinado evento.

A metaparentagem, teoricamente, foi dividida em quatro componentes. Contudo, os mesmos são inter-relacionados e muitas vezes se misturam (Hawk & Holden, 2006; Holden & Hawk, 2003). Os quatro componentes são: (1) *Antecipação*: processo no qual os pais se engajam intencionalmente em um processo de pensamento relativo a alguma coisa que ainda não ocorreu na fase de desenvolvimento da criança, tanto curto quanto em longo-prazo. Tais aspectos podem estar relacionados à criança, aos pais ou ao relacionamento; (2) *Avaliação*: processo no qual os pais tentam analisar comportamentos ou situações relativas à criança, a si mesmo e ao contexto; (3) *Resolução de problemas*: identificar o problema, planejar uma solução, programar a solução e avaliar o resultado obtido; e (4) *Reflexão*: ocorre quando os pais analisam interações passadas entre a criança e os pais, ou até mesmo sobre a maneira como eles foram criados e como deseja criar os filhos.

Imaginemos uma criança com idade escolar que a mãe tenha sido chamada pela professora para reportar que seu filho tem tido um baixo rendimento escolar e que ele tem se envolvido em constantes brigas com os colegas. Diante dessa situação, a mãe pode passar a avaliar as variáveis que poderiam estar influenciando o comportamento do

filho (*Será que ele está se comportando assim por que tem ficado muito tempo jogando videogames violentos? Será que os coleguinhas estão ‘pegando no pé’ pelo fato de ele por que ele não conseguir acompanhar a matéria? Será que ele está tendo um baixo rendimento acadêmico, devido ao pouco tempo que passa estudando, ou porque a professora não ensina direito?*); buscar a resolução do problema (*Já que ele está com problemas acadêmicos e se envolvendo em brigas com os colegas, eu vou passar a estudar diariamente com ele e diminuir o tempo do videogame durante a semana*); refletir sobre a situação (*quando eu tinha a idade dele eu também tinha dificuldade em aprender, mas quando minha mãe passou a exigir que eu estudasse antes de brincar eu passei a entender melhor a matéria e ter melhores notas*); e antecipar situações futuras (*Estabelecendo uma rotina de estudos, ele vai estar mais acostumado a estudar um pouquinho por dia, o que vai ajudá-lo mais para frente, quando ele tiver diferentes professores para diferentes matérias e uma quantidade maior de tarefa de casa*).

Por ser um processo interno e encoberto de pensamento, a metaparentagem não pode ser observada diretamente, mas indiretamente pelas manifestações ou comportamentos externos como falar sobre problemas ou preocupações a respeito da educação dos filhos (Holden & Hawk, 2003). Não fica difícil imaginar que pais que praticam a metaparentagem com frequência teriam uma probabilidade menor de se engajarem em práticas educativas abusivas, teriam uma parentagem efetiva, promoveriam relações e suporte social, favorecendo que procurassem ajuda relacionada a questões cognitivas (informações, conselhos etc.) e aspectos afetivos (apoio emocional, conforto, encorajamento etc.), o que por sua vez, favoreceria a redução do stress relacionado aos cuidados com as crianças.

Além disso, a metaparentagem favoreceria relacionamentos mais positivos entre pais e filho modelaria comportamentos racionais e ponderados nas crianças,

possibilitaria que os pais pudessem resguardar a criança em situações mais difíceis para as mesmas lidarem e, conseqüentemente, seria um fator de proteção para a criança. Ou seja, a ocorrência da metaparentagem traria benefícios, tanto para os pais, quanto para as crianças.

Em uma abordagem ecológica do desenvolvimento humano, diferentes fatores podem influenciar o relacionamento entre pais-filhos, como a renda familiar, saúde mental dos pais, as práticas educativas parentais e a presença de conflito conjugal (Schaffer, 2005). Com relação ao conflito conjugal, pesquisas realizadas com mulheres vítimas de violência têm apontado que as mesmas teriam mais dificuldades em lidar com o comportamento dos filhos, podendo utilizar práticas parentais coercitivas na educação dos mesmos, por não ter condições emocionais de contornar dificuldades, devido às conseqüências da agressão (D’Affonseca & Williams, 2011; Damant et al., 2010; Renner, 2009; Holt, Buckley & Whelan, 2008; Kelleher, Hazen, Coben, Wang, McGeehan, Kohl & Gardner, 2008; Taylor, Guterman, Lee & Rathouz, 2009; Williams & Araujo, 2009).

Na revisão de literatura a respeito dos estudos sobre metaparentagem realizada por D’Affonseca e Williams (no prelo), observa-se que poucos estudos foram realizados sobre o tema e os autores descreveram a metaparentagem em relação a: (a) sua associação com fatores demográficos, tais como, a influencia do gênero, do tipo de trabalho exercido pelos pais de crianças e lactentes e a experiência de parentagem dos mesmos na família de origem (Vlach, 2005); (b) cinco subescalas (responder, prevenir, monitorar, instruir e modelar) (Nicholson, Howard e Borkowski, 2008); (c) conhecimento do conceito de desenvolvimento, *insight*, apego seguro e *Mindfulness* (atenção plena) (Hawk, 2007). Outros estudos buscaram avaliar antecedentes e conseqüências da metaparentagem (Nicholson, 2006) e o uso de metaparentagem por

parte de pais de crianças com sintomas de TDAH (Tamm, Holden, Nakonezny, Swart & Hughes, 2011). Em um estudo preliminar realizado com uma amostra de mães brasileiras, D’Affonseca, Lopes & Williams (2010) notaram que todas as mães praticavam a metaparentagem sendo que, em média, as mães informaram praticar mais a resolução de problemas, seguidas por avaliação, reflexão e antecipação.

Manfrim, D’Affonseca e Williams (2012) realizaram a adaptação transcultural do Questionário de Metaparentagem para a população brasileira e os resultados indicaram que o instrumento brasileiro, ao contrário do original em inglês, possui uma estrutura de três componentes da metaparentagem (resolução de problemas, reflexão e avaliação), como índices de confiabilidade adequados. Em relação à frequência destas três classes de comportamentos de metaparentagem, notou-se que as mesmas se engajavam nos três componentes avaliados. Adicionalmente, verificou-se que quanto maior a escolaridade das mães, maior era a probabilidade de essas avaliarem os problemas dos filhos e aplicar técnicas de resolução de problemas, mas a diferença na frequência de reflexão não foi estatisticamente significativa entre o grupo de mães com baixa e alta escolaridade.

D’Affonseca e Williams (submetido) indicam que, de maneira geral, os estudos demonstram que a metaparentagem está correlacionada à parentagem com autoridade, competência parental e menor potencial de abuso. Além disso, Manfrim, D’Affonseca e Williams (2012) constataram que a escolaridade das mães foi uma variável que diferenciava os comportamentos de metaparentagem.

Nenhum estudo até o momento verificou a influência dos conflitos conjugais no comportamento de metaparentagem. Buscando compreender os efeitos da violência conjugal no relacionamento das mães com os filhos, uma hipótese seria a de que não só

as práticas educativas das mães seriam alteradas em um ambiente no qual ocorra violência entre o casal, mas a metaparentagem de tais mães poderia ser afetada também. Assim sendo, ao sofrerem violência por parte dos parceiros, as mães estariam menos disponíveis a se engajarem em metaparentagem, pois as mesmas estariam emocionalmente envolvidas com a situação vivenciada nos episódios violentos.

O presente trabalho objetiva avaliar a metaparentagem em um grupo de mães e verificar se existem diferenças entre mães vítimas de violência física conjugal e mães sem tal histórico.

MÉTODO

Participantes

Participaram da pesquisa 35 mulheres com filhos entre 6-12 anos de idade as quais faziam parte de dois grupos:

Grupo 1 – 18 mães vítimas de violência física conjugal. A maioria das participantes (64.7%) se autodeclarou como brancas e 17.6% como negras e tinham idades variando de 24 a 42 anos ($M=32.9$; $dp=5.5$). A maior parte das mães estava casada ou vivia em regime de união estável (44.4%), 38.9% eram solteiras e 16.7% estavam separadas ou divorciadas. A maior parcela das mães (38.9%) tinha o ensino médio completo; 27.8% ensino fundamental completo; 22.2% ensino fundamental incompleto e 11.1% ensino superior completo. Em relação à renda familiar mensal, 38.9% tinham entre 0-1 salário mínimo (SM) e a mesma porcentagem entre 2-3 SM, 11.1% tinha uma renda de 6-7 SM e 5.6% entre 4-5 SM e a mesma porcentagem mais de 7 SM. A maioria das participantes não trabalhava fora (55,9%) e 40% tinham histórico de abuso na infância (33.3% abuso físico; 16.7% psicológico/sexual/negligência; físico/psicológico; e físico/sexual).

Grupo 2 – 17 mães não vítimas de violência física conjugal. A maioria das participantes (81.3%) se autodeclarou como brancas, sendo que 18.8% se declararam como negras, tendo idades variando de 22 a 46 anos ($M=35.2$; $dp=6.2$). A maior parte das mães estava casada ou vivia em regime de união estável (58.9%), 23.5% era solteira e 17.7% estava separada ou divorciada. Quanto à escolaridade, 35.3% das mães tinham o ensino médio completo. 23.5% ensino superior completo, 17.6% pós-graduação, 11,8% ensino fundamental incompleto e 5.9% ensino fundamental completo e superior incompleto. Em relação à renda familiar mensal, 35.3% tinham uma renda superior a 7 SM; 29.4% de 2-3 SM; 23.5% de 4 a 5; e 5.9% de 6 a 7 SM. A maioria das participantes trabalhava fora (70.6%).

Recrutamento das participantes

As participantes da pesquisa foram triadas em serviços de atendimento à mulher ou serviços para crianças: ambulatório de saúde da Universidade (USE); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência de Assistência Social Especializado (CREAS); Conselho Tutelar (CT) e Casa abrigo de São Carlos, cidade de médio porte do estado de São Paulo, ou por participação voluntária (desencadeada por informações de amigos, familiares ou profissionais na comunidade, e que preenchiam os critérios de participação no estudo). Em relação às mães vítimas de violência, 27.8% foram encaminhadas pelo CREAS; 22.2% pelo CT; 16.7% pelo CRAS, 11.1% pela Casa abrigo; 11,1% por participação voluntária e 5.6% USE. A maioria das mães não vítimas (52.9%) veio por participação voluntária; 29.4% pelo CT; 11.8% pela USE e 5.9% pelo CRAS.

Aspectos Éticos

O projeto da presente pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (23112.002363/2009-55). Todos as participantes somente participaram do estudo após assinatura dos respectivos *Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)*. Cabe destacar que as mães receberam juntamente com os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para sua participação, informações acerca dos objetivos da pesquisa, a forma como seria a coleta de dados, além de ser assegurado as mesmas o sigilo de sua identidade.

Instrumentos

1. Escala de Táticas de Conflitos (CTS-2) desenvolvida por Strauss e resumida e adaptada pelo IBGE (1999), mede a extensão das agressões físicas e psicológicas usando uma escala de pontuação tipo likert de 6 pontos, que varia de 0=nenhuma vez, 1=1 vez, 2=2 vezes, 3=3a5 vezes, 4=6a10 vezes, 5=mais de 10 vezes; foi utilizado para separar as mães em vítimas e não vítimas de violência física.
2. Questionário de metaparentagem (MPQ), versão brasileira adaptada por Manfrin, D’Affonseca e Williams (2012): Instrumento composto por 50 questões que avaliam os componentes de metaparentagem em uma escala likert de 5 pontos, variando de 1-*nunca/raramente* a 5-*constantemente*. Os itens do instrumento avaliam três componentes do constructo: *avaliação, resolução de problemas e reflexão*. O instrumento foi aplicado em forma de entrevista, ou seja, as questões eram lidas em voz alta para as mães e elas indicavam a frequência que mais se adequava a como ela avaliava os seus pensamentos parentais. Tal estratégia foi utilizada buscando minimizar a

dificuldade que mães com baixa escolaridade poderiam apresentar para preencher o instrumento.

Procedimento

A primeira autora entrou em contato com as participantes, explicando os objetivos da pesquisa e a forma de participação. Caso a mãe concordasse em participar da pesquisa, era agendada uma sessão para a aplicação dos instrumentos, a qual ocorria no local de preferência dos participantes, podendo a mesma ser realizada na sala de Psicologia do Conselho Tutelar do município, em salas de atendimento da USE/UFSCar e na residência dos participantes. Posteriormente foi realizada uma devolutiva com as mães.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta os dados obtidos no Questionário de Metaparentagem (MPQ).

Tabela 1.

Desempenho das participantes no Questionário de Metaparentagem

	Sem violência		Com violência		Itens
	<i>M</i>	<i>Dp</i>	<i>M</i>	<i>dp</i>	
Avaliação ($\alpha = .57$)	3,19	1,20	3,27	,88	2,3,42 e 44
Reflexão ($\alpha = .83$)	3,61	1,26	3,87	,93	16,19,20 e 41
Resolução de problemas ($\alpha = .71$)	3,29	1,15	3,51	,76	24,25,27 a 30
MPQ total ($\alpha = .84$)	3.38	.59	3,49	,44	

O inventário como um todo apresentou um índice de confiabilidade interna muito bom ($\alpha = .84$). As três escalas também obtiveram índices de confiabilidade adequados. A Escala de *Reflexão* teve um índice de confiabilidade muito bom (entre 0,80 e 0,89), a escala de *Resolução de Problemas* teve um índices de confiabilidade bom (entre 0,70 e 0,79) e a escala de *Avaliação* teve um índice adequado (entre 0,50 e 0,59) (Byrant, 2000).

Os dados da Tabela 1 demonstram que as mães de ambos os grupos apresentam comportamentos de metaparentagem, não havendo diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, de acordo com o teste de Mann-Whitney U Test. Cabe destacar que as mães apresentaram uma frequência semelhante nos três componentes avaliados pelo instrumento, sendo que as mesmas relataram *geralmente* se engajar em reflexão, resolução de problemas e avaliação dado semelhante ao obtido em outras pesquisas realizadas (Manfrim, D’Affonseca & Williams, 2012).

Em relação ao objetivo de verificar se existem diferenças entre mães vítimas de violência física conjugal e mães sem tal histórico, notou-se que não havia diferenças estatisticamente significativas entre as mesmas, com as mães de ambos os grupos apresentando médias semelhantes nos três componentes do construto analisado. Tal dado parece sugerir que a metaparentagem não seria afetada pelo conflito conjugal, contudo, é necessário cautela ao interpretar esse dado. Em primeiro lugar, seria importante considerar o tamanho da amostra ($n=35$), sendo 17 não vítimas de violência e 18 vítimas, ou seja, uma pesquisa com uma amostra maior de participantes nos dois grupos poderia dar indicativos mais robustos a respeito da influência do conflito conjugal na metaparentagem.

Outra ressalva importante de ser feita refere-se ao tempo ocorrido entre a última agressão sofrida pelas mulheres e a coleta de dados, visto que a passagem do tempo pode ter amenizado os efeitos da violência conjugal, como demonstrado no estudo de Casanueva et al. (2009), o qual indicou que a violência conjugal não afetava permanentemente o relacionamento das mães com seus filhos. Ou seja, uma hipótese seria a de que mães que sofreram violência recentemente teriam mais dificuldades em se engajar em comportamentos de metaparentagem do que mães sem tal histórico.

Cabe destacar que o fato de a coleta de dados ter sido realizada em forma de entrevista, ou seja, com a pesquisadora perguntando a respeito da frequência com a qual as mães se engajavam nos comportamentos de metaparentagem, também pode ter influenciado no resultado obtido no sentido de gerar respostas mais socialmente aceitas. Indaga-se se uma metodologia diferente de coleta dos dados, como a auto aplicação do questionário, poderia levar a resultados diferentes entre os grupos, visto que em relação à renda e escolaridade os dois grupos não são homogêneos, e dados da pesquisa de Manfrim, D’Affonseca e Williams (2012) indicaram que quanto maior a escolaridade das mães, maior a probabilidade de as mesmas se engajarem em avaliação e resolução de problemas.

Seria pertinente a condução de pesquisas futuras que correlacionem a metaparentagem e a violência conjugal com diferentes variáveis que influenciam o relacionamento mães-filhos, como o nível de stress parental, as estratégias de disciplina utilizada pelos pais, problemas de comportamento dos filhos. Além disso, sugere-se pesquisas longitudinais a respeito dos efeitos da metaparentagem ao longo do desenvolvimento das crianças em famílias com a presença de violência conjugal – quais seriam os comportamentos de metaparentagem antes, logo após e algum tempo depois do episódio de violência ocorrer e quais seriam os efeitos da mesma no comportamento

das crianças. Será que para as mães que praticavam a metaparentagem com frequência os efeitos da violência foram menores no comportamento dos filhos em comparação com aquelas que não praticavam com tanta frequência? Quais os componentes da metaparentagem que influenciaram resultados mais positivos para os comportamentos da criança, avaliação, resolução de problemas ou reflexão?

A resposta a essas questões favoreceria a compreensão do constructo de metaparentagem, assim como poderia ser uma ferramenta importante para o estabelecimento de intervenções efetivas com essa população.

REFERÊNCIAS

- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development, 37*, 887-907
- Byrant, F.B. (2000) Assessing the validity of measurement. Em: Grimm, L.G. & Yarnold, P.R. *Reading And Understanding More Multivariate Statistics*. 94-146. APA: Wahington, DC.
- Casanueva, C.; Martin, S.L. & Runyan, D.K. (2009) Repeated reports for child maltreatment among intimate partner violence victims: Findings from the national survey of child and adolescent well-being. *Child abuse and neglect, vol.33*, 84-93
- D’Affonseca, S.M.D. & Williams, L.C.A. (submetido) Metaparentagem: Uma nova possibilidade de avaliar a parentagem.
- D’Affonseca, S.M.D. & Williams, L.C.A. (2011) Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. *Psicologia Ciencia e Profissao, 31*, p. 236-251.

- D’Affonseca, S.M.; Lopes, N.R.L. & Williams, L.C.A. (2010). Avaliando a metaparentagem de mães brasileiras: dados preliminares (Resumo). Em: Sociedade Brasileira de Psicologia (org.) *Resumos de comunicação científica*. XL Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 20 a 23 de outubro, Curitiba-PR.
- Damant, D.; Lapierre, S.; Lebosse, C.; Thibault, S.; Lessard, G.; Hamelin-Brabant, L.; Lavergne, C. & Fortin, A. (2010) Women's abuse of their children in the context on domestic violence: reflection from women's accounts. *Child and Family Social Work, 15*, 12-21.
- Hawk, C. K. (2007). *The social-cognitive underpinnings of effective caregiving*. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Filosofia, Universidade do Texas, Austin. Disponível em <http://hdl.handle.net/2152/13245>.
- Hawk, C.K. & Holden, G.W. (2006). Meta-parenting: an initial investigation into a new parental social cognition construct. *Parenting: Science and Practice, 6*, (4), 321-34.
- Holden, G. W., & Hawk, C. (2003). Meta-parenting in the journey of child rearing: A mechanism for change. Em: L. Kuczynski (Ed.), *Handbook of dynamics in parent-child relations*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Holt, S., Buckley, T. & Whelan, S. (2008) The impact of exposure to domestic violence on children and young people: a review of the literature. *Child Abuse & Neglect, 32* (8), 797-810.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1999) *Resolução de conflitos domésticos e violência intrafamiliar nos vairros da Tijuca e do Maracanã*. (Relatórios de Pesquisas no.4) Rio de Janeiro: CDDI/IBGE

- Kelleher, K.J.; Hazen, A.L.; Coben, J.H.; Wang, Y.; McGeehan, J.; Kohl, P.L. & Gardner, W.P. (2008) Self-reported disciplinary practices among women in the child welfare system: association with domestic violence victimization. *Child Abuse and Neglect*, 32(8), 811-8.
- Manfrim, E.; D’Affonseca, S.M. & Williams, L.C.A. (2012) Adaptação transcultural do inventário de metaparentagem. Monografia não publicada. Departamento de Psicologia. Universidade Federal de São Carlos.
- Nicholson, J.S. (2006). *Precursors to Paternal Identity: Antecedents and Consequences of Metaparenting*. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Notre Dame, Indiana, EUA.
- Nicholson, J. Howard, K. S.; Borkowski, J. G. (2008). Mental models for parenting: correlates of metaparenting among fathers of young children. *Fathering*, 6(1), 39-61.
- Renner, L.M. (2009) Intimate partner violence victimization and parenting stress: Assessing the mediating role of depressive symptoms. *Violence Against Women*, 15(11), 1380-1401
- Schaffer, D.R. (2005) *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: Thomson Pioneira.
- Tamm, L.; Holden, G.W.; Nakonezny, P.A.; Swart, S. & Hughes, C.W. (2011) . Metaparenting: associations with parenting stress, child-rearing practices, and retention in parents of children at risk for ADHD. *ADHD AttentionDeficitandHyperactivityDisorders*, 4(1), 1-10.

- Taylor, C.A. ; Guterman, N.B.; Lee, S.J & Rathouz, P.J. (2009) Intimate partner violence, maternal stress, nativity, and risk for maternal maltreatment of young children. *American Journal of Public Health*, 99(1), 175-83.
- Vlach, J. L. (2005) *Meta-Parenting in Parents of Infants and Toddlers*. Dissertação de mestrado não publicada. Toulouse School of Graduate Studies, Universidade Norte do Texas, Denton, Texas, EUA.
- Williams, L.C.A. (2010). A família como um agente transformador da violência: empregando práticas positivas. Em: L.C.A. Williams, R.C. Padovani, Araújo, E.A.C., A.C. Stelko-Pereira, G.R. Ormeño & E. Eisestein. (Orgs.). *Fortalecendo a rede de proteção da criança e do adolescente*. (pp. 55-57).São Carlos: Pedro e João Editores.
- Williams, L.C.A & Araujo, E.A. (2009). Habilidades maternas de mulheres que sofrem violência do parceiro: uma revisão. *Sobre Comportamento e Cognição* (pp.96-109) Santo André: ESETec.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tentar compreender quais são as habilidades maternas de mulheres vítimas de violência conjugal e se a violência física conjugal levaria a maiores prejuízos nas habilidades maternas, foi realizada uma revisão da literatura, apresentada nos artigos 1 e 2 os quais demonstraram a contribuição majoritária de estudos norte-americanos a respeito desse fenômeno e a escassez de pesquisas empíricas brasileiras que investigassem os efeitos da violência conjugal nas habilidades maternas e a associação entre os dois fenômenos. Nas pesquisas revisadas notou-se que uma parcela considerável de crianças norte-americanas presencia desentendimentos violentos em seus lares (Moore et al., 2007), sendo que grande parte dos casos de violência doméstica que foram investigados pelo sistema judiciário norte-americano foi testemunhado por crianças (Fusco & Fantuzzo, 2009). Além disso, os estudos, majoritariamente norte-americanos, apontaram para a correlação entre a violência conjugal contra a mulher e os maus-tratos infantis (Casanueva, Martin & Runyan, 2009; Chan, 2011; Dixon et al., 2007; Hamby et al., 2010; Hazenae et al., 2004; Lee, Kotch & Cox, 2004; Kelleher Et Al., 2008; Taylor et al., 2009; Zolotor et al., 2007).

Alguns dos estudos revisados relataram os impactos que a violência conjugal tem no surgimento de problemas de comportamento das crianças (Graham-Bermann et al., 2009; Zerk et al., 2009; Paterson et al., 2008; Jouriles et al., 2008; Katz et al., 2008), sendo que mesmo quando não foi encontrada uma correlação positiva entre a violência conjugal e os problemas de comportamento da criança (Zerk, Mertin & Proeve, 2009), sintomas decorrentes da violência sofrida pela mulher, como angústia e depressão, por exemplo, foram correlacionadas a dificuldades no manejo comportamental e emocional

das crianças. Além disso, todos os estudos indicaram que os comportamentos maternos mais adequados eram preditores maior de ajustamento das crianças.

Em relação às habilidades maternas, a maioria dos estudos analisados demonstrou impactos negativos da violência conjugal, com um aumento do estresse parental das mães (Renner, 2009), de comportamentos agressivos por parte da mãe (Damant et al., 2010; Taylor et al., 2009; Kelleher et al., 2008). Entretanto, Letourneau, Fedick e Willms (2007) demonstraram que mães de crianças expostas à violência doméstica podem, de fato, compensar a exposição à violência dos filhos nas suas interações maternas, dando indicativos de que algumas mulheres conseguem superar sua experiência de vitimização e oferecer uma maternagem adequada a seus filhos.

No terceiro artigo buscou-se analisar as práticas de disciplina, o modo de implementação e o contexto em que as mesmas eram utilizadas pelas mães vítimas e não vítimas de violência física conjugal, verificando se existem diferenças entre os grupos. Apesar da hipótese inicial de que as mulheres vítimas de violência apresentariam práticas de disciplina mais punitivas ou implementariam a disciplina de modo mais impulsivo, os dados obtidos demonstraram que não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, o que poderia ser relacionada ao tempo decorrido entre a coleta de dados e a última agressão, ou seja, hipotetizou-se que os efeitos da violência física sofrida pela mulher poderiam ter se atenuado e, desse modo, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, o que apoia achados de Casanueva et al. (2009), os quais indicaram que a violência conjugal não afeta permanentemente a maternagem.

O quarto artigo buscou analisar o relacionamento de mãe-criança em uma situação de observação controlada de laboratório, de modo a verificar o impacto específico da violência conjugal física na interação mãe-criança.

A análise dos dados demonstrou que houve indícios de diferença estatisticamente significativa entre os participantes apenas para *renda familiar* e *maus-tratos infantis*, se considerarmos um nível de significância de 10% , sendo que essa diferença se dá no Fator 1 (interação positiva e não interação).

Tal resultado reforça a necessidade de se realizar análises abrangentes a respeito da condição da mulher e não simplesmente determinar se ela é vítima ou não de violência conjugal. Adicionalmente, as intervenções com mães deveriam destacar não só a importância de elas emitirem comportamentos positivos com seus filhos, como elogiar e ter contato físico positivo (afagar, abraçar, beijar etc.), mas também discutir a importância de favorecer interações com os seus filhos, como conversar, perguntar sobre aspectos do dia-a-dia, amigos, escola etc., visto que as mães no grupo de risco (baixo nível socio-econômico e com histórico de maus-tratos infantis) apresentaram uma frequência maior de não interação com os filhos.

O artigos 5 e 6 referiram-se a um contrato novo, a metaparentagem. O estudo 5 caracterizou-se como um estudo teórico, descrevendo a metaparentagem e revisando os poucos trabalhos a respeito do tema, sugerindo que a metaparentagem pode ser um constructo útil e importante de ser avaliado quando se trabalha com famílias, mais especificamente com o relacionamento de mães/pais com seus filhos, visto que o mesmo está correlacionado à parentagem com autoridade, competência parental e menor potencial de abuso. O estudo 6 objetivou avaliar a metaparentagem em um grupo de mães e verificar se existem diferenças entre mães vítimas de violência física conjugal

e mães sem tal histórico, notando-se que não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, ou seja, as mães de ambos os grupos apresentaram médias semelhantes nos três componentes do construto analisado.

Em conjunto, os artigos empíricos realizados na presente tese indicaram que a violência física conjugal parece não afetar a relação da mãe com os filhos. Variáveis como renda familiar e histórico de maus-tratos na infância, parecem ser fatores que determinam diferenças no relacionamento das mães com seus filhos.

Cabe destacar que os estudos apresentam limitações que não nos permite generalizar tais dados obtidos, como o número limitado da amostra, por exemplo. Apesar das limitações, os estudos indicam caminhos que pesquisas futuras na área poderão explorar, e alerta para a necessidade de prevenção com crianças vítimas de maus-tratos infantis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Casanueva, C.; Martin, S.L. & Runyan, D.K. (2009). Repeated reports for child maltreatment among intimate partner violence victims: Findings from the national survey of child and adolescent well-being. *Child Abuse and Neglect*, 33, 84-93.
- Chan, Ko Ling. (2011) Co-Occurrence of Intimate Partner Violence and Child Abuse in Hong Kong Chinese Families. *Journal Interpersonal Violence*, 26 (7), 1322-1342
- Damant, D.; Lapierre, S.; Lebosse, C.; Thibault, S.; Lessard, G.; Hamelin-Brabant, L.; Lavergne, C. & Fortin, A. (2010). Women's abuse of their children in the context on domestic violence: reflection from women's accounts. *Child and Family Social Work*, 15, 12-21.

- Dixon, L.; Hamilton-Giachritsis, C.; Browne, K. & Ostapuk, E. (2007). The co-occurrence of child and intimate partner maltreatment in the family: Characteristics of the violent perpetrators. *Journal of Family Violence*, 22(8), 675-689.
- Fusco, R.A. & Fantuzzo, J.W. (2009). Domestic violence crimes and children: A population-based investigation of direct sensory exposure and the nature of involvement. *Children & Family Services Review*, 31, 249-256.
- Graham-Bermann, S.A.; Gruber, G.; Howell, K.H. & Girz, L. (2009). Factors discriminating among profiles of resilience and psychopathology in children exposed to intimate partner violence (IPV). *Child Abuse and Neglect*, 33(9), 648-60.
- Hamby, S. Finkelhor, D.; Turner, H. & Omrod, R. (2010) The overlap of witnessing partner violence with child maltreatment and other victimizations in a nationally representative survey of youth. *Child Abuse and Neglect*, 34(10), 2010, 734-74.
- Hazen, A.L., Connelly, C.D., Edleson, J.L., Kelleher, K.J., Landsverk, J.A., Coben, J.H., Barth, R.P., Mcgeehan, J., Rolls, J.A. & Nuzzkowski, M.A. (2007) Assessment of intimate partner violence by child welfare services. *Child and Youth Services Review*, 29, 490-500.
- Jouriles EN; McDonald R; Rosenfield D; Stephens N; Corbitt-Shindler D; Miller PC (2009). Reducing conduct problems among children exposed to intimate partner violence: a randomized clinical trial examining effects of Project Support. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77(4), 705-17.
- Katz, L.F.; Hunter, E. & Klowden, A. (2008). Intimate partner violence and children's reaction to peer provocation: The moderating role of emotion coaching. *Journal of Family Psychology*, 22(4), 614-621.

- Kelleher, K.J.; Hazen, A.L.; Coben, J.H.; Wang, Y.; Mcgeehan, J.; Kohl, P.L. & Gardner, W.P.(2008) Self-reported disciplinary practices among women in the child welfare system: association with domestic violence victimization. *Child Abuse and Neglect*, 32(8), 811-8.
- Lee, L. C., Kotch, J. B., & Cox, C. E. (2004) Child maltreatment in families experiencing domestic violence. *Violence and Victims*, 19, 573-591.
- Letourneau, N.L.;Fedick, C.B. & Willms, J.D. (2007) Mothering and domestic violence: A longitudinal analysis. *Journal of Family Violence*, 22, 649-659.
- Moore, C.G.; Probst, J.C.; Tompkins, M.; Cuffe, S.; Martin, A.B; (2007). The prevalence of violent disagreements in US families: effects of residence, race/ethnicity, and parental stress. *Pediatrics*;119 (1), S68-76.
- Paterson, J.; Carter, S.; Gao, W.; Cowley-Malcolm, E. & Iusitini, L. (2008). Maternal intimate partner violence and behavioural problems among Pacific children living in New Zealand. *Journal Child Psychology Psychiatry*, 49(4), 395-404.
- Taylor, C.A. ; Guterman, N.B.; Lee, S.J & Rathouz, P.J. (2009) Intimate partner violence, maternal stress, nativity, and risk for maternal maltreatment of young children. *American Journal of Public Health*, 99(1), 175-83.
- Zerk, D.M.; Mertin, P.G. & Proeve, M. (2009). Domestic Violence and Maternal Reports of Young Children's Functioning. *Journal of Family Violence*, 24 (7), 423-432.
- Zolotor, Adam J.; Theodore, Adrea D.; Coyne-Beasley, Tamera & Runyan, Desmond K. (2007) Intimate Partner Violence and Child Maltreatment: Overlapping Risk. *Brief Treatment and Crisis Intervention*, 7(4), 305-332.